

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Dezembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1149 • Director: Carlos Brito

Orçamento rectificativo em debate na AR

GOVERNO JÁ COMEÇA?

Benefícios fiscais para o grande capital

Págs. 10 e 11

Conferência euromediterrânica Neoliberalismo sabe nadar...

■ Anabela Fino

Págs. 24 e 25

Savimbi Velhas amizades com o imperialismo

Págs.
16, 17 e 18

Jerónimo de Sousa na Madeira

Págs. 4, 5 e 32

Do Porto a Faro, o candidato participou em numerosas iniciativas, incluindo os 3 distritos alentejanos, e foi à Madeira anteontem



Actividade turística – Desafios e perspectivas

■ Carlos Luís Figueira

Págs. 20 e 21

A França na rua

Pág. 15

CGTP

Mais jovens nos Sindicatos

Págs. 22 e 23

Lopes Graça



Homenagem de amigos e camaradas

Pág. 19



Lopes-Graça, homenagem na Parede

RESUMO

29 Quarta-feira

Com a abstenção do PCP e o voto favorável do PS, é aprovada na AR a suspensão da lei das propinas ■ Jerónimo de Sousa participa num almoço-convívio com trabalhadores da autarquia de Palmela e à noite intervém numa sessão-debate em Lisboa ■ Em Londres, os primeiros-ministros britânico, John Major, e irlandês, John Bruton, anunciam um acordo para o relançamento do processo de paz na Irlanda do Norte ■ Fidel Castro desloca-se pela primeira vez à China para uma visita de dez dias ■ O Ruanda anuncia, no Cairo, que vai pedir à ONU para prolongar a permanência de capacetes azuis no seu território.

30 Quinta-feira

Portugal e a Espanha retomam, em Madrid, os contactos sobre as políticas de água ■ A convite da Associação de Estudantes, Jerónimo de Sousa participa num encontro/debate na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto ■ Em Paris, milhares de estudantes juntaram-se numa manifestação a favor da melhoria das condições de trabalho nas universidades ■ Israel suspende a retirada militar da Cisjordânia invocando os confrontos registados entre israelitas e palestinianos ■ Cerca de 1500 estudantes belgas do ensino secundário e superior protestam, em Liège, Bélgica, contra a actuação da polícia em anteriores manifestações ■ Bill Clinton visita a Irlanda do Norte. É o primeiro chefe de Estado dos EUA a visitar o território ■ Em Sarajevo cerca de dois mil habitantes sérvios da Bósnia manifestam-se contra os acordos de Dayton.

1 Sexta-feira

O Dia Mundial da Sida é assinalado em vários países, pela oitava vez, sob o lema "Direitos e deveres partilhados" ■ Mário Soares inaugura a nova sede da Associação Abraço, no Bairro Alto ■ Os embaixadores dos 16 países da Aliança Atlântica revelam que o actual ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Javier Solana, será o próximo líder da NATO ■ O Partido Social Democrático, recém-criado na Guiné-Bissau, afirma que é contra a formação de um governo de unidade para fazer face à crise, preferindo eleições antecipadas ■ O Governo e o Partido Socialista Grego preparam a sucessão do primeiro-ministro, Andreas Papan-dreu, na sequência da sua hospitalização ■ O Governo malawiano reclama a Moçambique uma indemnização de mais de 800 milhões de escudos devido aos danos causados pelos refugiados moçambicanos no Malawi.

2 Sábado

Lopes-Graça é homenageado na Parede por ocasião do 1.º aniversário da sua morte ■ Reúne-se em

Lisboa o Conselho de Concertação Social. O discurso do Primeiro ministro, António Guterres, aponta para um aumento de salários de 3,5%, valor bastante abaixo daquele pretendido pela CGTP, que propõe 8% ■ Mário Soares confere posse ao novo presidente do Tribunal de Contas, Alfredo José de Sousa ■ O secretário de Estado do Comércio, Manuel dos Santos, anuncia que os horários do comércio terão novas regras em Janeiro ■ Os Comunistas do Laos celebram o 20.º aniversário da República Democrática Popular ■ Fidel Castro coloca em Pequim uma coroa de flores no mausoléu de Mao Tsé-tung ■ São enviados os primeiros 200 soldados da NATO para a Bósnia ■ Tem início em Cotonu, Benim, a cimeira dos chefes de Estado e de governo dos países francófonos.

3 Domingo

Está a decorrer em Lisboa a reunião anual do Conselho Mundial da Paz ■ Jerónimo de Sousa desloca-se ao distrito de Beja para efectuar diversas iniciativas de campanha eleitoral ■ Termina o VI Encontro Nacional da Juventude, cujo tema é "Participar no desenvolvimento" ■ O comissário da ONU para os Direitos Humanos, José Ayala, reúne-se com Ali Alatas, para pressionar o Governo indonésio a assumir compromissos quanto ao respeito pelos direitos humanos do povo timorense.

4 Segunda-feira

Realiza-se a primeira reunião entre o ministro da Administração Interna e os governadores civis, em Aveiro ■ O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos não aceita a ideia do seu homólogo da Ordem dos Médicos sobre a possibilidade de venda de medicamentos nos supermercados ■ Portugal veta a participação da Indonésia na força de paz da NATO ■ Na França assiste-se ao 11.º dia de contestação social. A função pública organiza nova jornada de luta que se poderá estender ao sector privado ■ A resistência timorense anuncia que seis pessoas foram detidas no passado fim-de-semana em operações indonésias ■ Os líderes sérvios de Sarajevo decidem convocar um referendo sobre as resoluções de Dayton.

5 Terça-feira

Cavaco Silva formaliza a sua candidatura à Presidência da República entregando a documentação necessária no Tribunal Constitucional ■ Uma manifestação que, segundo a imprensa, reúne em Paris meio milhão de pessoas, exige a demissão do Governo de Alain Juppé ■ Javier Solana é formalmente confirmado como secretário-geral da NATO ■ Reúnem em Viena 150 ministros do Ambiente de países signatários do Protocolo de Montreal. O objectivo é encontrar formas de aumentar a protecção da camada de ozono da atmosfera.

Para a Bósnia, por Clinton

Com pouco mais de um mês de existência, o Governo do PS e da «nova maioria» já assegurou a suas «marcas». Mas estas não são as dos «caminhos da solidariedade» que o actual Primeiro-Ministro anunciou, numa entrevista de há meses, desejar deixar.

O Governo de António Guterres fica marcado pelo envolvimento de militares portugueses num conflito armado, de alto risco, muito longe das nossas fronteiras e ao serviço de interesses e de objectivos estratégicos que nada têm a ver com o interesse nacional.

É este, em síntese o sentido da decisão do Conselho de Ministros, da passada quinta-feira, dia 30 de Novembro.

Na sequência desta decisão, tudo se prepara para que parta para a Bósnia, para já, no início do próximo ano, o 2.º Batalhão da Brigada Aerotransportada Independente, constituído por 900 homens, que será integrado na brigada italiana, que por sua vez fará parte da divisão francesa e ficará sob comando francês.

O Governo pretende justificar esta grave decisão alegando tratar-se de corresponder a indeclináveis compromissos assumidos com a NATO.

O PCP refutou a justificação governamental, esclarecendo: «É uma operação NATO, que assim assume funções de "polícia da Europa", substituindo-se ao papel da ONU e da Organização de Segurança Europeia. Tal operação situa-se fora da área de competências da NATO e conduz ao seu fortalecimento no interesse dos EUA e da sua indústria militar.»

O Governo procura minimizar a gravidade, as implicações e os riscos da sua decisão designando a operação pela eufemística expressão: «missão de implementação da paz na Bósnia».

Mas já está perfeitamente claro que o tratado de Dayton não é um tratado de paz, mas um tratado de rendição imposto aos sérvios. Imposto aos sérvios da Bósnia pelos bombardeamentos da NATO e o colossal apoio bélico americano aos croatas e muçulmanos. Imposto aos sérvios da Sérvia-Montenegro pelas sanções económicas que lhe têm sido aplicadas e pela chantagem que o imperialismo americano tem feito e continua a fazer junto das autoridades de Belgrado.

É na consumação desta violência, feita tratado de rendição, que os militares portugueses vão participar como instrumentos das soluções desiguais, injustas e brutais para com os sérvios e sujeitando-se ao envolvimento nas reacções que estes, na tradição da sua história e da sua luta, não deixarão de adoptar.

O empenhamento do Presidente dos Estados Unidos nas conversações de Dayton foi sempre suspeito, porque foram os americanos que torpedearam, por intermédio dos seus aliados croatas ou muçulmanos, todas as anteriores tentativas de estabelecimento da paz, algumas das quais estiveram à beira de obter sucesso.

Agora também é claro que Dayton represente uma forte implementação (esta é que é a verdadeira implementação) da influência dos Estados Unidos no Adriático, numa disputada região estratégica, ao lado da recentemente estabelecida influência alemã, no flanco dos Balcans e perto das fronteiras da Rússia.

O tratado foi também concebido como um importante instrumento para favorecer a recandidatura presidencial de Bill Clinton, o que é reconhecido pela generalidade dos observadores,

O Governo de António Guterres fica marcado pelo envolvimento de militares portugueses num conflito armado, de alto risco, muito longe das nossas fronteiras e ao serviço de interesses e de objectivos estratégicos que nada têm a ver com o interesse nacional.

mas silenciado pelos governantes PS, para não retirar dignidade à sua decisão.

O tratado, representa, finalmente, um serviço prestado ao complexo militar-industrial norte-americano consignando, explicitamente, entre as suas disposições, o levantamento do embargo de venda de armas na região, o que é dificilmente compatível com a «missão de implementação da paz».

O próprio Bill Clinton não hesitou em exaltar estes objectivos essenciais quando explicou ao seu país que a intervenção de tropas americanas nos Balcans «corresponde aos interesses estratégicos dos Estados Unidos» e que se trata ao mesmo tempo de «manter uma liderança activa» no mundo.

Por muito que o Governo oculte a verdade à opinião pública portuguesa, é no quadro destes objectivos estratégicos americanos e da manutenção da sua liderança no mundo que os militares portugueses vão partir para a Bósnia.

Espera-se que, ao menos, o Governo do PS e da «nova maioria» não se deixe iludir pelo resultado da sondagem, por ele próprio ordenada, sobre a aquiescência popular ao envolvimento de militares portugueses no conflito da Bósnia.

É certo que de entre os partidos com representação parlamentar apenas o PCP e o PEV assumem uma posição claramente contrária.

Da parte do PCP, além das declarações de dirigentes, da posição assumida na Assembleia da República, deve salientar-se a nota da Comissão Política, da semana passada, onde com toda a frontalidade se declara: «O PCP manifesta-se contra o envio de um batalhão das Forças Armadas Portuguesas para a Bósnia.»

O PS fará mal se não tomar em devida conta esta oposição do PCP e do PEV e as reservas de outros partidos, formuladas pelas próprias direcções ou por figuras representativas, que embora cedendo aos alegados «compromissos com a NATO», não deixam de pôr em dúvida que a decisão do Governo ou a importância do destacamento que decidiu enviar tenham correspondência com o interesse nacional nesta questão.

Fora do quadro das forças representadas na Assembleia da República, multiplicam-se as posições de partidos, movimentos e personalidades independentes de áspera censura à decisão e ao procedimento governamentais.

Entre a juventude começam a esboçar-se os primeiros movimentos contra o envio de soldados para a Bósnia. No passado fim-de-semana, no encontro nacional da juventude promovido pelo Conselho Nacional da Juventude, foi já aprovada, por larga maioria, uma moção com esse teor.

Vão-se conhecendo as condições de comando internacional em que os militares portugueses serão inseridos, as regiões que lhes estão reservadas - Serajevo-Mostar - e que se contam entre as de maior risco, a impreparação para as missões que lhes estão confiadas e que nem sequer são apenas defensivas, a hostilidade não só das populações mas do clima que vão encontrar à sua chegada à ex-Jugoslávia.

Compara-se tudo isto com a rapidez e a ligeireza com que o Governo se atirou para a frente numa decisão tão grave.

Além de contrária ao interesse nacional, esta ida para a Bósnia por Clinton cheira a uma grande aventura!

Espera-se que não seja necessária uma tragédia para o Governo ou alguns dos seus membros arrefecerem o entusiasmo atlantista.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lumb — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O Salazar também

Uma das melhores da semana passada foi a de Cavaco Silva ter admitido a hipótese de, se o PSD tivesse ganho com maioria absoluta, ter repensado a sua candidatura no sentido de não avançar.

Na ânsia de enrolar os portugueses na sua onda, como tem prevenido Jerónimo de Sousa, o antigo primeiro-ministro não se deve ter dado conta de todo o alcance da sua revelação, mentirosa ou não.

Ela não tem pouco significado, como veremos.

Confirma por um lado, o político manobrador e pouco transparente que se serviu do «tabu» para dissimular a ambição da Presidência, mas que admite ter-se refreado se se arriscasse a um pior resultado nas presidenciais do que o seu partido nas legislativas.

Confirma por outro, e este é o mais grave, que há uma relação de causa e efeito entre a candidatura presidencial que acabou por anunciar e o resultado do PSD em 1 de Outubro.

Dizer depois disto que esta candidatura não tem um carácter desforrista e portanto desestabilizador... Só mesmo para quem acredita no Pai Natal.

Os ventos não estão, no entanto, a correr de feição para a candidatura do ex-«homem do leme», o que não quer dizer que ela não continue a representar um apreciável risco.

Mas tem passado por cada uma...

Quem serão, por exemplo, os culpados dos malogrados apoios, bombasticamente anunciados, de figuras muito conhecidas, até retintamente de direita, que depois vieram desmentilos? Já se contam três, de grande efeito.

E dos apoios não conseguidos, como o da escritora Agustina Bessa Luís que sempre apoiou Cavaco Silva e que agora argumenta que é melhor ter um jurista na presidência?

E do jantar com Manuel Monteiro, preparado para entalar o PP e simular o seu apoio a Cavaco e que o solerte rapaz do Largo do Caldas acabou por trazer a público com alarido e explorar em seu próprio benefício?

Não é, porém, só nos meios políticos que estas coisas estão a acontecer ao ex-primeiro-ministro.

Os observadores mais imparciais assinalam o fracasso de muitas realizações de campanha, não só as sessões, mas até os jantares que têm chegado a ter metade dos comensais alistados ou previstos.

Nas feiras e nas ruas, Cavaco tem enfrentado a indiferença e a hostilidade, até nas regiões mais inesperadas, como nos Açores, onde teve, nas legislativas de 87 e 91, das mais altas votações.

Cavaco deve estar hoje ciente que não lhe bastou fugir a enfrentar o povo nas legislativas para que este esquecesse que é ele o principal responsável pela grave crise socioeconómica que o país está a atravessar.

É por isso que sonha ardentemente com a possibilidade de introduzir um certo clima emocional nas presidenciais, que faça esquecer a dolorosa situação da maioria dos portugueses. Mas também nisto não se tem saído bem.

Ao acirrar o seu bisonho mandatário nacional para atacar o passado de Jorge Sampaio, explorando ingenuidades desta candidatura, Cavaco Silva não se lembrou da sua falta de passado antifascista, pois foi homem acomodado nos tempos da ditadura.

Quando surgiu a réplica dos adversários, o recurso de Cavaco foi clamar:

«Eu vim do povo e subi a pulso.»

Apetece responder-lhe: e o Salazar também.

■ Carlos Brito

Os valores e a luta

O «Público» já deu os indícios suficientes de que se deve estar a preparar para ocupar o seu merecido lugar como porta-voz ideológico da pedagogia da renúncia e do conformismo que os grandes eixos da política defendida pelo PS vão precisar.

Em ilustração desta previsão, basta evocar dois recentes editoriais do subdirector do «Público», José Manuel Fernandes.

Com efeito, em 28/11, tínhamos uma defesa do envio de tropas portuguesas para a Bósnia em que se o tom épico e grandiloquente choca pelo excesso e pelo ridículo já algumas aflorações de recorte totalitário não podem deixar de indignar.

Para além de sentenciar que o envio do contingente militar português «constitui uma obrigação que deve ser assumida por todos» (?) e de alinhar pérolas como a de que «vamos integrar um esforço colectivo em que pode correr sangue português» e que «se tal suceder, isso também fará parte da aprendizagem relativa ao nosso novo lugar no mundo, uma aprendizagem que temos de fazer como povo», porque «de resto, não há forma de aprender sem empenho e sem sofrimento», JM referia ainda que «exceptuando o Partido Comunista que se coloca fora deste consenso, Portugal está na NATO e na União Europeia porque quer ser um país democrático, de economia de mercado, progressivo e moderno» (!!!).

A este respeito, fiquem apenas duas observações: a primeira, para assinalar a grave concepção que se esconde por detrás deste truque que consiste em, no lugar de reconhecer que não há propriamente consenso nacional dado que o PCP tem uma posição diferente do PS, do PSD e do PP, vir dizer que o consenso nacional existe só que o PCP se excluiu dele; a segunda, para observar que se JM não começa a tomar chá de tília, em caso de indesejado agravamento do conflito na Bósnia, ainda o vamos ver a clamar pela «unidade na retaguarda».

O segundo editorial assinado por JM foi publicado na segunda-feira e constitui um autêntico manifesto de hostilidade à impressionante vaga de lutas sociais em França, com a particularidade de ser todo ele orientado para pressionar as organizações sindicais em Portugal no sentido da sua submissão e rendição à política governamental.

Segundo JM, «o tempo do sindicalismo de "classe", trabalhadores contra patrões, explorados contra exploradores, está ultrapassado» e «o tempo de constante progresso salarial (...) também já passou». E, quanto à França, «há nisto um comportamento muito francês, aquele jeito especial de resolver os problemas através de espectaculares mobilizações».

Acontece, porém, que, segundo uma sondagem «Humanité-Dimanche/CSA», 63% dos franceses consideram que os privilégios têm aumentado em França, 73% que a «posse de uma grande fortuna» é um privilégio e não um direito enquanto 94% considera que «a protecção social para todos» é um direito e não um privilégio, 71% aprecia positivamente as «reivindicações sociais, greves ou manifestações de assalariados» e 60% (contra 31%) considera que «pôr em causa os privilégios ligados à fortuna e ao poder» seria «útil ao progresso da sociedade».

Deve ser por estas e por outras que o subdirector do «Público» fala da «reforma profunda de mentalidades que é preciso levar a cabo». E, pela nossa parte, não duvidamos que o «Público» não faltará com a sua contribuição para mais essa grande tarefa da «modernidade» portuguesa.

■ Vítor Dias

Mal da saúde

A decisão da ministra da Saúde de convidar Daniel Serrão, um médico nortenho de conhecidas tendências conservadoras, para presidir a uma comissão que vai fazer «o diagnóstico do Serviço Nacional de Saúde» que irá ser apresentado sob a forma de um «Livro Branco», não pode deixar de ser acolhida com as maiores interrogações e reservas.

Em primeiro lugar, porque, para além da apressada nomeação do presidente da referida «comissão», tudo permanece envolvido num estranho secretismo. A opinião pública ignora a definição precisa de objectivos e de metodologias e, o que não é menos importante, nada conhece quanto

aos critérios que vão ser adoptados na composição dessa estrutura e que deveriam garantir a idoneidade, objectividade, rigor e a própria representatividade política, social e profissional dos seus apuramentos.

Recorde-se que em vários países desenvolvidos a realização de «livros brancos» e de outros relatórios análogos dedicados à análise dos respectivos sistemas de saúde têm sido de iniciativa dos respectivos parlamentos e cometida a comissões públicas de reconhecida competência e carácter plural.

Acresce que as primeiras declarações do presidente da «comissão» ao *Expresso*, já deitaram pra-

ticamente a perder aquele mínimo de isenção e de independência que são de exigir na elaboração do «Livro Branco».

Enunciou o dr. Serrão o propósito de «pôr os portugueses a reflectir sobre os custos da saúde» por causa da «ideia perigosa que se criou em Portugal de que a saúde é gratuita»...

Apesar da «comissão» não estar sequer constituída, o dr. Serrão sabe já que há opções inevitáveis a tomar e que uma delas é a de que «os portugueses devem pagar pela sua saúde» - como se isso não acontecesse, através dos impostos e também directamente do seu bolso, e de que maneira!

Nessa linha propõe a criação de um orçamento próprio para a saúde para o qual descontariam

todos os cidadãos (para além dos impostos que já pagam, obviamente...) e a partir de um mínimo definido por lei.

Na perspectiva de um SNS com duas classes, a 1ª e a 2ª, como nos comboios, ou com diferente número de estrelas como nas estalagens, vai adiantando que «deve ficar garantido que ninguém fica de fora do sistema por ser pobre, o que pode é ser tratado com a mesma qualidade nos actos mas com menos condições hoteleiras».

A dúvida que subsiste, para esta anunciada política, é por que o PS não manteve o dr. Paulo Mendo à frente do Ministério da Saúde?

■ Edgar Correia

PAROLE... Conferência Euromediterrânica

Realizou-se, nos dias 27 e 28, a Conferência Mediterrânica constituída por 15 países da União Europeia de parceria com os países da margem Sul do Mediterrâneo. Em geral quer o projecto da Conferência, quer os seus resultados, foram apresentados pelos «media» como uma obra de grande alcance e significado. Os «media» «tomaram como sua» a Conferência e fizeram passar para a opinião pública mundial a ideia de que até ao ano 2010 com a ajuda da Europa tudo vai melhorar entre as margens do Mediterrâneo. Dado que o problema entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo é o fosso que os separa, seria de esperar que da Cimeira saíssem medidas para encurtar esse fosso. Assim foi devidamente aberta do papel de celofane a grande decisão de criar até ao ano 2010 uma zona de livre comércio. E cabe perguntar: esta medida vai encurtar esse fosso? Em nosso entendimento os grandes da U.E. tem outra visão marcada pelos princípios mercantilistas: alargar o mercado para a margem sul do Mediterrâneo e vender os seus produtos livres de taxas aduaneiras e importar com base em salários de miséria produtos mais competitivos que os produzidos no Sul da U.E.

O projecto embora envelopado em grandes tiradas histórico-culturais tem o ferrete do cálculo económico. Região próxima da Europa e zona de confluência de três continentes, rica em petróleo, é alvo de apetites e disputas. Por isso esta Conferência teve também como objectivo tentar bloquear a penetração dos EUA e do Japão. Como pode competir uma região que representa 3% do comércio mundial, fortemente dependente da U.E. concorrer numa zona de comércio livre com a maior potência comercial que ultrapassou os 40% do comércio mundial? Até hoje a política da CEE e depois da U.E. para o Mediterrâneo não impediu que o fosso se alargasse. O rendimento por habitante em 1960 representava 26% do nível médio dos 15 países da U.E., hoje representa apenas 23%. A Conferência não pretendeu alterar o mínimo que fosse quanto às bases políticas que têm agravado as relações Norte/Sul. O Sul continuará a oferecer mão-de-obra barata no Sul ou no Norte, instalando indústrias altamente contaminadas, desenvolvendo modelos turísticos especuladores e destruidores do meio ambiente, aumentando a dívida externa para atrair indústria e financiar a compra de produtos básicos. Este foi o modelo que conduziu à situação actual. É este modelo que a Conferência defendeu e vai aprofundar. Os resultados serão seguramente maus.

Aliás não foi por acaso que sendo a região prenhe de conflitos graves e que se arrastam, a Cimeira passou por cima deles como gato por cima de brasas. Israel que possui largas dezenas de bombas atómicas, que ocupa ilegal e militarmente territórios sírios, palestinianos e libaneses, vê reforçado o seu papel futuro como polo de desenvolvimento da região no quadro deste modelo. A Turquia, que ocupa desde 1974 o norte de Chipre, mas que pertence à NATO e tem um enorme mercado, foi agraciada com o silêncio de ouro dos 15... O Reino de Marrocos, que continua a impedir ilegalmente o povo sahari de se pronunciar quanto ao seu futuro, irá receber novos capitais, novas indústrias e autorização para exportar produtos que liquidem indústrias dos países do Sul da U.E. A Líbia e o Iraque continuarão bloqueados de modo brutal e ilegal, punindo os povos destes países por opções políticas que a eles concerne em primeira e última instância.

Conscientes deste estado de coisas nas vésperas da Conferência de Barcelona reuniram-se, em Conferência alternativa, 54 partidos progressistas e de esquerda da Europa e do Sul do Mediterrâneo para dizer que afinal o «Rei vai Nu» e é necessária outra política, baseada na cooperação entre parceiros iguais que leve aos países do Sul o desenvolvimento económico em vez de um crescimento económico que favorece as classes dominantes e parasitárias. Para esse efeito é necessário resolver os conflitos militares fazendo cumprir as resoluções da ONU que asseguram aos povos árabes e cipriota a sua integridade territorial, ao povo palestiniano um Estado independente, ao povo sahari o direito à autodeterminação e aos povos líbio e iraquiano o fim do bloqueio. E ainda desarmar Israel, obrigando-o a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear - impedir que os países do Sul se liguem à máquina de guerra da NATO ou UEO para reprimir os povos dos respectivos países. Este objectivo só é possível pela luta das forças de esquerda, comunistas e outras, dos povos e dos trabalhadores.

■ Domingos Lopes

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa



Em Portalegre

O órgão Presidente da República foi o tema de um debate promovido, no passado sábado, em Portalegre, nas instalações da Escola Superior de Educação, que contou com a participação de Jerónimo de Sousa.

O candidato comunista, sem pretender «fazer doutrina» sobre as competências do PR, chamou a atenção para algumas delas, dando a sua opinião sobre a forma como «podem e devem ser exercidas»

Concretamente, Jerónimo de Sousa sublinhou que o «Presidente da República não tem poderes meramente simbólicos. Tem reais e importantes poderes de intervenção política e institucional».

Como referiu, o PR «não tem poderes de Governo, embora tenha poderes de controlo da actividade governativa, traduzidos designadamente no dever do Primeiro-Ministro informar e em alguns casos consultar o Presidente da República sobre os assuntos do Estado» (como acontece em matérias de política externa ou de defesa nacional), bem como «no direito de veto de diplomas».

Jerónimo de Sousa abordou ainda várias outras funções do Presidente da República, detendo-se em particular no poderes em matéria de política externa, lembrando a propósito que está em curso um processo de revisão do Tratado da União Europeia e que «é fundamental que esta questão não passe ao lado do debate». Sobre este tratado, o candidato voltou a defender a necessidade de um referendo nacional.

Já a finalizar, Jerónimo de Sousa abordou as competências presidenciais no que diz respeito à Defesa Nacional, aproveitando para exprimir a sua «frontal oposição» ao envio de Forças Armadas Portuguesas para a Bósnia, «operação da NATO ao serviço dos interesses dos Estados Unidos, de alto risco, e que implica encargos desproporcionados que irão pesar sobre o país», concluiu.



Com trabalhadores de Palmela

Centena e meia de pessoas juntaram-se, quarta-feira da passada, para um almoço-convívio, em Palmela, com candidato presidencial, Jerónimo de Sousa. A iniciativa partiu da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal e decorreu nas instalações da colectividade local «Os Loureiros». O período de intervenções foi aberto por Egdar Pereira, membro da DORS do PCP, tendo Carlos Sousa, membro da DORS e presidente da CM da Palmela. Jerónimo de Sousa falou de improviso sobre os princípios e razões da sua candidatura, reafirmando a necessidade de derrotar o candidato da direita.

No Porto com ORT's

O candidato comunista encontrou-se, quinta-feira da passada semana, com membros de ORT's do Porto, nas instalações da Junta de Freguesia de Stº Ildefonso.

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa começou por salientar que uma das principais razões da sua candidatura foi «trazer para o debate, nas eleições presidenciais, os problemas e as questões que mais tocam os trabalhadores portugueses».

Recordando o vasto conjunto de direitos e garantias conferidos aos trabalhadores pelo Constituição Portuguesa, e que «a colocam entre as mais avançadas do mundo», Jerónimo de Sousa notou, contudo, que as normas constitucionais «não são, por si só, garantia da sua aplicação». É necessário que «as entidades públicas e o governo, em primeiro lugar, tomem medidas que assegurem a sua concretização».

Porém, não foi esse o propósito dos dez anos de governo cavaquista: «a sua política contrariou sistemática e deliberadamente os



princípios e orientações constitucionalmente consagrados», disse o candidato comunista, que passou a citar os números do desemprego, a quebra dos salários e do seu peso na distribuição do rendimento nacional.

Mas, como mais adiante afirmou, «não basta derrotar a direita, nestas eleições. A saída de Portugal da situação desastrosa deixada pelos governos de Cavaco Silva necessita da estabilidade política e social só possível com o rigoroso respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dois cidadãos, no quadro do regime constitucionalmente consagrado».

No Algarve

Na passada sexta-feira, a candidatura de Jerónimo de Sousa andou em terras algarvias, onde participou em diversas iniciativas. Acompanhado por Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, António Filipe, deputado à AR, e por José Freitas, mandatário distrital, Jerónimo de Sousa esteve num almoço-convívio em Vila Real de Santo António, presidido por Mário de Sousa, membro do CCC do PCP e vereador da Câmara Municipal; viajou depois para Faro, onde se realizou um encontro com jovens, presidido por Sérgio Martins, do Executivo da DN da JCP; terminando a jornada com um jantar-convívio promovido em Portimão, em que para além de Rui Sacramento, que presidiu, estavam ainda presentes na mesa, os camaradas Carlos Costa, da Comissão Central de Controlo, e Margarida Tengarrinha, membro da DORAL.

Além destas iniciativas, o candidato comunista visitou uma loja do Movimento de Apoio aos Problemas da SIDA aberta no centro de Faro, a pedido daquele movimento, e teve um encontro com a Direcção do Sindicato das Pescas do Sul, na sua sede em Olhão.

Neste encontro, foram expostos os graves problemas com que se debatem as pescas algarvias e os pescadores, dos quais destacamos a reivindi-



Jantar-convívio em Portimão

cação de um regime jurídico do trabalho a bordo para os pescadores; as graves consequências das imposições da União Europeia, que, com a conivência do Governo, têm conduzido ao abate de embarcações e ao quase desaparecimento das pescas do arrasto e do cerco, e à redução da artesanal, situação que será a gravada com o recente acordo com o reino de Marrocos.

A falta de portos de pesca, há muito prometidos, mas nunca construídos, os problemas com que se debatem os mariscadores e a produção de bivalves, em resultado da poluição da ria Formosa e do seu assoreamento, foram outras questões levantadas no decorrer do encontro.

O processo de liquidação das pescas nacionais tem conduzido ao brutal aumento da importação de pescado, enquanto se assiste à invasão das nossas águas por frotas estrangeiras e ao aumento do desemprego que atinge já centenas de trabalhadores do sector.

No distrito de Évora

Com cerca de centena e meia de pessoas presentes, Jerónimo de Sousa participou, no passado sábado, num debate realizado na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo.

A sessão foi dirigida por Carlos Pinto de Sá, membro da Comissão Concelhia e Presidente da Câmara Municipal, que salientou a responsabilidade de Cavaco Silva e da sua política, na grave situação económica e social que se vive no concelho e na região alentejana.

Jerónimo de Sousa, na sua declaração, frisou que a sua candidatura trouxe à campanha eleitoral «a voz da esquerda, dos trabalhadores, da luta pelos direitos sociais e por uma vida melhor».

Desferindo ataques ao candidato da direita, que acusou de procurar «ajustar contas com o resultado obtido» em 1 de Outubro, e «tentar concretizar os projectos da direita de se apropriar do con-

trola do órgão de soberania Presidente da República», Jerónimo de Sousa aproveitou o facto de estar no Alentejo para expor um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento regional.

Após a sua intervenção, seguiu-se um período de debate, em que os presentes colocaram um conjunto de questões sobre as razões e objectivos da candidatura comunista.

A sua deslocação ao distrito de Évora, no sábado, terminou em Estremoz com um jantar-convívio, em que estiveram cerca de uma centena de apoiantes da candidatura.

Na iniciativa usou da palavra Alexandre Rodrigues, membro da DOREV, que apresentando o candidato realçou a importância da participação dos militantes e amigos do PCP no esclarecimento dos eleitores, com objectivo de derrotar o candidato da direita - Cavaco Silva - no próximo dia 14 de Janeiro.



Num debate em Portalegre e, mais tarde, no jantar-convívio em Estremoz

No distrito Beja «Não basta ter pena e ser solidário»

Domingo foi o dia dedicado pela candidatura ao distrito de Beja. Acompanhado por José Soeiro, membro da Comissão Política, pelo mandatário distrital, Manuel Camacho, por António Filipe, deputado e membro do CC do PCP, e por outros camaradas, Jerónimo de Sousa iniciou a jornada com o almoço-convívio que reuniu cerca de 250 pessoas no Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja.

Participaram na iniciativa quase todos os presidentes de Câmaras do distrito, além de representantes das mais diversas organizações sociais e delegações do Partido de todos os concelhos. Um ambiente caloroso, que tocou algumas vezes o entusiasmo, reinou no vasto salão, e o candidato foi saudado e aplaudido pelos presentes, durante a intervenção que ali proferiu.

Antes de dar a palavra a Jerónimo de Sousa, Manuel Camacho proferiu breves palavras, acentuando nomeadamente uma questão que considerou fundamental e que é a necessidade da coerência da Presidência da República com a Constituição e com uma perspectiva de esquerda visando o desenvolvimento. A questão quente e actual do envio de tropas portuguesas para a Bósnia foi também abordada pelo mandatário, que recordou o desacordo que tal envio merece ao PCP.

Por seu lado, Jerónimo de Sousa que, com algumas diferenças locais, abordaria os temas centrais da sua candidatura, referiu-se especialmente à política de direita que Cavaco Silva encarnou durante dez anos e que no Alentejo deixaria profundas e negativas marcas.

«Esta política», afirmou, «entrou a Reforma Agrária no Alentejo através da liquidação de muitas cooperativas agrícolas e da entrega de terras aos grandes latifundiários de antes do 25 de Abril.

«Actualmente, o Alentejo vive uma crise profunda. A desertificação aumenta, assim como o desemprego, obrigando os mais jovens a procurar trabalho nos grandes centros urbanos ou no estrangeiro.»

O candidato recordou ainda o Alqueva e a sua necessidade para o desenvolvimento, projecto sucessivamente adiado e novamente posto em causa pelo actual Governo. Referindo-se às propostas concretas do PCP, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento agrícola, Jerónimo de Sousa sublinhou que uma nova política agrícola deve reger-se pelos princípios estabelecidos na Constituição.

«A minha candidatura», insistiu, «insere-se numa causa que atravessa hoje a sociedade portuguesa, a luta por uma nova política, nacional e de esquerda.»

Serpa e Aljustrel

Ainda em Beja, e a seguir ao almoço-convívio, o candidato e os seus acompanhantes visitaram a Turistart, feira de turismo e artesanato, onde encontraram um bom acolhimento, tanto entre os visitan-

andar e vamos também aproveitar esta campanha para confrontar os responsáveis por esta situação», ouvimos ali afirmar.

O candidato, que mais uma vez chamou a atenção para as contradições entre a postura de Cavaco e a prática que este desenvolveu, distanciou-se também de Jorge Sampaio, considerando-o embora um



No encontro com trabalhadores em Aljustrel



tes como entre os próprios feirantes. Depois foi Serpa. No Cine-teatro, também cerca de duzentas e cinquenta pessoas aguardavam Jerónimo de Sousa que tornou a referir-se à profunda crise a que a política de direita conduziu o mundo rural português.

«Ao brutal declínio da agricultura somaram-se diversos processos económico-sociais num ciclo de agravamento em espiral, desencadeando fenómenos e provocando situações de desertificação humana e esvaziamento económico em muitos aspectos já irreversíveis.»

«Uma das principais razões que esteve na base da apresentação da minha candidatura», sublinhou Jerónimo de Sousa, «foi trazer para o debate, nas eleições presidenciais, os problemas e as questões que mais tocam os trabalhadores portugueses, com o necessário relevo que lhes cabe na vida nacional.»

Problemas e questões que uma vez mais o candidato levantaria no encontro com trabalhadores, em Aljustrel. Era já noite cerrada, mas o frio intenso não impediu a calorosa recepção dispensada ao dirigente comunista no Cine-teatro Oriental. Tratado pelo nome próprio, abraçado, Jerónimo de Sousa trocou impressões, em conversa informal, com muitos dos presentes, antes do início da sessão apresentada pelo camarada José Godinho.

O tema forte, aqui, foi a mina. «Já chega de formação profissional, já chega de enganar os trabalhadores, é tempo de pôr a funcionar um projecto que tem pés para

democrata. «Existem diferenças e divergências de opinião», salientou. E referiu-se nomeadamente à «demasiada identificação» daquela candidatura com a Europa de Maastricht, «responsável pela destruição e desactivação do tecido produtivo.»

«A candidatura de Sampaio tem de clarificar a sua posição sobre esta Europa», sublinhou Jerónimo de Sousa. «Não basta ter pena e ser solidário. É preciso pensar nas causas dos problemas sociais. Como é possível, à beira do século XXI, quando o homem consegue dominar altas tecnologias para criar riqueza, que existam situações de fome, de miséria, de desemprego? Isso tem causas e responsáveis, que são a concentração da riqueza nas mãos de uns quantos. Aljustrel sabe-o bem.»

Referindo-se ainda aos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela Constituição, o candidato deixou claro que um Presidente da República não pode passar por cima desses direitos, como não pode esquecer aqueles problemas.

Promover o debate de ideias, esclarecer posições, defender pontos de vista e propostas é um objectivo da candidatura comunista, para que o voto dos comunistas não seja um voto silencioso em 14 de Janeiro, mas «um voto esclarecido, consciente, um voto para reforçar a democracia.»

«Não pouparemos esforços para que nesta batalha eleitoral a direita seja mais uma vez derrotada e para que uma efectiva mudança se efectue na vida política portuguesa.»

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Esclarecer intenções

(...) A candidatura de Jorge Sampaio revela-se de facto como a candidatura de um democrata, ainda que nem todos os seus apoios possam merecer essa qualificação.

Alguns apoiantes foram reunidos sem critério entre os mal amados e desiludidos do cavaquismo e a respectiva «profissão de fé» no candidato Jorge Sampaio não os tornou subitamente democratas. São amigos de circunstância, na mira de fazerem pagar alguma factura.

Registamos por isso positivamente o facto do candidato Jorge Sampaio não reconhecer qualquer dívida de apoios interesseiros e esperamos que essa sua declaração possa ser extensiva ao desproporcionado envolvimento do PS, cuja atitude de procurar partidizar a candidatura não a tem beneficiado.

A intenção atribuída à candidatura de Jorge Sampaio de propor ao Governo um referendo sobre a revisão do Tratado de União Europeia, a confirmar-se, é também um elemento positivo, que cumpre registar. Bom seria entretanto que o candidato explicasse devidamente as suas intenções.(...)

(Jerónimo de Sousa, sexta-feira, em Portimão)

Cavaco usou e abusou

(...) Cavaco, a solo ou utilizando velhas técnicas de ventriloquo, por intermédio do seu mandatário, vem assumindo toda a carga de autoritarismo que caracteriza o seu projecto de desforra, por via das eleições presidenciais, da grande derrota que sofreu, juntamente com o seu partido e o seu governo, nas eleições de 1 de Outubro.

Se Cavaco usou e abusou de poderes que não tinha enquanto «chefe do Governo», praticando um «presidencialismo de Primeiro-Ministro» à revelia do quadro constitucional, condicionando, dificultando e mesmo impedindo o normal funcionamento de outros órgãos de soberania e instituições, caracterizando-os, a torto e a direito, de «forças de bloqueio», como não seria no usufruto, em proveito próprio e do seu partido, do vasto leque de poderes constitucionais atribuídos ao «primeiro magistrado da Nação»? Qual seria a sua atitude face a um Governo, uma maioria, ou um Tribunal que ousassem enfrentá-lo?

(...) Creio que se pode concluir que haveria que esperar o pior e muitas vezes actuações de muito duvidosa legalidade democrática (...)

(Idem)

Autoritarismo escondido

(...) Cavaco Silva é quase que o único algarvio a opor-se à regionalização, com estafados argumentos que escondem o autoritarismo centralizador e a prepotência, mesmo que agora, com manobras de última hora, tente iludir a opinião pública a este respeito, revelando um tartufismo chocante.

Trouxemos e trazemos aqui a aposta no desenvolvimento integrado, na defesa, investimento e modernização das nossas actividades produtivas tradicionais, a agricultura, as pescas e conservas e o apoio às actividades turísticas - na elaboração do plano regional de turismo, na definição duma adequada ocupação do espaço físico, no entrosamento com a ordenação do território, na recuperação do património cultural e natural, na promoção adequada da região de turismo e no apoio às suas estruturas regionalizadas, na melhoria do emprego, dos salários, da formação e qualificação dos respectivos profissionais.(...)

(Idem)

Meio milhão no desemprego

(...) A reconstituição dos grandes grupos financeiros elegeu com alvo privilegiado os direitos sociais dos trabalhadores. A política governamental contrariou frontalmente o direito ao trabalho e à segurança no emprego. Mais de meio milhão de trabalhadores estavam desempregados à data da despedida do Governo Cavaco Silva, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. Os níveis salariais dos trabalhadores portugueses, contrariando as promessas dos sucessivos governos de Cavaco Silva, não se aproximaram, e sim afastaram-se dos níveis comunitários. Na distribuição do rendimento nacional, verificou-se uma redução sistemática da parte do trabalho.

(...) O principal promotor, executor e responsável por essa política, Cavaco Silva, apresenta-se agora como candidato à Presidência da República(...)

(Jerónimo de Sousa com ORT's. Porto, 30. Nov.)

Confrontação e incapacidade

(...) O que caracterizou fundamentalmente a relação Governo de Cavaco Silva com a Juventude foi uma profunda e visível oposição de interesses, a confrontação e a incapacidade do Governo para o diálogo.

No emprego e formação profissional os últimos anos foram de degradação (...) No ensino, a política do PSD de Cavaco Silva, tornou ainda mais longínqua para a juventude a concretização da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Estimulou o ensino privado, degradou e estrangulou financeiramente o ensino público, particularmente o Ensino Superior, aumentou de forma brutal as propinas, agravou a injustiça no acesso ao Ensino Superior, acentuou a elitização, manteve o apoio social a níveis insuficientes, agravou a degradação e a carência das escolas, atentou contra a gestão democrática e a participação juvenil na gestão, manteve o elevado nível de insucesso e abandono escolar.

A política do PSD de Cavaco Silva não deu resposta à necessidade de participação, de valorização humana e realização pessoal dos jovens: manteve o acesso à habitação longe das suas possibilidades; não melhorou, como as condições o permitiam, a situação dos jovens no Serviço Militar Obrigatório, promoveu a elitização do acesso à cultura e à prática desportiva; contribuiu, pela sua política, para o aumento da marginalização social; foi incapaz de tomar medidas de fundo para fazer frente ao problema da toxicod dependência que é hoje um grande problema nacional; foi incapaz de esconder a sua essência arrogante e antidemocrática, de menosprezo pela participação juvenil, gerindo os apoios ao associativismo por critérios de clientelismo partidário, utilizando o SIS como polícia política ao seu serviço e desencadeando sucessivas cargas policiais contra os estudantes em luta.

(Jerónimo de Sousa com jovens, sexta-feira, em Faro)

Uma só resposta

(...) Cavaco Silva não mudou, simplesmente, muda de cor como a camaleão quando se quer esconder. Não tivesse Cavaco Silva governado tão mal, não teria necessidade de querer parecer aquilo que não é. A campanha de Cavaco é bem reveladora da sua hipocrisia e só merece uma resposta: a derrota.

(idem)

Os «diálogos» do Governo e os direitos do Poder Local

Uma mão cheia de nada!

■ Jorge Cordeiro

Pelo que é dado conhecer, o resultado do primeiro encontro do Governo com a Associação Nacional de Municípios traduziu-se em bem pouco mais do que num provável momento do cordata conversa.

No concreto, e apesar de alguma benévola interpretação dada por alguma comunicação social, as expectativas, para quem as tinha, saíram goradas.

Aliás, a julgar pela primeira decisão que foi chamado a tomar, o Governo parece querer ter deixado claro que uma coisa é a conversa, outra a resposta aos problemas. Estamos naturalmente a referir-nos à apresentação do Orçamento suplementar na Assembleia da República e à correcção do valor do Fundo do Equilíbrio Financeiro nele inscrito.

Como é conhecido, o desvio do 1% do valor do IVA para o chamado IVA Social constituiu, no início deste ano, um instrumento destinado a retirar às autarquias cerca de 8,8 milhões contos. Esta decisão do Governo então em funções, levou a que várias autarquias, por sugestão da ANMP, tenham activado processos judiciais contra o Estado e mereceu em geral a condenação dos principais partidos da oposição.

Seria assim de esperar que o actual Governo do Partido Socialista procedesse à legítima e indispensável correcção desta decisão. Mas não. Em vez de o fazer, o Governo optou por uma solução bem curiosa. Reconhecer razão aos municípios mas simultaneamente reter 7,3 milhões de contos dos 8,8 que lhes eram devidos sob o bizarro pretexto de que o Governo responde, não pelos direitos e deveres do Estado que se encontra obrigado a representar, mas tão-só pelos dois meses que leva do exercício!

É preciso que se diga que em rigor, e ao contrário do que alguma comunicação social se apressou a ampliar, as autarquias não só não foram apresentadas com 1,5 milhões de contos como viram sonogados 7,3 milhões.

Esperemos não estar perante um novo e curioso modelo de partilha dos recursos públicos do Estado: para uns, as autarquias, a razão. Para outros, a Administração Central e o Governo, os recursos financeiros.

Tudo naturalmente enfeitado por um vistoso e sempre louvável recurso ao diálogo. Até porque dar razão não tem custos, dialogar não aumenta o défice público nem põe em causa os critérios de convergência nominal.

A redução da capacidade de investimento constitui hoje um dos principais problemas com que as autarquias se debatem. Anos de sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais, repetidas isenções decretadas e não compensadas sobre impostos que constituem receita dos municípios, a transferência de encargos fiscais e o envolvimento forçado a que foram sujeitas muitas autarquias no investimento em domínios da responsabilidade da Administração Central colocaram hoje o Poder Local numa situação que não pode ser ignorada.

De facto, e sem pretender ser exaustivo, é possível avaliar o peso desta orientação nos orçamen-

tos municipais. Se o FEF tivesse evoluído ao nível da cobrança do IVA como a Lei de Finanças determina, o seu valor seria hoje de 295 milhões de contos em vez dos 221 milhões entregues às autarquias. O valor das isenções nunca compensadas em matéria de sisa e contribuição autárquica não andará longe da verba efectivamente cobrada no conjunto destes dois impostos que ronda os 90 milhões de contos. Os encargos adicionais transferidos para o Poder Local decorrentes dos descontos para a Caixa Nacional de Pensões e para o IRS ascende a algumas dezenas de milhões de contos. Não menos representará o conjunto dos encargos assumidos sem as correspondentes contrapartidas financeiras em áreas como a educação, estradas desclassificadas, habitação entre outras.

Não basta pois o Governo desdobrar-se em repetidas garantias de que irá cumprir a Lei de Finanças Locais. Naturalmente que se regista a intenção e se aguarda que a respeite como é obrigação de um governo num Estado de Direito.

Mas o Governo sabe bem que os critérios de fixação do valor do FEF lhe permitem, cumprindo a Lei, acabar por chegar a um valor que não constitua qualquer aumento mesmo real dos meios financeiros a transferir para as autarquias bastando para isso subavaliar as previsões de receitas do IVA.

Como não basta que o Governo se refira à futura compensação de isenções e encargos como se não houvesse passado para levar em linha de conta.

O que as autarquias aguardam e reclamam é que, aliás de acordo com as repetidas promessas de responsáveis do PS, alguns agora membros do Governo, as transferências para o Poder Local correspondam a um real e substancial aumento dos recursos financeiros a que têm direito.

Uma nova política, que pretenda dignificar e valorizar o Poder Local e que nele aposte como factor da melhoria das condições de vida do povo e de desenvolvimento local e regional, não pode passar ao lado da indispensável elevação da sua capacidade de investimento e realização, da inadiável valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores da Administração Pública e de medidas que visem elevar a operacionalidade e os meios dos órgãos autárquicos.

Constituirá uma indistigável hipocrisia se o actual Governo se vier a colocar na posição de quem conhecendo esta realidade aparente ignorá-la para que no fundamental e a pretexto do «peso do passado» possa manter e prosseguir a política que dizia condenar a outros.

A questão que está colocada, e a que fará prova de que o diálogo é para o Governo um pouco mais que conversa e alguns sorrisos, é a de saber se pretende efectivamente corrigir e inverter a situação a que a política anterior conduziu o Poder Local ou antes pelo contrário dela aproveitar-se para com não menos demagogia e má-fé que o seu antecessor continuar a fazer das autarquias um parceiro menor.



Emigrantes na Suíça querem abolição do estatuto de trabalhador temporário que atinge actualmente 23 mil portugueses

Emigrantes na Suíça querem promessas cumpridas

No passado dia 26 de Novembro, reuniu, em Neuchâtel, o Organismo de Direcção Nacional (ODN) na Suíça dos emigrantes comunistas portugueses, que analisou os problemas e a evolução da situação da emigração portuguesa naquele país.

A falta de informação relativa à evolução das negociações bilaterais entre a Suíça e a União Europeia causa inquietação e alimenta especulações quanto ao futuro de muitos milhares de emigrantes, refere o organismo, indicando que está em causa a abolição do estatuto do trabalhador temporário e a necessidade de se encontrar uma solução alternativa.

Já em Abril de 1994 este organismo apelava à intervenção do Governo do PSD, junto das autoridades suíças, para exigir a abolição deste estatuto, que atinge actualmente 23 mil portugueses recusando ao mesmo tempo «qualquer outra forma de estatuto discriminatório do trabalhador estrangeiro».

Os fundos da Caixa de Pensão também fazem parte do dossier de segurança social a ser discutido em Bruxelas, receando-se que o levantamento daqueles fundos (até agora permitido no momento do regresso a Portugal) venha a ter restrições. Esta hipótese está a agitar a comunidade portuguesa, e muitos emigrantes afirmam que regressarão imediatamente a Portugal caso venham a ser tomadas medidas contrárias aos seus interesses.

É neste sentido que o Organismo do PCP exige que seja prestado um esclarecimento aos portugueses residentes na Suíça, sobre a evolução destas negociações.

tal), surgem discrepâncias na lei quanto ao tempo de residência: a lei do imposto automóvel (IA) refere-se a «períodos não consecutivos» que totalizem 24 meses, enquanto que a lei do imposto sobre valor acrescentado (IVA) exige períodos de residência de «pelo menos 12 meses consecutivos».

Para agravar esta situação, o consulado em Zurique, ao contrário do de Berna e Genebra, exige uma declaração de rendimentos ou recibo de salário, contrariando assim a legislação em vigor.

Face a esta situação a organização do PCP considera «muito oportuna a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de requerer junto do Governo esclarecimentos sobre esta matéria».

Rede consular

A rede consular suíça foi outro dos pontos analisados, concluindo-se que esta não corresponde às necessidades da comunidade portuguesa. Os comunistas querem que o Governo do PS concretize as promessas feitas durante a campanha eleitoral, reclamado que o apoio consular seja retomado de imediato, através de deslocações periódicas a regiões mais distantes, como por exemplo o Valais e o Ticino.

Por último, os emigrantes comunistas na Suíça alertam para «o agudizar de situações de conflito aberto entre os responsáveis consulares naquele país, em particular no Consulado Geral de Portugal em Zurique, e vários sectores da comunidade portuguesa e órgãos de informação ligados à emigração».

«Tal situação não é nada prestigiosa para os representantes do Estado português no estrangeiro» observam, acrescentando que «uma das razões que contribui para o agudizar de tensões é a inexistência de uma verdadeira estrutura representativa das comunidades», a qual «deverá ser uma voz firme e actuante em defesa dos interesses dos emigrantes, que contribua para o diálogo entre a comunidade e os organismos oficiais do Estado português».

Para o PCP, «é hoje cada vez mais evidente que o actual Conselho de País, assim como a legislação que lhe dá corpo - o Decreto-lei 101/90 - para além de estar moribundo, não corresponde ao desejo de participação da nossa comunidade».

Também nesta matéria, os emigrantes exigem o cumprimento das promessas eleitorais, designadamente no sentido de alterar o referido decreto. Pelo seu lado, o Grupo Parlamentar do PCP, honrando os compromissos que assumiu, irá apresentar em breve o seu Projecto de Lei que cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro, o qual foi inviabilizado pelo PSD na anterior legislatura.

Centro de Trabalho reabre no Seixal

O centro de trabalho do PCP no Seixal voltou a abrir aos militantes e amigos do Partido. A reabertura das instalações, agora ampliadas e remodeladas, foi assinalada no passado dia 26 de Novembro, com uma festa-convívio (na foto), que contou a presença de Octávio Teixeira, da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar comunista.



CAMARADAS FALECIDOS

Alexandre Marcelino

Faleceu, no passado dia 30 de Novembro, Alexandre Marcelino, que contava 74 anos de idade. Foi funcionário do antigo Matadouro dos Olivais, freguesia em que estava organizado. Militante comunista activo, Alexandre Marcelino ligou-se ao Partido ainda antes do 25 de Abril.

Armando Bernardo da Ponte

Faleceu recentemente Armando Bernardo da Ponte, membro da célula da Siemens/Indelma.

Luís Oliveira São Marcos

Faleceu, no passado dia 1, com 78 anos de idade, Luís Oliveira São Marcos, um dos obreiros da implementação e recuperação do Centro de Trabalho de Estarreja, depois do incêndio de 1975.

Luís Pereira Cardoso

Faleceu, no passado dia 26 de Novembro, com 83 anos de idade, Luís da Silva Pereira Cardoso, que era natural do Porto. Antifascista de longa data, entrou para o Partido em 1974, tendo militado em Lisboa, no organismo da Freguesia de S. João.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas

Braga

AE Famalicão-Guimarães deve passar a via rápida

A DORBraga defende que a auto-estrada Famalicão-Guimarães deve passar a via-rápida, tal como tinha sido inicialmente previsto pela JAE, o que permitiria libertar a estrada de qualquer portagem.

«Numa altura em que estão a ser abolidas noutros lados, a criação de uma nova portagem neste troço seria fonte de injustiça, mal-estar e protestos dos seus utentes», afirmam os comunistas.

Por outro lado, acrescentam, «dado o conflito de interesses que opõe as populações de freguesias atravessadas pelo troço projectado e a empresa concessionária, é necessário e possível encontrar outro traçado com menor impacto».

Ainda sobre os problemas do distrito, que ocuparam grande parte da reunião da DORBraga, realizada no passado sábado, os comunistas chama a atenção para a necessidade da intervenção

do Governo «no grande problema que é a Estação de Tratamento dos Resíduos Sólidos, instalada na freguesia de Riba d'Ave». Num momento em que já ninguém pode desmentir os maus cheiros provocados pela laboração da estação e depois de terem fracassado as medidas tomadas pela AMAVE, a única solução que se vislumbra é a mudança de local da «lixreira», de forma a evitar a continuação de conflitos com as populações vizinhas.

Na área das competências das Câmaras Municipais, os comunistas bracarense votaram a condenar a decisão da CM de Fafe de privatizar a distribuição das águas no concelho, alertando para a gravidade das consequências desta medida, quer para os trabalhadores camarários, quer no aumento dos preços e degradação do serviço de abastecimento, que a prazo se seguirão.

A estrutura comunista refere igualmente que a entrada em funcionamento das empresas públicas municipais de Braga, já em 1 de Janeiro, é um factor de intranquilidade para os trabalhadores dos Serviços Municipalizados, que correm o risco de ver o seu vínculo precarizado.

Também a privatização do Correio do Minho (hoje pertencente à Câmara Municipal) é motivo de preocupação, antes de mais porque ameaça de despedimento muitos dos seus trabalhadores. Acresce que se trata do único órgão público de informação que, segundo a DORBraga, «pode ser um exemplo para a realização dos princípios constitucionais de isenção, pluralismo e igualdade de tratamento de todas as opiniões e credos e que pelo seu estatuto pode contribuir como nenhum outro para a divulgação, promoção e defesa

dos interesses do concelho e da região». A passagem a mãos privadas «pode levar ao seu desaparecimento, por inviabilidade económica, ficando Braga e o distrito mais empobrecidos».

DORL marca 3.ª Assembleia



A Direcção da Organização Regional de Lisboa decidiu convocar a sua 3ª Assembleia para o dia 13 de Abril, no Coliseu dos Recreios. No âmbito da preparação desta iniciativa foi aprovado um conjunto de tópicos para a reflexão dos militantes e simpatizantes do PCP, abrangendo vários temas de intervenção partidária.

A DORL anuncia também que vai realizar um estudo sobre a evolução económica e social do distrito, cujos resultados serão divulgados numa iniciativa pública.

DOREV acusa Governo de roubar autarquias

Reunido na passada segunda-feira, o Executivo da DOREV fez as contas e, com base em recentes declarações do Governo no sentido de que iria atribuir às autarquias apenas 1,5 milhões de contos, concluiu que os municípios estão a ser roubados em cerca de 6,9 milhões de contos.

A estrutura regional comunista exige que o Governo, na aprovação do orçamento suplementar, cumpra a Lei das Finanças Locais para 95 tendo em conta a compensação devida aos municípios pelo desvio do chamado IVA social (8,8 milhões de contos), bem como da eventual rectificação do valor do FEF deste ano, que resulte da verificação de um valor do IVA cobrado, superior ao previsto.

A DOREV reclama ainda que o Governo prorogue os Programas Ocupacionais e que o subsídio social de desemprego e doença abranja todos os trabalhadores que descontaram 180 dias para a segurança social.

Entretanto, o PCP lembra que os alentejanos continuam à espera do prometido programa de emergência para o Alentejo, elaborado em articulação com as autarquias e forças sociais da região.

Face às indefinições vindas a público sobre a construção do Alqueva, o Executivo da DOREV insiste na necessidade de o Governo garantir claramente a realização do empreendimento de fins múltiplos, com todas as mais-valias previstas.

Coimbra Ver passar os comboios

Reunido na segunda-feira, o Executivo da DORC analisou o programa e acção do Governo, chamando atenção para a linha de continuidade existente entre as políticas económica, social e de convergência nominal para a criação da moeda única europeia, já anteriormente preconizada pelo PSD.

Sobre os aspectos regionais, a DORC denuncia a passividade dos municípios de maioria PS perante a preparação do Orçamento de Estado para 1996, observando que «enquanto o Governo se compromete no financiamento dos grandes projectos nas duas áreas metropolitanas, o distrito de Coimbra vê passar os comboios». Por outro lado, acrescentam os comunistas, «a estrutura distrital do PS não se empenha na concretização das promessas eleitorais, estando entretida apenas com a distribuição dos cargos governativos e afins».

No balanço da actividade partidária, a DORC salienta o êxito da Campanha Nacional de Fundos no distrito, onde está praticamente atingido o objectivo proposto.

PCP/Açores promove «Diálogo com os Açorianos»

O PCP/Açores divulgou na passada semana que irá promover entre os meses de Fevereiro a Abril do próximo ano, um conjunto de iniciativas de debate com os cidadãos, sob a designação genérica «Em diálogo com os Açorianos».

Segundo revelou em conferência de imprensa, o coordenador da DORAA do PCP, José Decq Mota, no âmbito da iniciativa serão promovidos reuniões, colóquios e debates em toda a Região, abertos ao público e à participação de todos os interessados.

Os temas em debate serão

seleccionados por forma a que as colaborações prestadas possam contribuir para a posterior definição do Programa de Medidas de Emergência e do Programa Eleitoral que a CDU submeterá ao eleitorado.

«Em diálogo com os Açoria-

nos» será pois uma iniciativa construtiva que decorrerá ao âmbito da CDU e que tem como objectivos centrais fomentar a participação e contribuir para que depois de Outubro de 1996 possa existir uma realidade política mais pluralista que

permita a resolução, em autonomia, dos muitos e graves problemas que afectam a Região e a generalidade das populações

O programa da iniciativa será publicamente apresentado no final do mês de Janeiro.

Viana do Castelo Vereador CDU entrega pelouros

O vereador eleito da CDU, António Silva, decidiu votar contra o plano de Actividades e Orçamento da CM de Viana do Castelo, por discordar da forma como foi elaborado, marcada por uma prática «autocrática e despida de colegialismo». O vereador decidiu ainda entregar os pelouros de que estava incumbido, nas áreas funcionais do ensino e da educação, atitude com a qual a Direcção Regional de Viana do Castelo já se solidarizou.

Na sua declaração de voto, o vereador da CDU afirma que como responsável pelo pelouro

da Educação apresentou um conjunto de propostas para serem discutidas em plenário e depois incluídas no Plano de Actividades. Contudo tal não aconteceu, e a maioria dos vereadores nunca sequer chegou a conhecer quer as propostas do vereador da CDU quer as que foram feitas por outros vereadores sectorialmente.

Para José Vieira, «o tratamento dado a tais contributos não só revela desrespeito pela autonomia dos responsáveis pelos vários pelouros, como a continuação da não aceitação do princípio de um trabalho de equipa».

Madeira PCP debate problemas dos idosos

No âmbito dos Debates com a organização, a DORAM do PCP realizou, na passada sexta-feira, uma conferência sobre «O PCP e a Terceira Idade», que contou com a presença de Jaime Felix, membro do Comité Central.

Na iniciativa participaram perto de quatro dezenas de militantes e simpatizantes comunistas, tendo sido abordadas várias questões relacionadas com os problemas dos reformados, sentido quer a nível nacional quer a nível regional.

Foram feitas especiais referências à falta de protecção social, às pensões de miséria, ao difícil acesso à saúde, aos custos dos medicamentos, à falta de centros de dia e ao total abandono que vivem a maioria dos reformados da região e do país.

As intervenções feitas durante a sessão

demonstraram bem um profundo conhecimento da realidade e dos problemas com que luta esta camada da população.

No debate, surgiu mesmo a possibilidade de criar uma Associação Regional de Reformados, Pensionistas e Idosos da Região, que servirá como parceiro social, com uma intervenção activa junto dos órgãos de poder político, em defesa da melhoria das suas condições de vida.

As intervenções abordaram ainda os 10 anos de Governo de Cavaco Silva e a sua política profundamente negativa em relação aos reformados, que em particular se traduziram no aumento da idade da reforma para as mulheres e na alteração da forma de cálculo das pensões.

A seguir ao debate, realizou-se uma festa-convívio com música popular.

PLANO DE COMBATE AOS ACIDENTES

A atitude inqualificável do patronato perante o flagelo da sinistralidade laboral foi repudiada numa reunião de federações e sindicatos nacionais que teve anteriormente lugar na sede da CGTP-IN.

Foi criticado também o facto de o Programa do Governo ser muito pobre em matéria de saúde, higiene e segurança nos locais de trabalho, não contendo sequer uma linha sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Enquanto o IDICT ou a IGT não actuam para fazer cumprir nas empresas o diploma que entrou em vigor a 1 de Julho sobre a organização de serviços de segurança, higiene e saúde, «nas empresas públicas verifica-se uma ofensiva no sentido de se desmantelar os serviços existentes», denuncia uma nota difundida pela central após a reunião. No documento anuncia-se a decisão de realizar uma campanha de esclarecimento sobre os direitos dos trabalhadores nesta matéria, no quadro de um plano de acção que inclui ainda acções reivindicativas nas empresas e diversos contactos com as entidades envolvidas.

ILEGALIDADES NO BINGO

O Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo e Similares do Norte denunciou terça-feira a existência de ilegalidades no bingo do Salgueiros e «chantagem laboral» levada a cabo pelo administrador do bingo.

Num comunicado enviado à agência Lusa, o sindicato refere que devido à entrada em vigor, no dia 1 de Dezembro, de uma nova Lei do Bingo, a venda de bilhetes de ingresso passou a ser facultativa, mantendo os bingos do âmbito deste sindicato em exercício os controladores de entradas. No Salgueiros, o administrador, através de uma comunicação interna extinguiu a categoria de controladores, informando os trabalhadores que só teriam um contrato, de 6 meses, se se despedissem. Para o sindicato, esta atitude é ilegal, dado que a categoria se mantém, de acordo com o ainda em vigor Decreto Regulamentar 76/86, tendo os trabalhadores direito à ocupação efectiva do seu posto de trabalho.

SOPETE CONDENADA

O Tribunal de Trabalho do Porto condenou a empresa Sopete, SA a reintegrar um trabalhador, também delegado sindical, e a pagar-lhe todos os salários desde Maio, data em que foi despedido, anunciou segunda-feira o Sindicato da Hotelaria do Norte. Segundo o sindicato, citado pela Lusa, a empresa foi condenada a reintegrar Armindo Pereira da Silva, que também exercia as funções de delegado sindical no Casino da Póvoa de Varzim, concessionado à Sopete.

A empresa já tinha sido condenada a reintegrar o trabalhador numa providência cautelar que tinha sido intentada, mas da qual recorreu. A actual administração não resolve os problemas da empresa, recusa o diálogo e tem desenvolvido uma política de intimidação e medo sobre os trabalhadores - acusa o sindicato.

SUBSÍDIO GARANTIDO

Os desempregados ocupados nos POCs têm garantida a atribuição do subsídio de desemprego e doença, desde que perçam um período de 180 dias nos Programas Ocupacionais - revelou na semana passada a União dos Sindicatos do Distrito de Évora.

A USDE/CGTP lembra que já em Maio passado reivindicava que os POCs tivessem uma duração mínima de seis meses, mas milhares de trabalhadores só estiveram ocupados por 4 ou 5 meses, pelo que a União decidiu contactar a ministra do Emprego para procurar alargar aqueles direitos aos desempregados que porventura não tenham completado os 180 dias.

ADUANEIROS

Uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas foi recebida no passado dia 29, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, pelo camarada Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP. Integrava ainda a representação do PCP o camarada Vítor Sarmento, da Direcção da Organização Regional de Lisboa.



MACAU

Também naquela quarta-feira esteve na sede nacional do Partido uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, que foi recebida pelos camaradas Luís Sá, da Comissão Política, Américo Costa, do Comité Central, e Paulo Trindade.



Bancários recusam imposição de 4 por cento

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas anunciou na semana passada não haver acordo salarial para 1996 no sector e admitiu o recurso à greve, depois de as instituições de crédito terem proposto aumentos salariais considerados inaceitáveis.

Na última reunião negocial, as direcções sindicais «decidiram romper as negociações, depois de, numa demonstração de boa vontade, terem feito várias tentativas para alcançar, nesta revisão salarial, um aumento que cubra a inflação prevista e reflecta, também, alguns ganhos de produtividade, ainda que possa ser inferior a seis por cento» - de acordo com a direcção do SBSI, numa nota subscrita também pelos organismos representativos dos bancários do Norte e da região Centro e citada pela agência Lusa.

«Foi assim que os sindicatos sugeriram várias hipóteses, a última das quais significaria um aumento um pouco superior a cinco por cento, como resultado de uma actualização de 4,75 por cento na tabela salarial, acrescida de dois meses de retroactividade e de um subsídio de almoço no valor de 1250 escudos diários», refere a direcção do sindicato.

No entanto - acrescenta - o grupo negociador das instituições de crédito não pegou em nenhuma das sugestões ou hipóteses que lhe foram sendo colocadas e manteve-se intransigente, afirmando que não passaria dos quatro por cento e que só consideraria esse aumento quando os sindicatos aceitassem que esse fosse o valor último para fechar as negociações.

«Assim, tudo ficou na mesma: uma proposta de aumento de seis por cento por parte dos sindicatos e uma contraproposta das instituições de crédito de quatro por cento, como sua posição final», conclui o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Perante esta postura, as direcções sindicais anunciaram que irão recorrer à conciliação, com a intervenção do Ministério para a Qualificação e o Emprego.

«Caso se mantenha a irredutibilidade das instituições de crédito, as direcções sindicais não excluem qualquer forma de luta, contando com o apoio e a participação dos bancários», advertem os representantes dos bancários.

Agir para vencer

Sublinhando que a Banca é «um dos sectores mais rentáveis da economia nacional, com custos com o pessoal muito abaixo da média» e com aumentos de produtividade «muito superiores» aos níveis médios nacionais, os eleitos das listas unitárias na área do SBSI entrevistaram, desde o início do processo de revisão salarial, para que os sindicatos não cedessem às pressões dos bancos (públicos e privados) e mobilizassem os bancários para a luta por aumentos reais dos salários.

«Nada justifica que, perante contrapropostas vergonhosas do grupo negociador [patronal], as três direcções sindicais, com a discordância das listas unitárias, tenham baixado de 7,48 para 6 por cento a proposta sindical, dificultando assim a intervenção sindical na defesa do aumento dos salários reais», afirmava-se num dos comunicados mais recentes dos eleitos unitários nas várias estruturas representativas.

Nesse documento, depois de interrogar «que credibilidade e força pode ter a proposta da UGT de 6,5 por cento para os salários de 1996, que é para negociar com as confederações patronais e com o Governo PS, quando a Banca não a defendeu, pondo em causa não só o aumento real dos salários dos bancários, mas também dos restantes trabalhadores que vão agora iniciar os seus processos de revisão salarial», os eleitos unitários reafirmam que «não basta ter razão, é preciso agir para vencer».

CGTP espera conciliação diferente

«Sabendo que a prática dos anteriores governos, quando chamados a intervir na conciliação, era a de cobertura activa à má-fé negocial do patronato, estamos em crer que a decisão dos sindicatos bancários comporta consigo a expectativa duma actuação diferente por parte do Ministério, que se traduza na promoção plena de negociação que assiste aos sindicatos» - afirma o Departamento de Informação da CGTP-IN, num comentário divulgado dia 30 em que sublinha que «o aumento real dos salários dos trabalhadores bancários tem de ser garantido».

A central recorda que «em 1 de Outubro foi inequivocamente condenada e derrotada a política de contenção salarial, bem como a ofensiva que vinha sendo contra os direitos dos trabalhadores e do povo português», pelo que a posição do patronato da Banca «constitui o remar contra o rumo dos acontecimentos, com a agravante de se tratar dum sector altamente lucrativo, verdadeiro «splendor» da opção financeira e especulativa, em detrimento da actividade produtiva».

«Estamos assim perante uma ambição sem limites, à qual os sindicatos bancários decidiram justamente fazer frente, dando expressão à vontade e aos interesses colectivos dos trabalhadores bancários», considera a CGTP, que lhes manifesta «inteira solidariedade e apoio na luta que venham a realizar pelo aumento real dos seus salários, a salvaguarda dos seus direitos e o respeito pela sua dignidade como trabalhadores».

A CGTP-IN lembra que «é preciso ter em conta a inflação verificada em 1995, a participação dos ganhos de produtividade e a necessária aproximação à média dos salários comunitários», «os trabalhadores tiveram perdas em 93 e 94» e «só pelo agravamento da carga fiscal entre 1990 e 95, tiveram um prejuízo no poder de compra de 0,5% ao ano.»

Neste quadro, e «dando expressão às justas expectativas geradas nos trabalhadores portugueses que, com a sua luta e a sua acção, contribuíram para a derrota da política de direita», a CGTP-IN construiu e fundamentou as bases para a actualização salarial, que quantificou em 8%.

Ainda a tempo do próximo concurso Fenprof exige publicação das portarias para o pré-escolar

Até ao próximo dia 15 devem ser publicadas as portarias, anunciadas pelo ministro da Educação, criação dos jardins de infância «autárquicos», reclama a Federação Nacional dos Professores. Aquela data é apontada pela Fenprof como o limite para que os novos 813 lugares de educadores de infância (número citado por Marçal Grilo) possam ser ocupados já no próximo concurso para o quadro único, que terá lugar em Janeiro.

A notícia do descongelamento das portarias que criam

os lugares de educador nos jardins de infância lançados pelas autarquias nos últimos 7 anos foi analisada a 28 de Novembro, numa reunião da coordenação nacional do Pré-Escolar da Fenprof, que considerou vital decisão «confirmar a justiça das reivindicações» da federação nesta matéria.

Num comunicado de imprensa divulgado após aquela reunião, afirmava-se ainda que «o descongelamento das portarias é uma decisão de elementar justiça, indispensável para demonstrar sinais de uma vontade de repor a legali-

dade, mas o desenvolvimento da Educação Pré-Escolar exige muito mais»; em particular, «o alargamento da rede pública tem de prosseguir, com a construção de novos jardins de infância, até à cobertura total do território nacional».

A Fenprof distribuiu entre tanto pelos educadores de infância, para envio ao ministro depois de assinadas, cartas exigindo «que a expansão da rede de jardins de infância e a criação de uma rede nacional respeite os preceitos constitucionais que obrigam o Estado a assumir as principais respon-

sabilidades neste processo». Na missiva defende-se, além da publicação das portarias em tempo útil, a revogação do decreto-lei 173/95 (de Manuela Ferreira Leite, prevendo o alargamento da rede do pré-escolar exclusivamente por via da iniciativa privada) e a participação da Fenprof e demais parceiros sociais «na discussão e aprovação de todos os diplomas relacionados com a Educação Pré-Escolar», nomeadamente o Guia de Qualidade e o Programa Estratégico, já anunciados por Marçal Grilo.

Vidreiros reclamam intervenção no processo da cristalaria

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira teve fortes críticas à forma como tem estado a decorrer o processo de reestruturação do sector da cristalaria, nomeadamente pelo facto de não estar a funcionar a respectiva Comissão de Acompanhamento.

Em conferência de imprensa dada segunda-feira, Sérgio Moiteiro, presidente do STIV, denunciou o esquecimento a que os trabalhadores e a organização sindical têm sido votados no desenvolvimento do processo. «A parte sindical, no quadro legal existente em que assenta o processo de reestruturação, tem apenas intervenção na chamada

Comissão de Acompanhamento», disse Sérgio Moiteiro, citado pela Lusa, acrescentando que, «lamentavelmente, há mais de um ano formada, esta Comissão apenas reuniu uma vez, em 7 de Junho».

Na ocasião, o dirigente sindical criticou também a Secretaria de Estado da Indústria por apenas dia 4 ter respondido, telefonicamente, a um pedido de audiência feito pelo STIV em 9 de Novembro e reiterado em 27 do mesmo mês. «O secretário de Estado da Indústria do anterior Governo nunca nos fez esperar tanto tempo por uma resposta, nem que fosse para dizer que tinha recebido o pedido», relatou Sérgio Moitei-

ro, lembrando a propósito deste caso que «o resultado eleitoral deste Governo foi conseguido com a promessa de diálogo».

Preocupações quanto ao futuro das empresas Manuel Pereira Roldão e Ivima (a primeira com uma Assembleia de Credores marcada para 19 de Janeiro) foram ainda objecto da intervenção de Sérgio Moiteiro, que reclamou, em nome do sindicato, a criação de uma linha de crédito, de apoio à facturação para exportação, dirigida àquelas firmas.

Durval Gaspar, também dirigente do STIV, denunciou aos jornalistas perseguições de que estão a ser alvo traba-

lhadores com idade superior a 55 anos, por parte da administração da Ivima, que tenta levá-los a rescindir os seus contratos de trabalho. Por outro lado, este sindicalista levantou dúvidas quanto às intenções da administração da Ivima - empresa que apresentará um passivo da ordem dos oito milhões de contos - em transformar esta unidade fabril em três empresas, cada uma com funções específicas: produção, transformação e comercialização.

Os trabalhadores da Ivima ainda não receberam o subsídio de férias deste ano, havendo indicações de que apenas receberão, nos próximos dias, metade do subsídio de Natal.



Moderação e flexibilidade numa concertação à moda antiga

O Governo convocou os restantes parceiros e, numa primeira reunião da Comissão Permanente da Concertação Social, no dia 2, apresentou formalmente as suas ideias para o acordo de política de rendimentos de 1996 e para o pretendido «acordo estratégico» até ao final da legislatura. António Guterres e os seis ministros que o acompanharam no Centro Cultural de Belém acrescentaram motivos de preocupação a quem espera destas negociações alguma melhoria dos salários e das condições de vida e de trabalho dos portugueses, não evidenciando grandes diferenças reais relativamente ao que se passava com as posições dos executivos do PSD.

Moderação e contenção foram o tempero mais forte que o Governo usou para marcar as balizas dos aumentos salariais no próximo ano, já que se verifica um *abrandamento* da economia, no País e na Europa, e é preciso respeitar os *alicerces* da política económica do executivo PS, a saber: a redução do défice, a diminuição dos custos do crédito e o *extremo rigor* das contas públicas.

Para o primeiro-ministro, é *desejável* que os salários subam mais que a inflação e reflectam a repartição dos ganhos de produtividade. O que isto significa em números, seria talvez conhecido só ontem (na abertura de negociações entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública) ou hoje (na primeira reunião de negociações da Comissão Permanente da Concertação Social). Mas qualquer assomo de esperança é cortado pela insistência governamental em contar com uma inflação *esperada* de três ou 3,5 por cento.

Algum optimismo poderia ser suscitado pela afirmação de Guterres no sentido de avançar com a definição legal da semana máxima de 40 horas de trabalho - compromisso assumido pelo Governo, a CIP e a UGT, na própria Concertação, e que apontava uma diminuição gradual que deveria culminar nas 40 horas, em Janeiro passado!

Como a CGTP tem dito, esta é uma matéria em que apenas seria preciso legislar, e mesmo assim tal já aconteceria com atraso. Mas, retomando ideias expressas pela ministra Maria João Rodrigues, o primeiro-ministro veio dizer que uma eventual redução do horário máximo legal terá de ser acompanhada de medidas de adaptação à chamada *mobilidade interna* das empresas, ou seja: 40 horas sim, mas com flexibilidade dos horários e polivalência das funções.

Para além das boas intenções declaradas, como a disponibilidade para o diálogo ou o apelo a que os patrões respeitem os direitos sindicais, pouco distinguiu, nesta primeira reunião, o comportamento do novo Governo face ao da velha maioria. É natural que, a confirmarem-se os traços desta política laboral, a resposta dos trabalhadores não seja muito diferente daquela que, em grande medida, contribuiu para a derrota do PSD e de Cavaco Silva no passado dia 1 de Outubro.

Urgente atacar os problemas nos transportes

Os sindicatos dos transportes filiados ou próximos da CGTP querem uma audiência urgente com o ministro da tutela para lhe entregar um documento reivindicativo aprovado anteontem em Lisboa e no qual defendem um processo de diálogo que leve à resolução dos problemas do sector.

O direito à negociação colectiva, a interrupção das

privatizações e a suspensão dos despedimentos de activistas sindicais são algumas das reivindicações consideradas prioritárias pelos dirigentes e activistas sindicais que participaram num plenário promovido pelas federações dos Transportes Rodoviários e Urbanos, dos Ferrovários Portugueses e dos Sindicatos do Mar e pelo Sindicato dos Trabalhadores

da Aviação e Aeroportos. Luísa Ramos, dirigente do Sitava, estrutura independente mas que tem assumido posições comuns com sindicatos da CGTP, disse à agência Lusa que a situação herdada dos últimos anos tem que ser alterada. «Houve uma mudança política no País, que tem que corresponder a mudanças no sector dos transportes que dêem respos-

ta às reivindicações que os trabalhadores têm vindo a apresentar nos últimos anos», disse a sindicalista.

Os representantes dos trabalhadores dos transportes que participaram no plenário de terça-feira decidiram ainda que vão continuar a debater conjuntamente os problemas do sector no sentido de conseguirem a sua resolução.

Aldeia de Beleces abandonada Nem fábrica de calçado nem subsídios de desemprego

Um grupo de 95 ex-trabalhadores da fábrica de calçado Anlepi, em Arouca (distrito de Aveiro), acusou na passada segunda-feira os seus antigos patrões de terem deixado no desemprego grande parte da população da aldeia de Beleces, onde se localiza a empresa.

Em carta enviada ao ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, e a que a Agência Lusa teve acesso, os trabalhadores afirmam que os seus antigos patrões «abandonaram» a empresa no início de Outubro, sem pagarem «quaisquer dos direitos legais dos trabalhadores».

«Dois meses depois dos patrões terem abandonado a empresa, cerca de 90 por cento dos trabalhadores da Anlepi tiveram de rescindir os seus contratos com justa causa, para poderem recorrer ao subsídio de desemprego», refere o documento. Os trabalhadores salientam o facto de ainda não terem recebido qualquer subsídio, pelo que pedem a Ferro Rodrigues que «diligencie para que o seu pagamento seja feito antes de 20 de Dezembro», para que as suas famílias possam ter algum dinheiro e mais ânimo para passar o Natal.

Os signatários da carta referem viver «das ajudas de famílias e com a compreensão do dono da mercearia da aldeia», salientando que em Beleces «não há possibilidade de emprego».

Exceptuando a Anlepi, a aldeia possui apenas uma outra unidade industrial, que emprega 15 pessoas no fabrico de guarda-sóis.

Os trabalhadores salientam que a fábrica de calçado foi criada em 1990 «com apoios do governo, Comunidade Europeia e Câmara de Arouca» e que em Agosto último apresentava «uma produtividade de padrão médio e uma carteira de encomendas sempre recheada».

Carvalho da Silva em França no Congresso da CGT

O coordenador da CGTP-IN, que assistiu ao congresso da CGT francesa, disse anteontem à agência Lusa que a contestação social em França terá repercussões em Portugal, caso se mantenha a dominante das políticas que vinham de trás. Carvalho da Silva regressou dia 5 a Lisboa, depois de ter assistido ao congresso que assinalou os 100 anos da CGT francesa.

O coordenador da CGTP considerou que, na onda grevista francesa, está em causa o modelo económico e, directa e indirectamente, o modelo de construção europeia, da convergência reclamada por Maastricht. Durante os dois dias e meio que esteve em Paris, o sindicalista português verificou uma contestação

social com uma amplitude muito grande e com forte carácter unitário que, na sua opinião, está a aproximar as três principais centrais sindicais de França.

Em Portugal, segundo o coordenador da CGTP, estão na ordem do dia os problemas que motivaram os protestos em França: os ensaios para o ataque à Segurança Social e ao sistema de saúde, a vulnerabilidade das políticas de emprego, a degradação do ensino e a destruição da indústria e da agricultura. Em Portugal, caso se mantenha «a dominante das políticas que vinham de trás, a contestação social rebenta pelas costuras», admitiu Carvalho da Silva. (Sobre a crise em França, ver pág. 15).

Missão na Bósnia

O ministro da Defesa Nacional, António Vitorino, assumiu a responsabilidade política do Governo português no envio de militares da Brigada Aerotransportada Independente para a Bósnia-Herzegovina. Foi na reunião conjunta das comissões de Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional para debater o envio de forças portuguesas para a Bósnia, no âmbito da NATO, realizada faz hoje oito dias, após os trabalhos da sessão plenária da Assembleia da República. Por entender que se trata de uma missão de "alto risco" e de "natureza combatente", o Grupo comunista, pela voz de João Amaral, expressou a sua frontal oposição a este envio de tropas portuguesas, não deixando, por outro lado, de fazer um reparo ao "tom de facto consumado" da reunião. Dos restantes quadrantes parlamentares, designadamente do PS, PSD e PP vieram manifestações de apoio à operação.

Morte de peixes em Sines

A morte de milhares de peixes na Costa Sul, ao largo de Sines, que suscitou uma onda de protesto na passada semana por parte da comunidade piscatória, da população e das autarquias, levou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP a dirigir um requerimento ao Governo onde solicita esclarecimentos quanto à origem da mortandade e seus responsáveis e quanto à qualidade do pescado e dos seus reflexos na saúde pública. Reflectindo o sentir dos pescadores e da Câmara, que exigem a criação de condições para uma permanente fiscalização do Complexo Industrial de Sines, Octávio Teixeira indaga ainda o Executivo sobre as acções que pensa adoptar neste domínio da fiscalização ao Complexo, bem como da fiscalização da zona marítima que permita detectar os responsáveis pelos derrames de crude com origem na lavagem de tanques de navios.

Resíduos hospitalares para o Tejo

O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes", através da deputada Heloísa Apolónia, apresentou um requerimento ao Governo relativo ao despejo de resíduos hospitalares para o Tejo provenientes do Hospital Garcia de Orta. No essencial, as questões colocadas pela deputada ecologista ao Ministério do Ambiente vão no sentido de saber para quando a construção da ETAR prevista no projecto daquela unidade hospitalar, um equipamento indispensável para alterar o actual estado de coisas, a saber, o despejo directo dos esgotos para o Tejo, com uma grande carga de elementos químicos, degradando a qualidade das águas do Tejo e aumentando os seus índices de poluição.

Lei das Propinas Governo fica-se pela suspensão com o PCP a exigir revogação

A proposta de lei que suspende a polémica lei das propinas foi aprovada pelo Parlamento na semana transacta com os votos do PS, a abstenção do PCP e os votos contra do PSD e CDS. Destino diferente teve o diploma apresentado pela formação comunista, que propunha a revogação pura e simples das duas contestadas leis das propinas, sendo chumbado com os votos do PS, PSD e CDS/PP.

Argumentos e propostas distintas quanto ao sistema de ensino e designadamente quanto ao papel do Ensino Superior no modelo de desenvolvimento que se deseja para o País voltaram a ser dirimidos, marcando um debate no decorrer do qual o PS acabou por manter uma posição ambígua - face às questões essenciais em jogo - não se atrevendo a ir para além da suspensão das propinas.

O PSD, por seu turno, fez a crítica pela direita, defendendo na prática o quadro vigente e atacando o PS por ter optado por uma "solução facilitista", no que foi seguido pelo CDS/PP para quem esta iniciativa legislativa representou o fim da "paixão" do Governo de Guterres pela Educação, na medida em que, foi dito, "o que o Governo do PS hoje propõe não é mudar, é voltar 20 anos para trás", numa alusão ao facto de, com a suspensão dos diplomas, as propinas voltarem a ter um valor de 1.200 escudos, valor estabelecido em 1973 pelo então Ministro da Educação.

De modo distinto, em coerência com as posições por si sempre assumidas nesta matéria, o PCP reclamou a revogação das referidas leis - e daí a sua abstenção em relação do diploma do Governo -, entendendo que esta é a única medida que na

óptica do interesse nacional pode representar uma aposta no Ensino Superior Público, num quadro de prioridade à educação e de desenvolvimento equilibrado do País.

Uma concepção assente em princípios detalhadamente explicados pelo deputado comunista Bernardino Soares, o primeiro dos quais reside no entendimento de que a Educação "é um pilar fundamental do desenvolvimento económico, social e cultural do País", sendo, simultaneamente, "um direito fundamental e inalienável de cada um, garantido pela Constituição".

Nessa medida, para o jovem deputado comunista, urge "dar prioridade à Educação, não só nas palavras mas nas acções", no pressuposto de que se trata de "um instrumento indispensável para combater as desigualdades sociais, económicas e culturais" e de que "não há democracia plena sem o elevar dos níveis de Educação e de acesso ao ensino e saber".

É neste contexto, pois, na perspectiva do PCP, que faz sentido defender como objectivo a atingir a gratuidade e a universalidade do Ensino, incluindo o Ensino Superior Público, objectivo que é indissociável de uma visão estratégica que aposte na Educação como prioridade fundamental para o desenvolvimento.

A morte de Assis Pacheco

Foi com um voto de pesar, aprovado por unanimidade, que a Assembleia da República rendeu homenagem ao escritor e jornalista Fernando Assis Pacheco, no próprio dia em que este faleceu, faz hoje uma semana.

Enaltecida por representantes de todas as bancadas parlamentares foi a sua vida e obra, num momento de consternação a que também se associou o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, que recordou a amizade que o ligava ao jornalista e ao seu pai.

"Foi-se um grande espírito da cultura portuguesa. Não somos tão ricos em valores culturais que possamos ficar indiferentes" à morte de Assis Pacheco, sublinhou Almeida Santos.

Ruben de Carvalho, em nome da bancada comunista, assinalou, na figura de Assis Pacheco, as suas qualidades de "grande cronista e grande jornalista", enquanto Raul Rego, do PS, lembrou o seu passado antifascista, considerando-o um homem da imprensa que se distinguiu pela "defesa da liberdade de todos os cidadãos".

Carlos Encarnação, do PSD, salientou o "permanente optimismo" e o "gosto de viver" de Assis Pacheco, e Galvão Lucas, do PP, lembrou a infância passada ao lado do jornalista.

A Assembleia da República guardou depois um minuto de silêncio em memória de Fernando Assis Pacheco.



Os estudantes saíram à rua num grande movimento de contestação por objectivos justos em parte agora concretizados

Uma prioridade que nunca foi assumida na prática por qualquer dos governos dos últimos anos, como bem testemunham - e estes foram alguns dos exemplos elencados por Bernardino Soares - a progressiva elitização através dos mais variados obstáculos, o subfinanciamento crónico das universidades, a insuficiente e desadequada acção

escolar, as limitações no acesso ao Superior, ou a "mercantilização dos saberes" com subordinação à "lógica do lucro".

Daí que a posição do Grupo comunista em relação a esta matéria seja no sentido de imputar ao Estado a responsabilidade pelo financiamento do Ensino Superior Público, como forma de investir no desenvol-

vimento do País, para o que, foi Bernardino Soares a lembrá-lo, importa acabar com o *numerus clausus*, investir na qualidade de ensino, implementar uma verdadeira acção social escolar e estabelecer "como inviolável a regra da auscultação dos estudantes e da sua participação na definição das políticas a seguir".

Inquéritos parlamentares PS repete perversões do PSD?

O projecto de lei do PS que altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, apreciado na generalidade em debate parlamentar realizado faz hoje oito dias, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, sem votação, a pedido da bancada socialista, que deste modo evitou o seu chumbo face à declarada intenção de voto contra expressa pelos partidos da oposição.

Diferentemente das medidas preconizadas pelo PCP, autor de um diploma sobre a mesma matéria igualmente em debate, o projecto socialista propõe o princípio da aprovação dos relatórios dos inquéritos parlamentares por uma maioria qualificada de dois terços dos deputados, defendendo ainda a possibilidade de invocação arbitrária do "interesse superior do Estado" pelo Governo para justificar a recusa de elementos às comissões de inquérito.

Longe de garantir a eficácia dos inquéritos parlamentares - propósito que preside às alterações subscritas pelos parlamentares comunistas no seu diploma -, a proposta socialista que exige dois terços (2/3) para aprovação do relatório de inquérito surge como uma forma que visa garantir que nenhum inquérito será aprovado sem o voto favorável do PS, ou, dito de outra forma, como referiu o deputado João Amaral, "as conclusões dos inquéritos ou são do PS ou não são nenhuma".

Contestando frontalmente tal posição, o parlamentar comunista lembrou a postura assumida pelas anteriores maiorias do PSD neste domínio, designadamente a sua governamentalização da Assembleia, para concluir que ao impor dois terços o "PS quer fazer regressar pela porta do fundo a possibilidade de bloqueio que o PSD tinha através da soma da sua maioria absoluta com a sua prática governamentalizadora".

Criticada por João Amaral, noutra plano, foi a recuperação pelo PS do "interesse superior do Estado", como fundamento da recusa de documen-

tos ou da prestação de depoimento, entendendo-a como "um recuo inaceitável" da bancada socialista, que "coloca no arbitrio do Governo a viabilização dos inquéritos".

"Quanto ao segredo de Estado e de Justiça - frisou a propósito -, há as leis respectivas. Mas o «interesse superior do Estado» é a mera conveniência, sem controlo, em que o Governo seria juiz em causa própria."

Críticas duras ao projecto de lei socialista vieram ainda do PSD, pela voz de Guilherme Silva, que o considerou "um atentado contra a instituição parlamentar", verberando simultaneamente o que apelidou de "duplicidade e dualismo" das posições do PS.

Também Luís Queiró (CDS-PP) defendeu a ideia de que nos seus propósitos o PS pretende "liquidar as Comissões de inquérito", porquanto, observou, "um órgão de fiscalização colegial que pode estar impedido de aprovar o relatório da sua acção fiscalizadora não é senão um órgão morto".

De acordo com o articulado do seu projecto, as propostas da bancada comunista visam, no fundamental, aumentar a eficácia dos inquéritos, preconizando para o efeito, como já assinalámos na última edição do "Avante", a revogação de limites aos inquéritos introduzidos na Lei de 1993 pelo PSD, limitar ao mínimo a possibilidade de recusas de depoimentos ou do fornecimento de documentos, e garantir o controlo dos trabalhos das comissões pela opinião pública.

O Orçamento rectificativo e os benefícios fiscais

Opções do Governo são sinal preocupante

O Orçamento Rectificativo para 1995 ocupou ontem o centro do debate parlamentar, preenchendo a totalidade da agenda plenária. Tratou-se de uma alteração ao Orçamento do Estado para o ano em curso à volta da qual se gerou uma certa expectativa, a que não faltou também alguma polémica, alimentada sobretudo por declarações recentes de membros do Governo dando conta de "buracos" nos ministérios sob sua tutela.

Particularmente em foco no decorrer do debate estiveram - para além da questão de saber qual a extensão e dimensão dos "buracos" - alguns benefícios fiscais criados pelo PSD com carácter transitório, que deveriam agora terminar a sua vigência, mas que o Governo decidiu alargar para o próximo ano. Em causa estão, concretamente, os benefícios fiscais previstos nos artigos 3º, 4º e 5º da proposta de lei, privilégios dirigidos para operações e instrumentos financeiros, para os grandes investimentos em regime contratual, e ainda para a concentração de empresas, para a formação e fortalecimento de grupos económicos.

Benefícios estes que têm no Grupo Parlamentar do PCP um forte opositor, como salientou nas vésperas do debate em conversa com o "Avante!" o seu presidente, Octávio Teixeira, para quem uma tal proposta é "claramente inoportuna" e cons-

tituiu um mau prenúncio do que poderá vir a ser a política do Executivo socialista no domínio dos privilégios fiscais.

É que, lembrou, nada obrigava o Governo a mexer agora nos benefícios fiscais, uma matéria de grande importância em relação à qual só haveria vantagens que fosse apreciada de modo global pela Assembleia da República, "como um todo", e não "com medidas avulsas e desgarradas".

Uma tal decisão, no entender de Octávio Teixeira, só se compreende, pois, como a expressão da vontade do Executivo em "dar um sinal político para o exterior", sinal este que, no entanto, ou corresponde a um erro involuntário - "um curto circuito no semáforo governamental", as palavras são suas - ou, mais grave, indicia "uma derrapagem do Governo no que concerne às expectativas positivas criadas nesta matéria pelo seu programa".

Octávio Teixeira admitiu mesmo nas declarações proferidas ao nosso jornal que a manutenção destas propostas "em matéria fulcral da fiscalidade e da justiça social" possa vir a constituir-se em "mais uma expectativa gorada", sublinhando que elas correspondem a "opções assumidas livremente" pelo Governo que não podem deixar de ter um "importante significado político", para o presente e para o futuro.

Outra matéria a motivar preocupações na bancada comunista prende-se com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), isto é, com as transferências orçamentais para as autarquias locais. Para Octávio Teixeira não se compreende que o Governo reconheça, explicitamente, por um lado, "que a Lei não foi cumprida no Orçamento do Estado", e, por outro, faça a respectiva rectificação apenas para os meses de Novembro e Dezembro, sob o argumento de que só é política-



Os privilégios fiscais ao grande capital mantidos pelo PS não evidenciam nenhuma diferença em relação às opções do governo anterior

mente responsável por estes dois meses.

Depois de considerar que "a partir do momento em que tomou posse o Governo é res-

ponsável pelo Orçamento do Estado", o líder da formação comunista manifestou-nos a sua convicção de que, neste contexto, "não pode o Governo, com

fundamento sério, afirmar por um lado que a Lei está a ser violada e, por outro, podendo corrigir essa violação, não o fazer plenamente".

Em causa 420 postos de trabalho Urgem os apoios à Regina

A ameaça de encerramento que paira sobre a Fábrica de Chocolates Regina e os seus 420 trabalhadores levou o deputado comunista João Amaral a subscrever um requerimento dirigido ao Governo onde solicita esclarecimentos sobre a posição deste e sobre as medidas que pensa adoptar no sentido de garantir a recuperação financeira da empresa e a retoma da sua produção. No texto, o parlamentar do PCP questiona ainda o Governo sobre o seu entendimento acerca de uma tal "ajuda para a sobrevivência" da empresa e se este apoio pode ser considerado ou não "uma exigência de uma mudança de política, que aposta no emprego e no desenvolvimento económico".

Elaborado na sequência de uma recente visita à "Regina", onde estabeleceu contactos com os trabalhadores, seus representantes e a administração, este requerimento de João Amaral faz um breve ponto da situação actual na empresa, destacando, em síntese, que a "produção está parada, os salários estão em atraso desde Julho passado, a electricidade e o telefone estão cortados".

Lembrado é ainda o facto de se tratar de uma empresa com 70 anos de vida, "bem conhecida de muitas gerações de portugueses", sendo actualmente a única nacional a laborar num ramo fortemente dominado pelas multinacionais.

"A Regina chegou a esta situação por razões de má gestão, ocorrida particularmente nos dois últimos anos", sublinha ainda João Amaral, no texto do seu requerimento, onde faz notar, por outro lado, que a empresa "pode entretanto recuperar rapidamente, se tiver meios financeiros que lhe permitam arrancar com a produção".

Parlamento aprova voto de protesto

Contra ensaios nucleares franceses

A Assembleia da República aprovou um voto de protesto relativo aos ensaios nucleares em que exprime a sua "viva condenação pela atitude do Estado francês" nesta matéria, exigindo, simultaneamente, a "paragem imediata dos testes nucleares no Pacífico".

Aprovado com os votos favoráveis do Partido Ecologista "Os Verdes" (autor da iniciativa), do PS e do PCP (o PSD absteve-se e o CDS votou contra), o texto lança ainda um veemente apelo ao Governo português e ao Presidente da República para que intervenham empenhadamente no sentido da "assinatura de um Tratado de Interdição Total de Testes Nucleares".

Considerando "particularmente chocante" o sentido de voto assumido pelo Partido Popular - "ao não condenar os testes nucleares que constituem um atentado à paz, à segurança e ao

equilíbrio ecológico do planeta", o PP demonstra a "falta de respeito que tem pela vida e a hipocrisia do seu discurso pseudonacionalista afinal submetido totalmente ao diktat de Chirac, da França e do seu Governo" - "Os Verdes" não deixam igualmente de tecer duras críticas à abstenção do PSD, a qual reflecte, do seu ponto de vista, a ambiguidade do partido laranja no que se refere ao nuclear".

Nos seus considerandos, o voto de protesto subscrito pelo Partido "Os Verdes" faz notar que cada "ensaio representa um atentado ecológico de incalculáveis dimensões para o Planeta", chamando a atenção, por outro lado, para os riscos subjacentes ao "recurso à tecnologia nuclear", designadamente "pela sua utilização bélica".

Depois de assinalar que os ensaios nucleares constituem "um

meio de modernização de armas nucleares, um instrumento da sua proliferação e uma ameaça à paz e segurança colectivas", o texto agora aprovado pelo Parlamento observa que a França, ao proceder a ensaios no Pacífico, está a violar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em claro confronto com a opinião pública mundial.

Assumir esta posição de protesto, no cinquentenário do bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, no entender da Assembleia da República, ainda segundo o voto aprovado, constitui também "um imperativo ético" de quantos querem "contribuir activamente para a paz, o desarmamento e o equilíbrio ecológico e de agir para o garante dos direitos das gerações vindouras".



Moita mais próxima de Badajoz

A Câmara Municipal da Moita aprovou recentemente o Acordo de Colaboração entre este município e Badajoz. Este acordo tem como principais objectivos o estreitamento dos laços entre as populações destas regiões com o incremento do intercâmbio cultural, desportivo e educacional.

Na mesma reunião foi aprovado o relatório elaborado pelo Gabinete do Vale da Amoreira que estabelece o Programa Base de Recuperação e Requalificação Urbanística. Tendo como base os dados recolhidos junto a várias instituições, entrevistas e trabalho de campo, este relatório faz uma análise exaustiva da freguesia e visa uma nova dinâmica urbana e a melhoria da qualidade de vida da população residente.

No dia 29 de Novembro, o executivo municipal deslocou-se à freguesia da Baixa da Banheira, na sequência do programa de reuniões públicas descentralizadas, que a Câmara realiza mensalmente, tendo o encontro de trabalho com a Junta de Freguesia local incidido na manutenção do Parque da Zona Ribeirinha, segurança e limpeza geral da área.

Na reunião pública da Câmara que decorreu à noite, foram aprovados os projectos de remodelação, enquadramento e arranjo paisagístico e a minuta de protocolo para a execução da rede-externa de abastecimento de gás natural do Vale da Amoreira.

Rede de circuitos turísticos no Alentejo

Foi já apresentada a última fase do Plano de Sinalização e Rede de Circuitos Turísticos do Alentejo, promovido pelas estruturas regionais e locais de turismo e coordenado pela Região de Turismo de Évora. Este plano está estruturado em sete redes de valores turísticos: o circuito das Origens, das Descobertas, da Cal, da Água, dos Castelos, das Devoções e do Vinho.

Cooperação transfronteiriça

Os municípios de Nisa e de Plasenzuela apresentaram uma candidatura conjunta ao programa comunitário NOW, que visa a promoção da igualdade de oportunidades de realização profissional, através da diminuição dos desfasamentos entre as necessidades reais de emprego e a capacidade de resposta disponível para a integração na vida activa.

Enquanto aguardam a decisão, os dois municípios aprofundam o conhecimento das respectivas realidades ao trocar experiências e avançando numa metodologia que permita o desenvolvimento de projectos transnacionais no sentido do desenvolvimento económico e social.

Montemor solidária com Timor

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo aprovou uma moção de solidariedade para com o povo de Timor-Leste, na passagem do quarto aniversário do massacre de Santa Cruz, que será enviada aos órgãos de soberania portugueses.

Tendo em vista a construção do Parque de Exposições, Mercados e Feiras, a Câmara decidiu, no fim do passado mês de Novembro, abrir um concurso público para a construção de arruamento e infra-estruturas gerais.

Por seu lado, a Comissão Concelhia para a Defesa da Construção da Barregem dos Minutos, tomando em conta a nova constituição da Assembleia da República e a entrada em funções do novo Governo, decidiu solicitar audiências aos Ministérios do Planeamento e da Administração do Território, do Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ambiente, bem como aos grupos parlamentares e ao Instituto Nacional da Água.

Ludintegra no Dia do Deficiente

Termina hoje a oitava edição da Ludintegra, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, onde participam dois mil alunos do ensino regular e de instituições de deficientes, acompanhados por professores, monitores e educadores de cerca de trinta escolas do Ensino Básico e Secundário, Jardins de Infância e instituições ligadas ao trabalho com deficientes.

Integrada nas comemorações do Dia do Deficiente, esta iniciativa de solidariedade tem como principais fins a integração do deficiente pelas actividades lúdicas, recreativas e expressivas.

Marinha Grande Novo mercado levanta polémica

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande votaram contra a instalação do novo mercado municipal na ex-cerâmica Abrigada, acusando a maioria PS - autora da ideia - de tomar esta decisão «sem prévia discussão com a população, forças vivas, sociais e económicas» nem encomendar «um estudo de locais alternativos».

As objecções da CDU têm em conta «a polémica que já se levantou entre a população» a propósito desta localização para o novo mercado, na sequência da qual «chegaram à Câmara abaixo-assinados a reclamar contra esta solução, alegando razões ambientais numa zona de vivendas», entre outros inconvenientes para os residentes, como a sobrecarga nas infra-estruturas das redondezas, não preparadas para um uso intensivo como deriva de um mercado.

Após acusarem a «falta de democraticidade e transparência da maioria PS» neste processo, «criando à volta deste assunto um secretismo incompreensível», os vereadores da CDU consideraram que «o local das Vidigueiras, discutido ao nível de audição pública aquando do PDM, não levantou qualquer reclamação por parte da população, apesar de ter sido submetido à discussão pública pela maioria CDU que então geria a Câmara», uma discussão onde participaram «os vereadores da oposição e foram ouvidas as forças vivas do Concelho» e envolvidos «vários técnicos da autarquia, CCR e outras entidades que a lei determina».

Os vereadores da CDU defendem «um estudo técnico para escolha de uns tantos locais alternativos, em vez de um estudo com o objectivo apenas de justificar a imposição da construção do mercado naquele sítio».

Maria Emília de Sousa e Fernanda Lapa recebem Distinção de Honra do MDM

Em cerimónia realizada no Cine-Teatro São João, em Palmela, o MDM atribuiu no passado sábado, dia 2 de Dezembro, as Distinções de Honra MDM relativas ao ano passado e a este ano.

Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, recebeu a Distinção de Honra MDM 1994 «como uma homenagem às Mulheres Autarcas pelo trabalho desenvolvido em prol da qualidade de vida das mulheres neste espaço da nossa afirmação que tem sido o Poder Local», como se explicava na cerimónia, acrescentando que «Maria Emília de Sousa receberá esta Distinção de Honra, sendo a Rede de Mulheres Autarcas (REMA) a sua fiel depositária».

A Distinção de Honra do MDM 1995 foi atribuída a Fernanda Lapa, actriz e encenadora que «para além da representação e encenação, tem procurado através do estudo e da dinamização de acções concretas incentivar e valorizar a participação das mulheres no teatro».

A cerimónia da entrega destas Distinções de Honra contou com um momento cultural de particular qualidade, incluindo bailado por Sofia Inácio, da Escola

do Movimento Democrático de Mulheres. É entregue anualmente «a qualquer indivíduo ou colectivo cuja acção a nível nacional se destaque em defesa

Nogueira, Colectivo de Mulheres da Reforma Agrária, Clementina Carneiro de Moura, Maria Keil, Associação para o Planeamento da Família, Inês Fontinha e às Mulheres Vidreiras da Marinha Grande, Maria José Estanco, Albertina Dias, Teresa Beleza, Mulheres Autarcas e Fernanda Lapa, estas últimas homenageadas nesta sessão do passado fim-de-semana.

Como assinalámos, a atribuição da Distinção de Honra do MDM concentrou no passado sábado os anos de 1994 e 1995, homenageando, respectivamente, as Mulheres Autarcas na pessoa de Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, e a actriz e encenadora Fernanda Lapa. A sessão foi muito participada e, além do espectáculo de grande qualidade que decorreu no palco do Cine-Teatro São João, em Palmela, esteve patente ao público uma importante e diversificada exposição organizada pelo Movimento Democrático das Mulheres.



de Dança do Conservatório Nacional, e actuações do Grupo Coral da Sociedade Filarmónica «Os Loureiros», dirigido por Cândida Borges, do Trio de Clarinetes de Palmela e do Grupo Negros de Luz. A Câmara Municipal de Palmela ofereceu um Porto de Honra.

A Distinção de Honra do MDM foi instituída em 1981, por decisão do Conselho Nacio-

dos direitos das mulheres ou seja símbolo da luta emancipadora das mulheres em Portugal».

Desde que foi atribuída pela primeira vez a Maria Lamas, em 1982, e ao longo dos últimos 14 anos, a Distinção de Honra do MDM foi, sucessivamente, entregue a Virgínia de Moura, Trabalhadoras da fábrica Umedberg, Rosa Mota, Elina Guimarães, Maria Alda

MARN pela alteração da Lei do Arrendamento Rural

Na passagem dos seus 20 anos de existência, o Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte, prosseguindo a sua tradição de porta-voz dos agricultores, vai reclamar ao Governo e à Assembleia da República a imediata alteração da Lei do Arrendamento Rural, que trouxe o aumento dos processos de despejo ao dar pleno poder aos senhorios sempre que este alegue que pretende as terras para cultivar.

Para fazer face a esta situação, o MARN propõe que seja contemplada a oposição do rendeiro, quando o despejo coloque em risco a sua sobrevivência económica ou o risco de não conseguir outra habitação para morar.

Esta associação socioprofissional de agricultores, fundada por iniciativa de uma Comissão de Rendeiros em 1975, lutou permanentemente pela

defesa dos interesses dos rendeiros, condições de vida e de trabalho, tendo criado inclusivamente um gabinete jurídico para apoio e defesa judicial dos seus direitos. Sublinhe-se o papel desta organização no combate à lei nº 76 de 1977 e aos seus efeitos que se traduziu num período dramático para numerosos rendeiros despejados e, dois anos depois, quando viram coroados de êxito as suas pretensões com a publicação da lei nº 76/79.

Câmara de Matosinhos lesa pequeno comércio

A CDU de Matosinhos realizou durante o passado fim-de-semana uma acção de contacto e esclarecimento junto da população e comerciantes da Rua Brito Capelo, nesta cidade, onde o comércio ficou profundamente afectado por duas recentes decisões da Câmara Municipal, como explica a CDU no comunicado que distribuiu na altura.

«Primeiro», diz a CDU, «foi a decisão absurda dos STPC e da Câmara Municipal de Matosinhos de acabarem com o carro eléctrico, com a frontal oposição da CDU». «Depois foi a reconversão de parte da Rua de Brito Capelo, transformando-a em zona exclusivamente pedonal» com o

objectivo declarado de «salvaguardar o comércio tradicional desta importante artéria da cidade». Só que - denuncia a CDU - «a Câmara avançou com as obras sem previamente ter garantido a construção dos espaços necessários para estacionamento automóvel, provocando o afastamento dos que habitualmente faziam as suas compras nesta rua».

E acentua a CDU: «Em resultado de tal opção da Câmara, os comerciantes vivem hoje momentos de angústia e uma grave crise, havendo mesmo casos de pré-falência».

Após recordar que a maioria PS na Assembleia Municipal de Matosinhos, «estranha e surpre-

endentemente», derrotara uma proposta avançada pela CDU para minorar o problema (recomendando a gestão do parque de estacionamento da Av. D. Afonso Henriques e a implementação de um circuito de autocarro que retomasse o transporte até à Rua de Brito Capelo), a CDU compromete-se a «colocar novamente esta questão na próxima reunião da Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia 11 de Dezembro no edifício dos Paços do Concelho».



Na acção de rua promovida pela CDU em Matosinhos participaram o eleito da CDU na AM, João Avelino, os membros do CC do PCP e da Concelhia de Matosinhos, Valdemar Madureira e Serafim Brás, e outros dirigentes e activistas locais do PCP e da CDU

Construção naval Comissão impõe ajudas ao encerramento

Durante o debate sobre a Proposta de Regulamento do Conselho relativo aos auxílios à construção naval, realizado no Parlamento Europeu no passado dia 29 de Novembro, o eurodeputado comunista Honório Novo afirmou a sua frontal oposição quanto às orientações políticas e económicas que motivaram a apresentação deste documento, visto as ajudas públicas para este sector da União Europeia serem destinadas para o auxílio ao encerramento de empresas e às respectivas consequências sociais.

A própria Comissão reconhece no texto desta proposta que nos últimos anos se tem verificado uma melhoria na situação global do sector naval, com um aumento de 64,7 por cento em 1993 e, no ano seguinte, de 15,3 por cento.

«No entanto, apesar de se mostrar preocupada com o excessivo aumento da capacidade construtiva do Japão e da Coreia do Sul, a Comissão Europeia não toma quaisquer medidas eficazes para limitar tal evolução, mesmo ela contrariando o espírito do Acordo Internacional da OCDE. Pelo contrário, a Coreia está incluída na lista

dos países que poderão receber ajudas públicas especiais. Ao mesmo tempo apresenta este regulamento, sem que tenha sido discutida a proposta da legislação para impedir a concorrência desleal de preços e as práticas de *dumping* social a que conduzem», sustenta o deputado.

Quanto aos auxílios especiais a Portugal, Espanha e Bélgica propostos neste documento, destinados à reestruturação do sector e às medidas sociais complementares, Honório Novo sustenta que, «não

estando em causa a aceitação desse auxílio, sabemos bem como a "reestruturação" se tem traduzido em Portugal com a diminuição da capacidade de construção naval, a opção pela reparação, os consequentes efeitos sobre o desemprego e a desarticulação de (mais) um sector fundamental da economia produtiva deste país. Se estes auxílios especiais mantiveram estes objectivos, devem ser rejeitados, não apenas por nós, mas também pelo Governo português».

O eurodeputado defende ainda que, com este regulamento, «a Comissão esquece o aumento desmesurado da produção no Japão e Coreia do Sul, parecendo mais apostada em defender a construção naval em alguns países da UE, ou seja, a sua concentração nas mãos de grandes grupos privados alemães, à custa do encerramento ou da "reestruturação" dos estaleiros noutros países da União, entre os quais Portugal».



Os auxílios comunitários são destinados ao encerramento dos estaleiros e para «atenuar» os efeitos sociais do «inevitável» desemprego

Perguntas e Respostas da Comissão

BARRAGEM DO ALQUEVA

Em resposta ao pedido de esclarecimento do eurodeputado comunista Joaquim Miranda sobre as pretensas reservas que estariam a ser colocadas actualmente ao financiamento comunitário da barragem do Alqueva, a Comissão Europeia afirma que este processo se encontra em análise, depois de já ter sido enviado um estudo de impacto ambiental e o parecer das autoridades portuguesas responsáveis por este sector.

Lembre-se que este projecto consta do quadro comunitário de apoio para Portugal que abrange o período que termina em 1999, com um eventual co-financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola e, se necessário, do Fundo de Coesão.

INDÚSTRIA CONSERVEIRA

O grupo comunista do Parlamento Europeu, através de Sérgio Ribeiro, voltou a questionar com carácter de urgência sobre «o que se fez para evitar que a indústria conserveira portuguesa seja imolada no acordo de pescas com Marrocos». Na pergunta escrita, o eurodeputado, referindo-se à resposta dada anteriormente pela Comissão Europeia a esta mesma questão, recusa que insinuem que, da sua pergunta, se retire que entenda que os interesses da Comunidade se devem confinar aos da indústria conserveira portuguesa. «Contudo, não posso aceitar que essa indústria, sendo o que é e o que representa, seja "moeda de troca" de qualquer negociação», acrescenta.

Emma Bonino, em nome da Comissão, afirma que as condições de acesso das conservas de sardinha ao mercado comunitário inserem-se num processo de desmantelamento pautal iniciado em 1976, no qual se inscrevem as últimas concessões relativas às conservas marroquinas.

Convicta de que o gradual desmantelamento e a supressão dos contingentes previstos pelo acordo de associação para as conservas de sardinha provenientes de Marrocos não alterarão a competitividade entre os produtos importados e a produção comunitária, Bonino sublinha que a Comissão sempre se esforçou por melhorar a competitividade interna da UE e que o sector deve «proceder a uma profunda modernização dos instrumentos de produção e de comercialização, com vista a melhorar a qualidade, valorizar o produto e promover o seu consumo».

Não se vê como tal poderá suceder quando toda a intervenção comunitária vai no sentido do progressivo desmantelamento da frota nacional.

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

O eurodeputado do PCP Joaquim Miranda solicitou informações à Comissão Europeia sobre as razões que determinam a falta de reconhecimento comunitário de diversas denominações de origem de produtos tradicionais portugueses, como é o caso de queijos e de enchidos, e se eventuais entraves colocados por outros Estados membros contribuirão para que tal aconteça.

Este reconhecimento ainda não se fez, apesar de todas as denominações terem sido confirmadas em Portugal e de terem sido efectuados os respectivos pedidos.

REDE NACIONAL DE ABATE

A propósito das indefinições e dos problemas da Rede Nacional de Abate com os conflituosos processos de encerramento de matadouros que produziu, construção de novas unidades ainda não concluídas e a tentativa de privatização de empresas públicas detentoras de propriedade da rede, Joaquim Miranda interrogou a Comissão sobre quais são as normas comunitárias em vigor relativas ao encerramento de instalações antigas, visto este projecto contar com largo apoio de fundos da UE e ter sido feito com o argumento de directivas e orientações comunitárias.

Outra questão levantada refere-se ao que a Comissão pensa fazer relativamente aos países que não cumpriram os compromissos nesta matéria e que receberam os fundos para a renovação das respectivas redes de abate.

AZEITE VILA FLOR

O mesmo deputado comunista pediu à Comissão que explicasse o facto da empresa multinacional FARM continuar a comercializar azeite com a marca Vila Flor, apesar de há muito ter deixado de utilizar o azeite da Cooperativa de Olivicultores daquela vila de Trás-os-Montes.

Cite-se que as orientações comunitárias em matéria de rotulagem de produtos da UE agro-pecuários de qualidade levaram a proibir que a marca use o nome de vilas, cidades ou divisões administrativas, de forma a afastar a possível confusão entre a denominação da marca e a denominação de origem do produto. Um significativo número de adegas cooperativas portuguesas teve, inclusivamente, de alterar os rótulos dos seus produtos.

SIDA NA UE

Um estudo realizado por especialistas comunitários inventariou 140.000 casos de Sida e mais de meio milhão de seropositivos nos quinze países da União Europeia, anunciou o comissário responsável pelos Assuntos Sociais, Padraig Flynn, na véspera do dia mundial contra a Sida (1 de Dezembro).

Segundo o relatório, a doença "mata em todas as camadas sociais, crianças e adultos, homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais", sendo no entanto o grupo dos toxicodependentes o de mais alto risco; desde 1990 o número de casos de Sida diagnosticados nos toxicodependentes ultrapassa o dos registados entre os homossexuais e heterossexuais.

Em 1994, os toxicodependentes contaminados com a doença representavam 44 por cento dos doentes registados nos países da UE. A UE está a preparar um programa de acção comunitária contra a Sida e outras doenças transmissíveis, no quadro de um programa que se encontra em apreciação no Conselho de ministros e no Parlamento Europeu. O programa decorrerá entre 1996 e 2000, contando com um orçamento de 49,6 milhões de ecu.

AJUDA ALIMENTAR

A Comissão Europeia aprovou uma ajuda alimentar de urgência, no valor de 2,5 milhões de ecus (420 mil contos), para os cerca de 150.000 refugiados saarianos na região argelina de Tinduf.

A operação será implementada pelos Serviços de Ajuda Humanitária da União Europeia em colaboração com a organização não governamental espanhola "Solidariedade Internacional", e terá a duração de seis meses. A ajuda consistirá no fornecimento de alimentos de alto poder energético, como arroz, açúcar, conservas de carne e de peixe e óleo vegetal.

Esta ajuda de urgência surge na sequência de uma decisão anterior, na qual a UE disponibilizou 1,5 milhões de ecus (270 mil contos) a favor dos refugiados saarianos.

O FUTURO DA UNIÃO

Portugal espera que no Conselho Europeu de Madrid, a realizar a 15 e 16 de Dezembro, o tratamento dos temas ligados à União Económica e Monetária (UEM) seja feito de forma a "evitar quaisquer incertezas quanto à solidez dos critérios de convergência e ao calendário de passagem à terceira fase da UEM".

Segundo um comunicado do Conselho de Ministros, divulgado pela Lusa, o Governo confia que da cimeira de Madrid "possam sair orientações no tocante ao tratamento do emprego numa perspectiva comunitária".

Quanto à conferência intergovernamental de 1996, o Conselho de Ministros defende que Portugal deve contribuir de forma activa para o seu sucesso, "não apenas por nelas estarem em jogo aspectos essenciais do posicionamento português no quadro da União, mas também por ser necessário assegurar que os passos futuros da UE serão dados num quadro que consolide os elementos de prosperidade e solidariedade que constituem o fundamento da União". Desconhece-se como é que o Governo PS concilia "prosperidade" com a existência de 18 milhões de desempregados na UE.

COOPERAÇÃO COM CUBA

O primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, afirmou a semana passada, em Itália, que a União Europeia considera haver condições para celebrar um acordo de cooperação com Cuba.

"A troika comunitária (Espanha, Alemanha e Itália) fez uma visita recente a Cuba para examinar as condições para um acordo de cooperação com Cuba", disse o presidente em exercício da União Europeia, acrescentando que "a resposta da visita da "troika" é, em princípio, positiva".

Para Felipe Gonzalez, o objectivo de um eventual acordo de cooperação da UE com Cuba, que seria o primeiro entre as duas partes, é "contribuir para que haja um processo económico e político pacífico na ilha".

Espanha propõe que durante o semestre da presidência italiana (Janeiro-Junho 1996) se realizem esforços para aproximar as estratégias da UE e da Organização dos Estados Americanos (OEA) na luta contra o tráfico de estupefacientes.

PORTUGAL NA INTERNET

Os Organismos de Informação Europeia Portugueses decidiram criar uma entidade gestora de uma base de dados sobre a UE para integrar a rede Internet.

A decisão foi tomada no decorrer de um curso sobre a Internet promovido em Braga pelo Centro de Informática da Universidade do Minho e pela Comissão Europeia, destinado a técnicos dos organismos de informação europeia existentes em Portugal.

"O Info Point Portugal vai difundir tudo o que é comum aos 15 países da UE e também aquilo que é específico da participação portuguesa na Europa, numa óptica de defesa dos nossos interesses e da divulgação do país", disse à Lusa uma responsável do Centro de Documentação Europeia da Universidade do Minho. A mesma responsável acrescentou que a futura base de dados disponibilizada na Internet pode ser também facultada aos órgãos de comunicação social, em particular à imprensa regional, facilitando-lhes o acesso em tempo útil da informação sobre as actividades e directivas comunitárias.

Jerusalém

A Assembleia Geral da ONU reafirmou, segunda-feira, a ilegalidade da decisão tomada há 15 anos por Israel, de impor as suas leis à cidade santa de Jerusalém.

No final de uma votação por uma maioria esmagadora, como sucedeu nos anos anteriores, a Assembleia Geral negou uma vez mais qualquer validade à lei "fundamental" israelita de 1980 proclamando Jerusalém reunificada e capital de Israel. A resolução aprovada em Nova Iorque "constata que a decisão tomada por Israel de impor as suas leis, jurisdição e administração à cidade santa de Jerusalém é ilegal e, por isso, nula e sem qualquer validade". Votaram a favor do texto 133 países, um único votou contra (Israel) e 13 abstiveram-se, entre os quais os Estados Unidos. A Assembleia Geral da ONU deplorou, também, a transferência por alguns Estados das suas missões diplomáticas para Jerusalém, em desafio da resolução 478 aprovada a partir de 1980 pelo Conselho de Segurança.

Brasil

O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, aprovou a lei que prevê a indemnização aos familiares de pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar (1964-1985).

A lei inclui uma lista de 136 nomes de pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime fascista brasileiro, à qual poderão ser acrescentados cerca de outros cem, segundo o movimento dos familiares das vítimas.

As indemnizações, que variarão entre os 100 mil e os 150 mil dólares, serão estudadas por uma comissão de sete membros (três escolhidos pelo presidente da República, um representante das forças armadas, um do Congresso, um dos familiares das vítimas e um do Ministério Público). Após a instalação da comissão, os interessados terão um prazo de quatro meses para apresentar documentos e testemunhos que confirmem a morte ou o desaparecimento de familiares seus durante o regime militar.

Colômbia

O Tribunal Constitucional da Colômbia autorizou a desobediência à hierarquia militar e policial caso as ordens recebidas violem os direitos humanos.

"Não devemos confundir obediência devida com obediência cega. A primeira é necessária e obriga os militares a executar as ordens dos superiores, aspecto indispensável à disciplina interna. A segunda ultrapassa os limites da Constituição política e os direitos do cidadão", explicou o presidente do Tribunal, Jose Gregorio Hernandez. O Tribunal precisou que a obediência de um subalterno a uma ordem que implique tortura, morte fora de combate, detenção sem ordem judiciária ou qualquer acção contra a dignidade humana torna-o cúmplice em igual grau do chefe que lhe transmitiu a ordem.

Nigéria

O Conselho Mundial das Igrejas (WCC) anunciou que irá doar a maior fatia

Conselho Mundial da Paz reúne em Lisboa

O Comité Executivo (CE) do Conselho Mundial da Paz realizou a sua reunião anual em Lisboa, nos dias 2 e 3 de Dezembro, precedida de uma reunião do Comité Regional da Europa e dos EUA, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro.

Participaram na reunião cerca de 35 delegados em representação de 20 países.

No Plano de Acção aprovada para 1996, são consideradas como prioridades:

- A proibição total das armas nucleares até ao ano 2000. A transformação do actual movimento de opinião pública contra os ensaios nucleares franceses e chineses numa grande mobilização contra os ensaios nucleares em geral (subterrâneos ou em laboratório) e contra todas as armas nucleares.

- A organização de um amplo debate em torno da revisão do Tratado de Maastrich, prevista para a Primavera de 1996.

- Discussão sobre a militarização da Europa e perspectivas relativamente ao papel da NATO e da ONU.

- O desarmamento, o encerramento das bases militares

estrangeiras, a redução das despesas com armamento, a aprovação de um tratado de proibição efectiva de venda de minas antipessoais.

- A solidariedade com os povos em luta pela sua autodeterminação, vítimas de agressões, ocupação ou ingerências estrangeiras.

- Apoiar e promover iniciativas no quadro do Ano Internacional para a Erradicação da Pobreza e da Miséria, que por decisão da ONU deverá decorrer em 1996.

Na reunião foram nomeadamente aprovadas moções sobre a ex-Jugoslávia e Timor-Leste.

Na moção sobre a ex-Jugoslávia condena-se o papel assumido pela NATO, defendendo-se que tal missão



Reunião, em Lisboa, do Conselho Executivo do Conselho Mundial da Paz

antes deveria ser confiada à ONU, em articulação com a Organização de Segurança e Cooperação Europeia. Considera-se ainda que esta missão não deveria concretizar-se "à revelia dos movimentos pacifistas da ex-Jugoslávia".

A moção sublinha ser "indispensável desenvolver esforços e tomar medidas adequadas para se pôr termo à guerra na ex-Jugoslávia e encetar um caminho pacífico de reconstrução económica,

social e cultural em toda a região".

O Comité Executivo do Conselho Mundial da Paz expressou a sua "sentida solidariedade com todos os que em Timor-Leste lutam com o sacrifício da própria vida pela liberdade do seu povo e pelo fim da ocupação.

Na moção aprovada denunciam-se as cúmplices subjacentes a esta situação.

"O verniz da nova ordem que os Estados Unidos da

América tentam impor ao mundo depois da Guerra do Golfo estala face à resistência do povo maubere. Dia após dia, a legalidade internacional e os direitos humanos são espezinhados em Timor-Leste e nem por isso se quebram, dentro da União Europeia ou entre as grandes potências, a teia de cúmplices que permite à Indonésia a manutenção de um regime férreo em Timor-Leste" - afirma-se no documento do Conselho Mundial da Paz.

PCP no 4.º Congresso do PC da Boémia e Morávia

No dia 2 de Dezembro realizou-se, em Liberec, cidade da Boémia do Norte, o 4º Congresso do Partido Comunista da Boémia e Morávia. O PCP esteve representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central e responsável pela Secção Internacional.

Na véspera, dia 1, em Praga, decorreu um encontro do Presidente do CC do PCBM, camarada Miroslav Grebenicek, com as delegações estrangeiras presentes no Congresso.

Da saudação do CC do PCP, destacamos alguns extractos.

"O PCBM, herdeiro das melhores tradições do movimento operário e comunista da Boémia e Morávia, desenvolve a sua acção em condições particularmente difíceis e complexas. A violenta ofensiva de restauração capitalista é acompanhada de uma política de revanche anticomunista e de tentativas de criminalização da própria História. Os comunistas e outras forças progressistas são objecto de escandalosas discriminações, perseguições, confisco dos próprios bens do Partido. Perante uma tal situação queremos exprimir-vos, queridos camaradas, a nossa fraternal solidariedade e o nosso grande apreço pela defesa corajosa, levando em conta as lições da experiência, dos valores e dos ideais dos comunistas e do carácter revolucionário do vosso Partido.

"Ao contrário do que pretendem as forças do capital, o comunismo não morreu. Na opinião do PCP o que fracassou na URSS e noutros países do centro e leste da Europa não foi o ideal comunista mas um modelo que se afastou e entrou mesmo em contradição em aspectos fundamentais - no domínio do Estado, da economia, do Partido, da ideologia - com os valores e os ideais do comunismo.

"Ao contrário do que pretendem os teorizadores do capitalismo como sistema histórico terminal, não é o capitalismo mas o socialismo, uma nova sociedade finalmente livre da exploração e opressão de classe, que pode responder às necessidades e aspirações dos trabalhadores e dos povos e aos problemas globais que hoje a Humanidade enfrenta."

A concluir, afirma-se na saudação do PCP: "No plano internacional continuamos a agir para fortalecer a amizade e cooperação dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos. No momento em que o imperialismo acentua a sua política exploradora, opressora e de intervenção agressiva, o desenvolvimento da solidariedade internacionalista é mais do que nunca necessário".



Encontro de uma delegação do CMP com Carlos Carvalhas e Domingos Lopes

CGTP-IN condena envio de tropas portuguesas para a Bósnia

A CGTP-IN tomou posição "contra o envio de tropas portuguesas" para a Bósnia-Herzegovina, sublinhando a preocupação com que vê "uma questão de tal gravidade" ser tratada "como se fosse consensual na sociedade portuguesa".

Em comunicado de imprensa, a central sindical sublinha a posição, que tomou desde o início desta guerra, "contra as ingerências externas na ex-Jugoslávia que conduziram ao desencadear de uma guerra fratricida que tem causado milhares de mortos, destruição económica e feridas étnicas profundas que, inevitavelmente, se reflectirão no futuro dos povos da região".

A CGTP-IN considera que "no quadro de uma guerra desta dimensão e profundamente mediatizada, é natural que aos olhos da opinião pública os acordos de Dayton apareçam como uma solução". Sublinha, entretanto, que "é crucial relembrar que os EUA tiveram nos acontecimentos que antecederam o acordo de Dayton uma atitude que, pela sua parcialidade, não

garante as condições dum duradouro processo de paz".

A CGTP-IN lembra, ainda, que a História nos ensina "que uma paz nestas condições pode ser não só precária, como também factor de novos conflitos" e que, a presença de tropas estrangeiras "para assegurarem pela força uma paz feita em tais condições não se afigura como a solução estável e duradoura pela qual vale a pena lutar".

Quanto à posição assumida por Portugal nesta guerra, o comunicado de imprensa começa por criticar a aceitação, de forma acrítica, de "imposições no âmbito da U.E., nomeadamente quando a Alemanha, em defesa dos seus interesses geoestratégicos, decidiu reconhecer a independência das repúblicas que constituíam o Estado jugoslavo". E sublinha que uma intervenção no quadro dos acordos de Dayton nos torna cúmplices das possíveis consequências negativas da sua aplicação, retirando "ao nosso país espaço para contribuir para uma solução aceitável pelas partes sem ingerências externas".



Greves e manifestações por toda a França. O maior movimento social desde 1968

França na rua!

O plano Juppé em números

* A partir de 1997, os abonos de família passarão a ser contabilizados em termos de imposto sobre o rendimento. Estes abonos serão congelados já no próximo ano. Assim, 2,9 milhões de famílias sofrerão um aumento dos impostos. 300.000 famílias, actualmente isentas, passarão a pagar impostos.

* As contribuições pagas pelos reformados e desempregados para o sistema de saúde, serão aumentadas em 1,2 em 1996 e 1,2 em 1997. Com as novas contribuições a pagar o poder de compra de um reformado do sector privado, com um pensão da ordem dos 5.000 francos por mês, sofrerá uma redução de 5,3%.

* Para os funcionários públicos, os anos de contribuição obrigatória para o direito à reforma passarão de 37,5 para 40.

Prossegue, por toda a França, o movimento social de protesto contra a política social e económica do governo de Chirac, considerado já como o mais importante desde Maio de 1968. Em causa estão, em particular, as reformas previstas para o sistema de segurança social, profundamente lesivas dos interesses dos trabalhadores.

Os transportes ferroviários continuam totalmente paralisados, assim com os transportes urbanos em Paris. Os serviços dos correios, o gás e a electricidade, as escolas primárias e os hospitais vivem também uma forte perturbação no seu funcionamento.

Os sindicatos organizaram entretanto nova jornada de acção nacional e apelam à generalização do movimento ao sector privado.

Foram lançados apelos para a greve a partir de 12 de Dezembro no sector bancário e registadas paralisações em fábricas do construtor automóvel Renault.

Os estudantes, reunidos em Assembleias Gerais, rejeitaram os planos do Ministro da Educa-

ção, considerando-os insuficientes, e votaram pela continuação da greve.

Os professores e o pessoal administrativo de algumas universidades decidiram associar-se ao movimento estudantil. Os sindicatos dos professores apelaram para uma greve nas escolas e liceus.

A adesão ao movimento grevista, apesar das profundas perturbações naturalmente causadas no quotidiano da população, é profundamente significativa. Uma sondagem publicada sábado passado indica que 62% dos franceses apoia as greves, nomeadamente do serviço público. Apenas 12% se afirmam hostis ao movimento social. Mais de 5% afirma não ter con-

fiança, ou pouca confiança, no governo actual.

Este movimento corresponde a uma real degradação da situação social da maioria da população. Enquanto a taxa de desemprego não desce dos 12%, os novos empregos criados são maioritariamente precários.

O consumo registou uma quebra espectacular, que o jornal "Le Monde" define mesmo como catastrófica. Segundo os dados agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, o consumo das famílias registou em Outubro uma quebra sem precedentes - 2,3% em relação a igual mês do ano passado, significando na prática um recuo para os níveis de 1993.

As medidas que o actual governo pretende implementar representam, nas palavras de Jacqueline Léonard, secretária nacional da CGT, um golpe muito duro para "a maternidade, a infância, as famílias trabalhadoras". Concretamente, para muitas famílias jovens, o subsídio destinado às crianças irá desaparecer. Os subsídios para a habitação "serão suprimidos à menor evolução do salário ou rendimento". A dirigente sindicalista sublinha que o plano Juppé significa "11 mil milhões a menos para as famílias".

Robert Hue, secretário-geral do Partido Comunista Francês, define as medidas do governo francês como "uma verdadeira declaração de guerra ao mundo do trabalho, às famílias trabalhadoras, ao pessoal da saúde". E denuncia: "O primeiro-ministro afirma que os esforços que está a pedir serão equitativamente repartidos. É totalmente falso e os seus próprios números o provam. O peso dos cortes nos orçamentos familiares é 11 vezes mais elevado do que o que recai sobre as empresas."

Forum em Paris pelos direitos das crianças

Representantes de 25 Estados reuniram em Paris, na sede da UNESCO, nos últimos dias de Novembro, para um Forum internacional destinado a relembrar os compromissos assumidos, há seis anos atrás, quando da adopção pelas Nações Unidas da Convenção sobre os direitos da criança.

O encontro serviu, fundamentalmente, para revelar, uma vez mais, uma realidade chocante: 1,4 mil milhões de jovens de menos de 18 anos são vítimas da miséria, 200 milhões de crianças de menos de catorze anos trabalham, 100 milhões são vítimas da droga.

A recessão económica, os reajustamentos estruturais impostos, em particular, pelo FMI e pelo Banco Mundial, as

guerras, têm consequências particularmente dramáticas para as crianças. Uma realidade que atinge mais brutalmente os paí-

ses do terceiro mundo, mas também os Estados industrializados. Nos Estados Unidos, 20% das crianças vivem abaixo do limiar

da pobreza. Na Europa ocidental são 5%.

No Forum de Paris foram igualmente referidas situações em que a vida das crianças é ainda mais difícil. Souha Arafat, mulher do dirigente palestino, lançou um apelo para a libertação de cerca de 2.000 mulheres e crianças palestinianas que continuam detidas nas prisões palestinianas. Entre estes presos, "esquecidos do processo de paz", contam-se adolescentes entre os 14 e os 16 anos.

Na mensagem dirigida ao Forum, o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, afirmou que "os direitos das crianças só serão preservados com uma luta incessante contra a pobreza e a injustiça".

* Nos Estados Unidos, o fenómeno da pobreza agravou-se consideravelmente nos últimos anos, passando de 14% das crianças, em 1974, para 20% em 1986. O que corresponde a uma criança em cada cinco.

* 10% a 15% das crianças dos países industrializados foram vítimas de abusos sexuais.

* Três milhões de menores alimentam, actualmente, as redes clandestinas de prostituição através do mundo. Uma situação que tende a agravar-se com os receios gerados pela Sida.

* Cinco milhões de crianças foram feridas ou ficaram mutiladas, vítimas de minas antipessoais. Particularmente em África, no Afeganistão, no Vietnam.

do seu fundo anti-racismo à minoria étnica nigeriana Ogoni, à qual pertenciam o escritor Ken Saro-Wiwae e mais oito activistas do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), executados em Novembro pelo regime militar da Nigéria.

Os activistas do MOSOP exigiam maior autonomia para o seu povo e contestavam a degradação ambiental da sua região provocada pelas empresas petrolíferas.

O fundo permitiu doar mais de 11 milhões de dólares (1,6 milhões de contos) nas duas últimas décadas, na maior parte para movimentos de libertação na África Austral. Entre os grupos mais financiados no passado contam-se a SWAPO da Namíbia e o ANC da África do Sul. O WCC reúne mais de 330 igrejas, na sua maioria protestantes e ortodoxas, em cerca de 100 países.

PNUD

Entre as 1,3 mil milhões de pessoas que sobrevivem em situação pobre nos países em desenvolvimento, uma em cada seis - totalizando 225 milhões - é deficiente.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), existem em todo o mundo cerca de 500 milhões de deficientes e o número aumenta à cadência de oito milhões por ano.

O PNUD indicou que os casos de deficiência são mais frequentes entre as comunidades mais pobres. A maioria dos deficientes é pobre, dependente, mal tratada, negligenciada, excluída dos sistemas de educação, de formação e do mercado de trabalho, revela o PNUD.

O PNUD, que patrocina com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) um programa de prevenção de deficiências, designado IMPACT, defende que grande número de deficiências, de ordem motora, sensorial ou mental/neurológica, pode ser evitado.

Palestina

Os graves problemas do emprego na faixa de Gaza e na Cisjordânia estão no centro de uma visita que o director do "Departamento Internacional do Trabalho" (BIT), Michel Hansenne, efectuou a esses territórios e a Israel.

Segundo um comunicado do BIT, o objectivo desta visita tem a ver com a reinserção económica de milhares de antigos presos palestinianos, numa altura em que na Cisjordânia e na faixa de Gaza "menos de um terço dos trabalhadores têm uma situação estável de emprego".

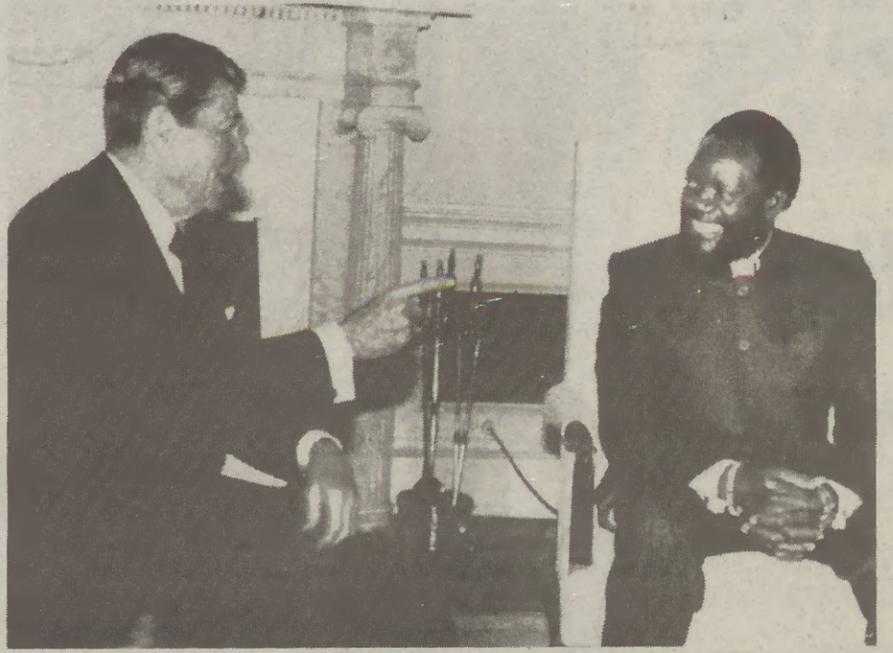
"Se não forem rapidamente criados postos de trabalho em grande escala, será impossível evitar a breve prazo que a agitação social reduza a nada a perspectiva de uma paz duradoura na região", considera Hansenne no comunicado.

A visita do director do BIT corresponde a um convite do governo israelita e da Autoridade Nacional Palestiniana. O número de palestinianos de Gaza e da Cisjordânia que encontram trabalho em Israel desceu drasticamente nos últimos anos, faz notar o BIT. Em 1992 eram 115.600 mas no corrente ano apenas 27 mil autorizações de trabalho foram passadas em Israel.

Velhas amizades



Savimbi com John Stockwell, chefe da Força de Intervenção da CIA contra Angola, em 1975



Ronald Reagan, Presidente dos EUA, recebe Savimbi em 30 de Janeiro de 1986 e promete-lhe ajuda militar

DOCUMENTO 4

COMANDO 427/2 - 331/C
215.67

Excelentíssimo Senhor
Dr. JONAS MALHEIRO SAVIMBI

Em referência à carta de V. Exa. de 10 de Março de 1972, tomei nota com apreço do seu propósito de encarregar uma sua Delegação de estabelecer um primeiro contacto com outra da nossa parte.

Para esse efeito, e de acordo com o despacho conjunto de Sua Excelência o Governador Geral de Angola e o Comandante Chefe das Forças Armadas de Angola, de 1 de Março de 1972, junto envio um salvo-conduto para as pessoas que constituirão a vossa Delegação. Os seus nomes serão inscritos nos espaços para isso reservados.

V. Exa. mandará indicar-me, com um mínimo de 24 horas de antecedência, o dia em que lhe convém efectuar a reunião.

A vossa Delegação será transportada pelos madeiros Srs OLIVEIRA e DUARTE, para um local a ser fixado por este Comando, onde a Delegação e os dois madeiros serão recolhidos por um helicóptero da FAP.

As conversações terão lugar num quartelamento militar do LUSO, a fim de se assegurarem as necessárias condições de segredo, e espera-se que não demorem mais que uma manhã.

Terminada a reunião, a Delegação será colocada pelo mesmo meio de transporte num local onde será transferida para a vinda dos madeiros.

Este local será comunicado ao madeiro que não vier ao Luso e que, para o efeito, deverá deslocar-se para Canguinho.

Aguardando o regresso da vossa Delegação, esta será portadora do novo salvo-conduto para o encontro seguinte.

COMANDO / Continuação do officio
na 427/2

Reafirmo que a minha Delegação escutará atentamente tudo quanto venha a ser-lhe transmitido, com vista a definir-se uma base inicial de entendimento, tão necessária para obterem resultados positivos.

A minha Delegação terá também poderes para esclarecer alguns pontos abordados na sua carta de Fevereiro de 72 e para acordar pormenores de execução, sempre dentro dum espírito francamente aberto e com o mais firme propósito de se estabelecer um diálogo frutífero, em obediência às determinações que recebi das duas mais Altas Autoridades da Província.

Como V. Exa., espero que se abra assim o caminho para a solução dos problemas que afectam os povos de Angola e que estão na primeira linha das nossas preocupações, o que requer, como condições essenciais, espírito de cooperação, apurado sentido dos interesses em jogo e profundo amor a esta Terra e às suas gentes.

A Bem da Nação

Comando da ZML, no Luso, 16 de Março de 1972.-

O Comandante da ZML

J. M. BETHENCOURT RODRIGUES
GENERAL

DOCUMENTO 5

MUITO SECRETO

DIRECTIVA CONJUNTA «MADEIRA»

DO GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA E DO COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

PARA COMANDANTE DA ZONA MILITAR LESTE

Referência: a. Directiva de S. Exa. o Ministro do Ultramar
b. Informação nº 69/RB, de 20Mar73, do SGON (nota nº 79/RD, de 4ABR, do SGON).
c. Carta, de 23JAN73, do Chefe da Rep. do Gab. do Gov-Geral de Angola ao Dr. Savimbi.

1. A presente directiva tem por objectivo definir as bases gerais em que deve prosseguir a ligação com a UNITA (OPERAÇÃO «MADEIRA»), que tem vindo a efectivar-se, com vista a:

- a. Garantir-se a colaboração da estrutura armada da UNITA na luta contra o In, quer no TM, quer no exterior;
- b. Conseguir-se a reintegração da UNITA e das populações sob o seu controlo na Comunidade Nacional.

2. O Comandante da Zona Militar Leste é o delegado do Governador-Geral de Angola e do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola para todos os assuntos relativos à COLABORAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DA UNITA.

Para tal, assegura a continuação das ligações necessárias entre o Dr. Savimbi, Chefe da UNITA, ou seus delegados, e o Comando da Zona Militar Leste (Grupo de Trabalho «Madeira», já do antecedente nomeado).

- 3. O Comando da Zona Militar Leste deverá desde já:
 - a. Reafirmar as garantias já dadas com vista à reintegração; - fazendo chegar ao Dr. Savimbi a carta em referência C; - estabelecendo com aquele a correspondência necessária ao fortalecimento da ligação;
 - b. Continuar as diligências que do antecedente vêm sendo feitas,

tas, por forma a criarem-se condições que propiciem a realização de contactos mais estreitos com delegações da UNITA ou com o seu próprio Chefe.

4. No âmbito da COLABORAÇÃO:
a. A área onde se encontra actualmente a UNITA não será ampliada. Poderão ser atribuídas áreas para actuação contra o In, mas sempre com carácter temporário e sob controlo e coordenação do Cmd. da ZML.

b. Solicitar ao Dr. Savimbi para indicar os aspectos, no campo sócio-económico e no das informações no interior e exterior, em que, na fase actual, poderá desde já actuar-se, sem afectar a situação do segredo pretendido.

c. Elaborar a previsão de despesa no corrente ano, para apoio no campo sócio-económico e noutros a prestar à UNITA, enquanto não for inteiramente definida a forma como aquele apoio se irá processar no plano da REINTEGRAÇÃO.

5. No âmbito da REINTEGRAÇÃO:
a. Prevê-se que a reintegração da UNITA se processe em fases sucessivas; na 1ª fase, a UNITA deve manter-se na clandestinidade, de forma a poder colaborar na luta contra o In ou TN ou desenvolver acções no exterior e a permitir-lhe actuar a nível internacional.

b. Solicitar ao Dr. Savimbi opinião e sugestões quanto ao modo como o processamento da reintegração deve ser planeado, tendo em atenção os requisitos da clandestinidade, tanto no interior como no exterior, pelo menos na 1ª fase.

c. Oportunamente serão enviados ao Cmd da ZML instruções mais pormenorizadas, relativas ao processamento da Reintegração da UNITA. Solicita-se, no entanto, desde já, o envio de elementos que esse Comando considere que devam ser incluídos no Plano de Reintegração.

6. O Comandante da Zona Militar Leste poderá propor a inclusão no Grupo de Trabalho «MADEIRA» de outros elementos julgados necessários, convindo porém restringi-lo ao menor número possível, por razões de segurança.

O GOVERNADOR-GERAL FERNANDO SANTOS E CASTRO
O COMANDANTE-CHEFE JOAQUIM DA LUZ CUNHA GENERAL

Distribuição:
Exemplar nº 1 - General Comandante da ZML
Exemplar nº 2 - Secretariado Geral da Defesa Nacional
Exemplar nº 3 - Governo Geral de Angola
Exemplar nº 4 - QG/CCFAA
Exemplar nº 5 - QG/CCFAA

Handwritten document with stamps: MUITO SECRETO, DIRECCIAO SUPERIOR DE DEFESA, DO GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA, DO COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA, PARA COMANDANTE DA ZONA MILITAR LESTE. Includes references to documents and a distribution list.

Fernando Lopes-Graça

Homenagem de amigos e camaradas

Promovida pela Comissão de Freguesia da Parede do PCP, assinalando um ano passado sobre o falecimento de Fernando Lopes-Graça, realizou-se romagem ao cemitério de Trajouce, reunindo numerosos amigos e camaradas do Maestro. Nesta homenagem participaram, além dos oradores - Mário Casal Ribeiro, da Comissão de Freguesia do Partido, Professor António Borges Coelho, historiador e escritor, e Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e Director do nosso jornal - o vereador Carlos Soto, da Câmara de Cascais, Júlio Filipe, membro do Comité Central e responsável pela organização concelhia, e Celeste Amorim.

Mário Casal Ribeiro, lembrando o «camarada e amigo que durante mais de trinta anos aqui viveu, produziu e nos legou grandiosa e vasta obra musical», «o comunista e antifascista convicto que por isso mesmo foi constantemente votado ao silêncio pelos servidores do grande capital», sublinhou que um ano após o seu desaparecimento físico querem continuar a calar esta grande figura da cultura portuguesa.

Para sempre

O responsável comunista da Freguesia recordou a atitude inqualificável da Câmara de Cascais, a quem atempadamente fora pedida a cedência de materiais para realizar uma exposição na Escola Secundária da Parede. A CMC não só respondeu a más horas como apenas se dispôs a facultar "cópias" dos materiais. Ao mesmo tempo, salientou Mário Casal Ribeiro, uma notícia vinda a lume recentemente no "Jornal da Costa do Sol" revela que o Pelouro da Cultura da Câmara vai homenagear no próximo ano o maestro espanhol Manuel de Falla pela passagem do 50º aniversário da sua morte, com inclusão de obras de Lopes-Graça...

Manifestando o receio de que o espólio de Lopes-Graça acabe por ficar «em qualquer suguão, como está há longos anos o espólio de Michel Giacometti, seu companheiro de trabalho», o orador referiu-se ao exemplo flagrante «do desinteresse e desleixo a que se começa a votar o Maestro, e que é o facto de a sua campa estar votada ao abandono, não por culpa dos familiares que quiseram arranjá-la, mas sim por culpa da CMC que lestemamente correu em busca do seu espólio e que, tendo a responsabilidade do seu arranjo, ainda nada fez por isso».

O camarada referiu ainda que nesse próprio dia estava marcada a inauguração de uma placa toponímica com o nome de Lopes-Graça, em Tires, e que no dia anterior, quando o construtor ultimava a sua feitura, recebeu ordem do Presidente da Junta de S. Domingos de Rana para parar a obra.

«Não há palavras para definir tamanha tacanhez. As acções deste jaez definem bem a mentalidade cultural e política desta gente», disse Mário Casal Ribeiro, que se referiu ainda a outros exemplos do mesmo tipo, terminando:

«Nós, os que tivemos o privilégio e a sorte de te ter como amigo e camarada, lembrar-te-emos para sempre.»

Alegria solar

A breve intervenção de Borges Coelho, evocando a memória de Lopes-Graça que ali reunia admiradores, amigos e camaradas «todos contagiados pela humanidade da sua vida, pelo seu sentido de intervenção, de ligação aos outros, de dignidade e altivez face aos opressores, de desprezo pelos meios empregados», recordou a «alegria solar» do artista.

«Ao longo da sua vida», disse Borges Coelho, «quase iniciada com o século, viveu intensamente os grandes movimentos colectivos, e contribuiu também ele para a esperança, pagando com o cárcere, as perseguições diárias e o exílio. Companheiro dos maiores intelectuais do seu tempo, aos salões preferiu a intimidade da gente de trabalho e do povo pobre do interior.»

E mais adiante: «Não há paraísos, mas sempre houve na nossa imaginação, até Luís de Camões o cantou na Ilha dos Amores. Mas uma sociedade mais fraterna, mais bela, mesmo sabendo das malformações dos homens, é possível e necessária. Fernando Lopes-Graça intervinha, era solidário, e pelo seu alto exemplo incitou cada um de nós a elevar-se constantemente pelo estudo, pela criação e pelo usufruir da beleza criada pela nossa mente e a nossa mão.»

«A alegria solar é a melhor companheira do presente, mesmo quando a terra está seca, e é também a mais sábia e equilibrada parceira do futuro. Amador da alegria, da boa mesa, da fraternidade, Fernando Lopes-Graça convida-nos ao trabalho e à luta mas integrando a alegria e a festa, pois quando vai para a romaria, até *A Senhora da Ribeira! tem uns sapatinhos brancos! pra passear o terreiro! Domingos e dias santos.*»

Lutador pela liberdade

Por sua vez, Carlos Brito sublinhou as razões da homenagem: «Um pouco mais de um ano depois, voltamos ao cemitério de Trajouce, em visita à última morada de Fernando Lopes-Graça, nos dizeres consagrados, para desdramatizar esta convivência com a morte.

«Vimos em romagem de saudade a um grande amigo, a um



camarada de Partido e de luta, a um cidadão verdadeiramente exemplar, a uma das maiores figuras da nossa cultura deste século.

«Vimos na certeza de contribuir para que se difunda o conhecimento e o apreço pela sua obra de criador, ensaísta e divulgador da música e de outras áreas da cultura, obra que constitui um dos mais valiosos patrimónios que o nosso país possui nestes domínios.

«Vimos também para que o seu exemplo de cidadania e de lutador pela liberdade, a democracia e o socialismo chegue às mais jovens gerações e possa frutificar entre elas, num momento em que ainda estão em moda, embora já em regressão, valores que lhe são opostos.

«Ninguém verdadeiramente bem formado pode ficar indiferente à tenacidade com que

Lopes-Graça resistiu às perseguições que lhe foram movidas pela ditadura fascista, desde várias prisões ao impedimento de ensinar em estabelecimentos públicos e à proibição de as suas obras serem transmitidas na emissora oficial. Nunca cedeu, antes foi revigorando a firmeza com que denunciava e combatia o regime opressor, através dos actos (onde se inscreve a sua adesão ao PCP em 1948), da palavra, onde quer que podia fazer uso dela pela escrita ou oralmente e, especialmente, das suas "Canções Heróicas" e da intervenção da sua música.

«Foi nestas condições particularmente duras que foi construindo, com determinação e paciência, a sua vasta obra de compositor, que a crítica distingue, pela excepcional qualidade, como das maiores da história musical do nosso país.

«É uma música repassada de humanismo, onde palpitam os anseios e as angústias do homem do nosso tempo e onde são engrandecidas as suas aspirações e as suas paixões. Isto acontece não por qualquer instrumentalização ideológica que o Maestro sempre recusou, mas pela sua comunhão com o povo, o país e a nossa cultura mais genuína, com a causa dos trabalhadores e os ideais libertadores da humanidade, que partilhava.

«Há um ano, quando o corpo de Lopes-Graça desceu à terra, Álvaro Cunhal salientou, neste mesmo lugar: "Audacioso pioneiro na busca e na descoberta de novos valores musicais, Lopes-Graça levava a música ao povo, certo que o ouvido musical do povo, livre de preconceitos, está apto a apreciar e a entender".

«Lembrei-me então de um escrito do ardoroso polemista, que Lopes-Graça também foi, em que o Maestro arguia: "para a compreensão íntima, profunda, da música, vale muitas vezes mais uma virginal ignorância dos seus problemas do que o conhecimento puramente intelectual ou o exibicionismo pedantesco destes".

«Linhas antes desta conclusão, advertia: "O que interessa não é entender de música: é gostar dela, é senti-la, é amá-la, é compreendê-la".

«O grande compositor continuará vivo e actuante na sua música e é através dela que se pode travar o melhor conhecimento com a sua altíssima estatura.

«Actos como o que hoje realizamos, por iniciativa da Comissão de Freguesia da Parede do PCP, têm o grande mérito de não só fazer perdurar a lembrança do seu nome, mas especialmente de apelar ao conhecimento da sua obra. Em relação a esta, ocorre-me também a singela interrogação que o Maestro se fazia numa entrevista, em 1974. Dizia ele: "Poder-se-á atribuir à minha música, a alguma da minha música, ao menos essa limitada qualidade 'popular', essa limitada vocação 'democrática'?" E rematava: "Desejaria que assim sucedesse".

«Quem tem dúvida de que assim sucede e que a música de Lopes-Graça se tornou, em grande medida, a expressão musical de gerações de portugueses, e provavelmente não só, neste final de milénio?

«A poesia não é dos seus autores, mas daqueles para quem é útil, diz o *Carteiro de Pablo Neruda*, num bellissimo filme que está em exibição em Lisboa.

«Acontece naturalmente o mesmo com a música. A música de Lopes-Graça tornou-se a nossa música. A nossa música de resistência e esperança, o nosso hino de combate, e não só no tempo da ditadura. "Acordai homens que dormis" e "Não fiques para trás, ó companheiro" são apelos tão actuais como a certeza de que "Chegaremos ao fim da estrada".»



A actividade turística — desafios e perspectivas

ACTIVIDADE turística, ou o Turismo na simplificação dos conceitos, tem vindo progressivamente a assumir-se como um importante segmento da actividade económica em múltiplos países. O recente Forum Internacional da Organização Mundial de Turismo (OMT) realizado em Cadiz que reuniu deputados, eleitos no Poder Local e vários agentes ligados a esta actividade económica, considerou o turismo como a actividade económica mais importante a nível mundial, com um volume de negócios acima da indústria petrolífera.

Com efeito estimaram então que através da actividade turística ter-se-iam obtido em 1994 receitas no montante de 321,5 milhões de dólares, 47,7 % das quais realizadas na Europa, região que, apesar de ter vindo a perder nos últimos 20 anos algum peso relativo, continua a deter uma posição predominante face a outras regiões do globo, quanto ao número de turistas e visitantes que acolhe, bem como em relação ao volume de receitas que realiza através desta actividade.

Reflexo desta realidade é também o facto do maior interesse que a União Europeia dispensa hoje à actividade turística já que a mesma representa cerca de 7% do PIB Comunitário. As recomendações aprovadas para a elaboração de uma "Estrutura de Política Comum de Turismo", as propostas para a criação de uma "Divisão Política de Turismo", o parecer do Comité das Regiões acerca do "Turismo e Espaço Rural" e mais recentemente, em Maio deste ano, o "Livro Verde Sobre Turismo" são disso exemplos.

Excessivo optimismo

No Forum Internacional de Cadiz, em projecções expressas para o próximo século, a actividade turística foi apontada como o segmento mais importante da economia mundial. Não compartilhamos do excessivo optimismo que tais teses, na nossa opinião, revelam. Todavia tal facto não nos impede de considerarmos que o Turismo, como sector de actividade económica, pode constituir um importante instrumento para o desenvolvimento do País, assente nas diversas realidades regionais que a actividade turística integra.

As razões pelas quais não compartilhamos tais teses radicam no facto de, reconhecendo a importância desta actividade, não esquecermos as fragilidades e dependências que a mesma integra. Para nos situarmos, sublinhamos a este respeito que a expressão que hoje já atingiu a actividade turística se deve a importantes conquistas sociais adquiridas das quais destacamos a elevação do nível de vida e o facto de largas camadas da população passarem não só a ter direito a férias mas às mesmas serem remuneradas. Estas e outras importantes conquistas sociais estão sendo postas em causa pelo elevado número de desempregados que a Europa Comunitária hoje assinala e pelos ataques que estão em curso aos sistemas de protecção social. Também aqui não se pode ter sol na eira e chuva no nabal.

milhões de visitantes dos quais 9,3 milhões foram turistas, tendo-se obtido uma receita estimada em cerca de 700 milhões de contos.

Sendo portanto incontornável e por conseguinte incontestável a importância que a actividade turística tem hoje na economia nacional, quais são os desafios que nos estão colocados e, noutro sentido, qual o peso, a importância, que lhe deve ser atribuída no quadro de uma política de desenvolvimento do País?

Referimos atrás a importância que continua a caber à Europa, como zona mais procurada por grandes fluxos turísticos a nível mundial. Significativamente é também da mesma Europa que obtemos os principais contingentes de turistas que nos procuram como destino de férias. Questão importante para nós é a de sabermos que lugar ocupamos neste mercado face aos nossos parceiros comunitários porque, entre outros aspectos, tal facto nos pode ajudar a definir as nossas opções estratégicas para esta actividade.

Nesse sentido sublinhamos que Portugal, num quadro de 20 países em cuja economia o turismo representa um papel de relevo, o lugar que ocupamos é o 18º. A Espanha neste contexto é 3º.

Assumir a consciência deste facto significa, na nossa opinião, a obrigatoriedade de definirmos uma estratégia que tem de ser afirmada na defesa da qualidade dos nossos recursos, produtos e serviços turísticos. Concorrer numa linha de massificação e vulgarização será o caminho mais curto para nos conduzir à desqualificação e desvalorização de importantes destinos e como consequência a acolhermos contingentes de menores recursos.

Concorrência agressiva

A actividade turística passa por profundas alterações. A dimensão do volume de negócios nela obtidos motivou a atenção e o interesse das grandes multinacionais. A concorrência tornou-se mais agressiva. De igual modo se verificam alterações no comportamento do perfil médio do turista, tornando-se mais exigente quanto à relação oferta-produto-preço. As estadias são mais curtas. Aumentou a procura de destinos alternativos ao sol e praia (embora não nos restem dúvidas que ainda hoje 80 % dos fluxos turísticos que acolhemos são atraídos por tal produto). É maior o interesse pelo turismo ligado ao património, à natureza, à cultura, ao desporto, à gastronomia. Como se verifica igualmente uma reanimação importante no turismo termal e se afirmam nichos de mercado associados ao turismo de negócios nos quais os Congressos assumem já um papel de relevo.

Por outro lado concorrem hoje com extrema agressividade destinos exóticos que até há alguns anos atrás eram somente disfrutados por

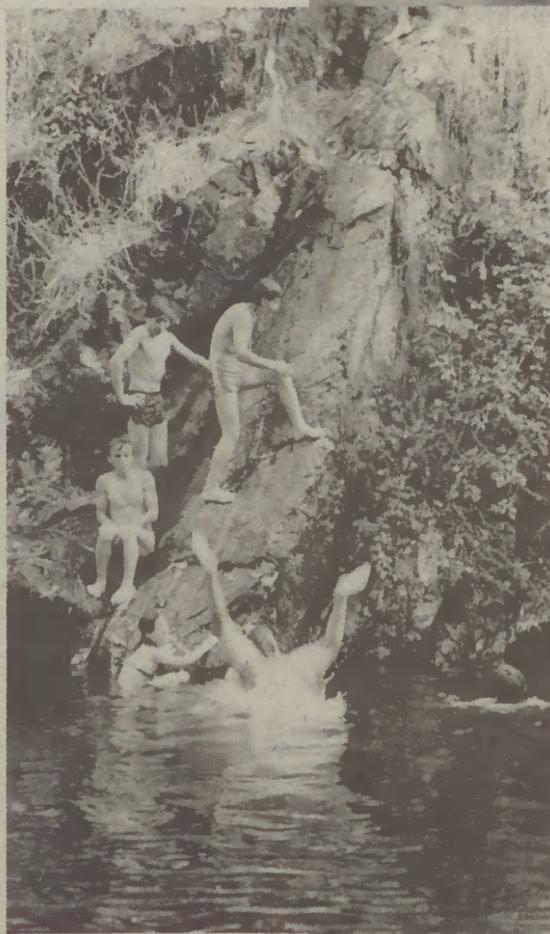
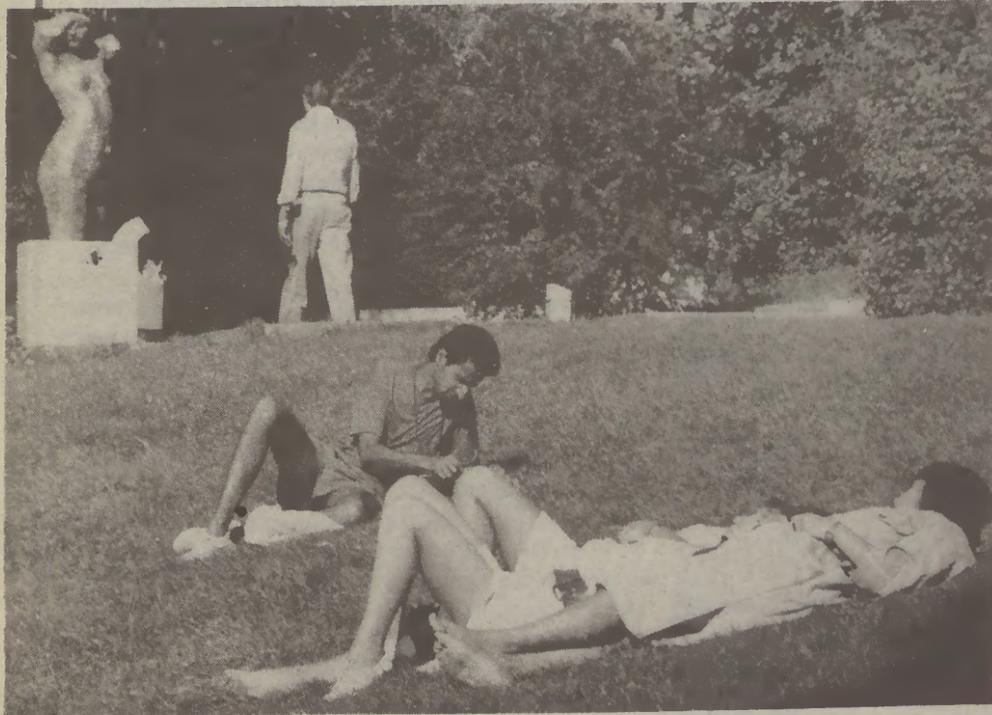
profundamente associadas. Hoje, mais do que crescer no plano da oferta de alojamento e de outros equipamentos associados a esta actividade, importa saber até onde é comportável a nossa oferta turística e, tão importante quanto isso, para que destinos e correntes prioritariamente nos temos de dirigir.

O ano de 1994 e, de uma forma geral o presente ano, apresentaram melhores resultados que os anteriores quebrando-se, aparentemente, um ciclo de retrocesso que esta actividade vinha a evidenciar pelo menos ao nível das grandes regiões turísticas do País, embora o nível das receitas não tenha, na mesma proporção, acompanhado tal crescimento.

Todavia estes resultados não podem desviar-nos a atenção de importantes problemas estruturais que continuam a estar presentes, dos quais destacamos: a taxa média de ocupação na hotelaria clássica ter sido baixa; a sazonalidade continuar a marcar fortemente esta actividade com a chamada época alta a encurtar-se no tempo; o perfil médio do turista não ter sofrido alterações significativas; o sector da restauração ter tido, em geral, maus resultados. Para além disso os méritos deste crescimento estarem em muito associados a problemas de insegurança que continuam a estar presentes em mercados concorrenciais.

Ao sublinhar tais factos também a eles associados aqui deixo algumas considerações acerca da promoção dos nossos produtos turísticos.

Não discuto se as verbas dispendidas são suficientes ou não. Não o faço por demissionismo mas por mera prudência. São de qualquer forma verbas vultuosas saídas do OE, dos recursos das RT's, das autarquias e da própria iniciativa privada.



No nosso país o peso da actividade turística na nossa economia tem vindo gradualmente a aumentar, até pelo confronto com o definhamento e a destruição que se tem vindo a verificar nos sectores produtivos da agricultura, pescas e indústria. Em 1993 o turismo representava já 8% do PIB, empregando um contingente de mão-de-obra superior ao tradicional sector da indústria têxtil.

Com uma distribuição regional muito desequilibrada, fruto das profundas distorções que desde a sua expansão estiveram presentes, o Algarve, a chamada Costa de Lisboa e a Madeira detêm cerca de 70% da oferta de alojamento. Portugal terá recebido em 1994 cerca de 22

reduzidos segmentos de mercados. Só a insegurança que muitos deles atravessam impede a sua mais forte afirmação como destinos turísticos.

Todos estes factores conferem uma importância acrescida à necessidade de esta actividade económica ser dotada com políticas coerentes, articuladas, de forma a que seja garantida uma devida ocupação territorial, uma acertada defesa dos recursos turísticos existentes, uma rigorosa planificação da oferta de alojamento nas suas diversas componentes e finalmente acções promocionais que tenham em conta as diversas realidades regionais e a estas estejam



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão Política

Num quadro de 20 países em cuja economia o turismo representa um papel de relevo, o lugar que ocupamos é o 18º. A Espanha neste contexto é 3º

paginaram-se mal com a degradação económica que atingiu largas camadas da população. Mantiveram-se áreas promocionais em boa parte sem qualquer correspondência com às áreas das RT's, nem tão-

O que me preocupa é o saldo final obtido com as mesmas. A promoção tem obrigatoriamente de ser vista como um investimento e nesse sentido tem de ser avaliada. Interessa a todos saber se as importantes somas dispendidas permitiram aumentar quotas de mercados, ajudaram a diversificar correntes turísticas, combateram a sazonalidade ou se pelo contrário o dinheiro gasto serviu para alimentar um aparelho inoperante servido por pequenas, médias ou grandes vaidades.

Realidades regionais

Tais preocupações e dúvidas são tanto mais pertinentes quanto as grandes linhas de acção destinadas à promoção dos nossos produtos turísticos se desenvolverem sem terem em devida conta as realidades regionais, os recursos existentes, a oferta disponível e as instituições regionalizadas que têm a ver com a actividade turística, designadamente as Regiões de Turismo.

As verbas dispendidas para estimular o turismo interno com-

-pouco com as áreas de planeamento representadas pelas actuais CCR's, e muito menos com a actual divisão administrativa do País.

Neste sentido parece-nos de extrema importância que este balanço anual pudesse ser dado e o local próprio no plano institucional para o fazer fosse o Conselho Nacional de Turismo organismo que na nossa perspectiva deveria ser de novo posto em funcionamento com esta ou outra designação.

No plano dos instrumentos financeiros colocados à disposição deste sector através do QCA, está por fazer o balanço aos resultados obtidos pelo primeiro SIFIT. Era de facto importante saber-se se tais apoios financeiros serviram para corrigir assimetrias, valorizar recursos, promover uma oferta diferenciada. São perguntas que carecem de respostas.

Valorizando o turismo como uma afirmada componente da economia nacional, o anterior Governo persistiu numa política de escudo forte e crédito caro, diminuindo a capacidade de concorrência da actividade nacional. Manteve uma tributação no IVA que atingiu, particularmente de forma negativa, o amplo sector da restauração estimulando, para além do mais, a fuga ao fisco.

No plano legislativo, o sector continua atravessado por vários conflitos de que são exemplo a nova Lei Hoteleira (cujo destino final se desconhece), a Lei das Agências de Viagens, a Lei do Jogo e de uma forma particular a nova Lei Quadro das RT's que retirou competências a estas estruturas colocando-as numa posição de intolerável dependência da tutela. Do mesmo modo ao suspender o Decreto-Lei que regulamentava o financiamento às RT's o anterior Governo colocou estes organismos na extrema dependência dos favores do poder central sem capacidade, a maioria delas, para projectarem e manterem a sua actividade.

Os Planos de Ordenamento do Território (Algarve e Litoral Alentejano) têm-se revelado mais como um mecanismo de usurpação de poderes das autarquias do que como instrumentos de efectiva correcção aos desmandos na ocupação do espaço físico do território.

Propostas do PCP

Neste quadro e perante uma actividade em tão profunda mutação, que em si mesma já comporta elevados factores de imponderabilidade, demasiadamente exposta a factores conjunturais, com pesados e imediatos efeitos nos seus resultados finais, a inconsistência, a desarticulação, o distanciamento das realidades regionais, a que se tem vindo a assistir por parte da acção política de sucessivos governos, tornam mais urgente a necessidade de se tomarem medidas no domínio do planeamento desta actividade, do investimento, da legislação, do emprego e da formação profissional, da valorização das estruturas regionais

de alojamento turístico e a criação de infra-estruturas (animação, desportivas, congressuais, culturais, entre outras) de forma a darem suporte a uma oferta diversificada e de qualidade de produtos turísticos, elementos que consideramos indispensáveis no combate à sazonalidade e à conquista de outros mercados;

- uma política de promoção mais adequada às realidades e características de cada região de forma a que os avultados investimentos se repercutam no aumento do número e qualidade dos turistas que acolhemos;

- o efectivo apoio e reconhecimento do papel que representam as RT's, reforçando os seus poderes e clarificando as formas de financiamento através da elaboração de uma nova Lei Quadro;

- uma política salarial, de emprego e formação profissional assente no efectivo reconhecimento de que um bom serviço prestado é indissociável de uma oferta de qualidade só possível de obter com o pagamento de salários e regalias sociais que estimulem a manutenção dos trabalhadores nos locais de trabalho através de vínculos laborais estáveis;

- uma política cambial, fiscal e de crédito, mais adequada às realidades económicas do País;

- a revisão e actualização dos vários aspectos legislativos que têm a ver com toda a actividade turística.

Dúvidas e preocupações

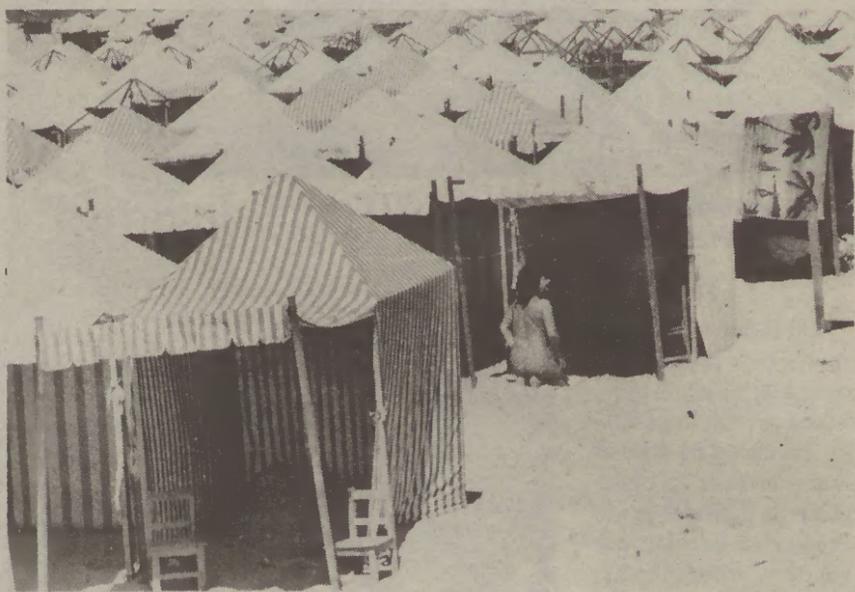
Deixo propositadamente para o fim uma referência à política comunitária para esta área. Em matéria de turismo não existe uma política comum. Até aqui os centros de decisão comunitários têm considerado que o turismo tem sido beneficiado pelas políticas transversais da UE. Isto é, através dos apoios dados ao FEDER, ao Ambiente, à Cultura, etc.

Todavia as pressões no interior da Comunidade para a adopção de uma política comum para o Turismo estão em minha opinião crescendo. Nesse sentido as recomendações inscritas no Livro Verde de que atrás fizemos referência, representam um importante passo nesse sentido.

Por outro lado assistimos com alguma preocupação à defesa desse caminho por parte de várias Associações patronais ligadas ao sector. Caminho idêntico é expresso no Programa do actual Governo quando em matéria de turismo defende como objectivo "colaborar activamente na definição e adopção de uma política comunitária em matéria de turismo...".

Quero aqui deixar-vos as maiores dúvidas sobre tal objectivo. Mais que não fosse pela experiência, a nosso ver, catastrófica que estamos a viver como reflexo das políticas comuns na agricultura e nas pescas. Veja-se o resultado das negociações com o Acordo de Marrocos perante o qual este Governo teve entradas de leão e saídas de sendeiro para se exigir uma outra atitude.

Na nossa opinião, Portugal, pela dimensão que tem, pelas características específicas da nossa economia, mesmo em termos turísticos, pelo diminuto peso negocial que temos revelado no interior da UE, obteria mais vantagens se abandonássemos uma



de turismo, de forma a dar, em palavras e em actos, um novo e importante impulso a esta actividade.

Nesse sentido e de forma sintética, as propostas do PCP apontam para:

- a elaboração de Planos Regionais de Turismo instrumentos de planeamento que consideramos fundamentais para obter uma adequada ocupação do espaço físico, assegurando uma melhor coordenação entre a política de desenvolvimento turístico e o ordenamento do território, tendo também em vista a definição do tipo de oferta de alojamento a edificar, a integração na actividade regular da oferta paralela

linha fundamentalista, seguidista, em relação ao que pode ser útil para os interesses dos países mais poderosos da UE mas que se tem revelado muito prejudicial à defesa dos nossos interesses nacionais mesmo quando se tratar, como é o caso, da actividade turística.

Ao invés do seguidismo evidenciado o que se torna necessário é encontrar, defender, aplicar uma linha de intervenção que nos permita obter as maiores vantagens relativas tendo presente a defesa dos interesses nacionais que estão em causa. Este objectivo estratégico deve também estar presente nas nossas relações com a UE em matéria de actividade turística.

Todo o empenhamento é necessário

CGTP quer mais jovens nos sindicatos

Culminando uma discussão preparatória travada nos diferentes níveis das estruturas do movimento sindical unitário, teve lugar no dia 25 de Novembro, em Lisboa, a conferência da CGTP-IN sobre a juventude trabalhadora. Como noticiámos no número anterior, a iniciativa reuniu quase cinco centenas de sindicalistas, a maioria dos quais com idades até 30 anos, e apontou as grandes linhas de reforço da participação dos jovens na vida sindical, objectivo que corresponde à necessidade de resolução dos problemas específicos dos trabalhadores mais novos e também ao desejado rejuvenescimento dos sindicatos. No rescaldo da conferência, confrontámos Rogério Silva, coordenador da Interjovem, a organização de juventude da CGTP, com algumas questões que têm a ver com a concretização das decisões aprovadas.

Avante!: Como foi reconhecido na conferência, os jovens trabalhadores, além de estarem sujeitos a ritmos de trabalho muito intensos, têm uma frágil consciência de classe, desconhecem muitos dos seus direitos (em geral, ignoram, por exemplo, o que é um emprego certo). Como pode uma posição tão frágil (perante o patronato) permitir uma mais intensa participação de jovens na actividade sindical?

Rogério Silva: Penso que os exemplos das lutas mais recentes pelo emprego, como é o caso da Grundig, da Manuel Pereira Roldão, da Rodoviária do Sul do Tejo e de muitas outras empresas, são indicadores da participação dos jovens trabalhadores nas lutas de forma combativa e consciente. Mas penso que temos de ser mais eficazes no combate à precariedade e na divulgação dos direitos, valorizando mais a contratação colectiva. Ou seja, temos de procurar criar as condições para que os jovens, com o seu envolvimento na luta, consigam alterar positivamente o seu vínculo de trabalho. O movimento sindical tem um papel insubstituível no transmitir aos jovens confiança, e os exemplos positivos que já referi são a prova de que vale sempre a pena lutar.

Av!: Entre as centenas de milhar de desempregados, contam-se muitos com idades até 30 anos. Como pode desenvol-

objectivo manipular a sociedade e moldar as opiniões, de forma a contrariar as aspirações dos trabalhadores; mas também servem para esconder a realidade, que é o facto de o capitalismo cada vez mais intensificar a exploração e ter os jovens como alvo privilegiado. Como tal, penso que é necessário que os jovens se organizem na luta pelo emprego, e o movimento sindical pode dar o seu apoio.

Av!: Os baixos níveis salariais e de qualificação caracterizam, segundo o vosso diagnóstico, o panorama do emprego juvenil. Isso significa, que também para a CGTP e a Interjovem, ao terminarem o Secundário, os cursos de formação profissional ou mesmo o Ensino Superior, os jovens não estão devidamente preparados para o trabalho?

RS: Significa que é necessária mais e melhor formação profissional, não basta apenas o Governo falar nela. Os jovens têm capacidade, são qualificados e estão preparados; o proble-

ma é que o patronato, com a sua natureza exploradora, não reconhece as qualificações para pagar menores salários. Outro problema é a quantidade de malta que tira cursos vezes sem conta e, depois, não encontra trabalho no sector de actividade respectivo.

Av!: A quem cabe levar à prática a decisão da conferência quanto ao reforço do trabalho sindical entre os jovens e à intensificação da participação de jovens na actividade dos sindicatos: à Interjovem, à CGTP, aos sindicatos e federações...?

RS: É uma tarefa a que todos têm que dar o seu contributo: sindicatos, federações, uniões, Interjovem... Os jovens participarão mais na luta e na actividade dos sindicatos na medida em que formos capazes de resolver problemas que os afectam. Como são os sindicatos e as federações que negociam os contratos colectivos de trabalho, têm um papel insubstituível no levar à prática as decisões da conferência. Por exemplo, é decisivo o papel dos sindicatos para o êxito da campanha de sindicalização de jovens, que a CGTP-IN vai lançar em Janeiro próximo (e que tem como meta inscrever nos sindicatos 5 mil novos sócios com idades até aos 30 anos e eleger 300 delegados sindicais na mesma faixa etária), tal como na campanha contra a utilização abusiva e ilegal da contratação a prazo e dos recibos verdes.

Av!: E em que consiste o papel específico da Interjovem?

RS: Quanto ao papel da Interjovem, pensamos que ele saiu reforçado desta iniciativa, pelo contributo importante dos dirigentes da estrutura, tanto na fase preparatória como na própria conferência, mas também pelas decisões aprovadas: a Interjovem passa a ser vista enquanto espaço e organização específica de acção com e junto dos jovens, inserida e assumida a todos os níveis do movimento sindical, e não como algo desligados dos sindicatos. Assume também um papel de dinamização e incentivo, nos pólos regionais, de iniciativas, acções e convívios especialmente dirigidos à juventude, de forma a afirmar os ideais e valores do sindicalismo de massas junto dos jovens trabalhadores, incluindo aqueles que procuram o primeiro emprego.

É naturalmente inquestionável a importância de, com a participação da Interjovem, manter nos sindicatos e na própria CGTP-IN uma permanente dinâmica de discussão dos problemas da juventude trabalhadora.



ver-se a organização destes jovens junto do movimento sindical?

RS: O desemprego, em especial o de jovens, é um ataque à dignidade do trabalhador e, se for de longa duração, leva em muitos casos os jovens a optarem, em consequência da frustração de não encontrarem trabalho, por caminhos preocupantes, como a toxicodependência.

Por outro lado, a maioria dos jovens ambiciona emprego estável, ao contrário do que é dito pelos chamados entendidos nas questões laborais, para os quais os jovens pretenderiam precisamente a rotação de emprego para emprego, e não a estabilidade. Estas ideias têm como





Vencer as dificuldades



«A decisão que levou a CGTP-IN a realizar esta conferência radica no reconhecimento da existência de dificuldades de intervenção e implantação do movimento sindical junto da juventude e na necessidade de procura dos caminhos que levem a um melhor conhecimento dos problemas, aspirações e reivindicações dos jovens trabalhadores, à sua assunção por parte dos sindicatos e ao incremento da participação dos jovens na vida e nas lutas sindicais.»

«No âmbito do nosso debate, verificamos que dos 20 milhões de desempregados existentes na UE, 32% são jovens, situação agravada com o facto dos jovens serem 55% dos desempregados de longa duração. Verificamos ainda que, dos desempregados em Portugal, 26% são jovens até 25 anos. Proporcionalmente, duas vezes mais do que o conjunto dos desempregados.

As estatísticas e a realidade também demonstram que os jovens são os mais atingidos pela contratação a prazo, os recibos verdes e outras formas de precariedade; que 27% dos sinistrados do trabalho são jovens; que são os jovens quem tem os horários mais elevados e os salários médios mais baixos; que, não obstante a continuidade da chaga vergonhosa do trabalho infantil, os jovens ingressam cada vez mais tarde no mercado de trabalho, pelo menos em condições de estabilidade no emprego, amadurecendo mais tarde enquanto trabalhadores, com as naturais consequências no seu espírito de classe e na sua participação nos sindicatos.

Este quadro cria, naturalmente, dificuldades acrescidas de participação dos jovens no movimento sindical. Mas o seu número, próximo de 1 milhão, e a necessidade de resposta aos seus problemas, aspirações e reivindicações também potenciam as possibilidades da sua participação, desde que encontrados os caminhos adequados para este o poderem fazer.

Há estudos e indicadores múltiplos que nos dizem que os jovens consideram de forma positiva os sindicatos, nas sua acção pela melhoria das condições de vida e trabalho. Os próprios resultados obtidos até agora na Campanha Nacional de Sindicalização e eleição de delegados sindicais, em curso até ao final do ano, são animadores.»

(Da intervenção de Américo Nunes, membro da Comissão Executiva da CGTP, na conferência sindical sobre a juventude trabalhadora)



Na conferência foi realçada, como indicador positivo, a forte participação de jovens em importantes lutas de empresa e nas comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio (foto de arquivo)

Reagir aos novos fenómenos

«Há novas realidades na estrutura da economia e nas relações laborais, novas formas de organização do trabalho e novas concepções de vida e aspirações sociais que os sindicatos precisam de interiorizar e às quais têm de dar resposta.

Há mais qualificações, mas os conhecimentos adquiridos com a formação escolar não são valorizados no emprego, quer a nível dos salários, quer nas funções atribuídas aos trabalhadores jovens.

O reconhecimento desta situação significa que os sindicatos têm de melhorar as suas estruturas, quer em termos do seu tipo de actuação, quer nas suas formas de organização, simplificando-as e fazendo dos seus órgãos de direcção espaços de debate e reflexão mais activos, tendo sempre presente que a participação dos trabalhadores na vida dos sindicatos e nas decisões sindicais são o factor decisivo para revitalizar o sindicalismo.»

Renovação

«Temos consciência que nos sindicatos necessitam urgentemente de se renovar, entendido este conceito num sentido amplo. Isto é, precisamos, por um lado, de renovar o actual quadro de dirigentes e activistas sindicais para criar uma nova geração de sindicalistas, assim, assegurar a continuidade do nosso movimento sindical.

Mas precisamos, também, de renovar práticas de métodos de trabalho que sejam compatíveis com as novas situações.

Apenas a título de exemplo, e porque foi aqui referido na intervenção de um camarada, pode citar-se o caso de serem estudados horários de funcionamento dos sindicatos, que tenham em conta os períodos de trabalho nas empresas com muitos jovens e que considerem, também, os seus hábitos e comportamentos.»

«Os jovens são, por natureza, portadores dos genes da renovação.

Mas também os actuais quadros são portadores de outro atributo inestimável que é o da experiência de luta sindical, caldeada num processo extremamente rico que ocorreu na nossa sociedade, nos últimos anos.

Temos toda a vantagem e seremos capazes de potenciar estes dois factores na nossa vida sindical, o que significa que não pode haver uma ruptura entre os seus agentes, mas antes o seu aproveitamento integral, na base do concreto entendimento dos ciclos da vida e com grande solidariedade.»

(...)

Rejuvenescimento

«Os sindicatos têm de dar uma particular atenção, espaço e responsabilidades aos jovens trabalhadores, não só por razões profissionais mas também para estimular a sua integração e participação na vida sindical. Será, por essa via, que se assegurará o rejuvenescimento dos sindicatos, a renovação do quadro de activistas sindicais e o futuro do sindicalismo.

Rejuvenescimento no sentido e nos termos que aqui já foram referidos de forma feliz:

- rejuvenescimento que queira e confirme mais jovens no movimento sindical;
- rejuvenescimento no acolhimento, na formação e nas perspectivas sindicais e profissionais;
- rejuvenescimento no método, na avaliação, na atitude, na compreensão;
- rejuvenescimento que queira dizer uma atenção maior e mais forte de apoio dos sindicatos à INTERJOVEM;
- rejuvenescimento que queira dizer mais e novas responsabilidades aos jovens no movimento sindical.»

(Da intervenção de Manuel Carvalho da Silva, coordenador d CGTP-IN, na conferência sindical sobre a juventude trabalhadora)



Conferência euro-mediterrânica

O neoliberalismo sabe nadar

Vinte e sete países europeus e da margem sul do Mediterrâneo acordaram a semana passada em Barcelona um projecto global designado de "parceria euro-mediterrânica" que representa, na prática, uma vitória do livre mercado tal como o concebe a Organização Mundial do Comércio (OMC), e cujo objectivo último é a imposição, até ao ano 2010, da abertura total dos mercados dos países do sul e do leste do Mediterrâneo.

O projecto, aparentemente formado de três vertentes (económica, política e social e cultural), assenta efectivamente em dois pilares fundamentais: a política económica e a política de segurança. À abertura dos mercados corresponde, na verdade, uma lógica de estabilidade assegurada por um novo muro militarizado.

A vertente económica da Declaração de Barcelona, assente na exportação para a margem sul do Mediterrâneo do modelo neoliberal implementado na UE, deverá, segundo os seus promotores, constituir um meio eficaz de garantir a paz e a segurança entre as duas margens. Trata-se, no essencial, de convencer a opinião pública de que o liberalismo económico se traduz em prosperidade, que por seu turno se traduz em pacificação social. Nada mais longe da verdade, como revelam as próprias medidas tomadas pela UE no seu conjunto ou por Estados-membros mais preocupados pela proximidade geográfica dos "parceiros" mediterrânicos.

Se a equação liberalismo económico/prosperidade/paz fosse uma realidade, por que razão o vice-presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin, teria necessidade de lembrar que "os países da UE consideraram que deveriam vigiar a sua fronteira sul, devido à instabilidade e à conflitualidade na região"?

E por que motivo, em nome dessa vigilância, a França, Itália e Espanha haviam de passar das palavras aos actos, criando a "euro-força" armada no Mediterrâneo?

A resposta é óbvia. Pese as belas palavras dos capítulos da Declaração de Barcelona dedicados à política (diálogo, luta contra o terrorismo ou a proliferação de armas nucleares) e aos aspectos sociais e culturais (ver texto em separado), o facto é que a UE não está minimamente empenhada em atacar as causas do subdesenvolvimento dos países da margem sul do Mediterrâneo, mas sim impedir que os perigos dele resultantes (imigração clandestina, explosão demográfica, ascenso do fundamentalismo) cheguem às costas de Europa. E a instauração do livre mercado, como a criação da "euro-força" revela, arrisca-se a agravar esses fenómenos, com consequências imprevisíveis.

Terapia de choque

Os doze países mediterrânicos que subscreveram a Declaração de Barcelona representam um mercado apetitoso de 400 milhões de habitantes. Para chegar a este mercado, a União Europeia dispõe-se a

gastar, nos próximos cinco anos, uma verba de 4,7 mil milhões de Ecus. Este financiamento, que poderá duplicar através de créditos bonificados do Banco Europeu de Investimento (BEI), não passará no entanto pelos governos, destinando-se antes a projectos privados. Como o próprio ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Javier Solana, afirmou, trata-se de favorecer um fluxo de capitais privados, o que implicará naturalmente uma redução de despesas sociais.

Refira-se, a título de exemplo, que 40 por cento dos financiamentos previstos para os próximos cinco anos se destinam a favorecer as privatizações, redução de déficits, a implementar legislação comercial e financeira virada para a livre circulação de capitais privados e respectiva afectação a sectores considerados financeiramente rentáveis.

A experiência europeia mostra como semelhante política se traduz no agravamento dos problemas sociais, com particular incidência no desemprego. E ainda ninguém encontrou uma resposta satisfatória,

se é que existe, para atenuar o impacto da política de choque imposta pelo liberalismo económico. Daí a força europeia de intervenção militar a que a França, Espanha e Itália deram corpo; daí as preocupações cada vez maiores no controlo das fronteiras.

Por mais que se repita que o Mediterrâneo é uma porta aberta entre duas margens, com esta política a única coisa que se pretende garantir é a circulação de capitais.

As consequências que podem advir deste novo mercado livre não deixarão de se fazer sentir igualmente nos próprios países da União, em particular nos mais pobres, como é o caso de Portugal. Apesar das declarações optimistas do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama (ver texto em separado), a realidade nacional não deixa ante- ver um futuro tão auspicioso como o Governo pretende fazer crer. Em dez anos de adesão à Comunidade, a economia portuguesa não foi capaz de "responder com a competitividade no contexto internacional" que seria "a resposta mais adequada aos novos desafios". Onde estão a modernização e os investimentos que garantiriam essa competitividade? Em que sector se pode considerar que estão defendidos os interesses nacionais?

De momento, a UE recusa abrir completamente os seus próprios mercados agrícola e têxtil aos "parceiros" do Mediterrâneo, que nestas áreas são mais "competitivos", como de resto sabem bem os grandes patrões do Norte europeu partidários das deslocalizações de empresas, que não perdem tempo a deslocar-se para onde a mão-de-obra é mais barata. Mas até 2010, meta para a total abertura dos mercados, a moratória será ultrapassada. E não serão certamente os países ricos do Norte a sofrer as consequências. Os alertas lançados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) não podem ser ignorados, e não basta ter entradas de leão (como aconteceu recentemente com o caso do acordo de pescas com Marrocos e se promete para o debate de hoje, em Bruxelas, do dossier do tomate) para defender o interesse nacional, se as saídas continuarem a ser de sendeiro.



A posição do Governo

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, a Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona foi um êxito que beneficiará a economia portuguesa e não prejudicará (o que resta da) agricultura nacional.

Falando à imprensa no final da Conferência, Jaime Gama sublinhou que com o acordo de Barcelona ficaram "definidas as regras da cooperação entre os 15 e os 12 e foi criado um mercado potencial enorme, de milhões de pessoas, com uma economia que agora começa a estruturar-se e a liberalizar-se, a abrir-se ao exterior, com o qual a União Europeia manterá relações privilegiadas", e valorizou o facto de pela primeira vez numa reunião desta dimensão terem estado representados "todos os países relevantes da bacia do Mediterrâneo" e de ter ficado "definido um pacote financeiro de grande significado para a modernização de um espaço económico".

Na opinião do chefe da diplomacia portuguesa, com a Declaração de Barcelona fica criada, pela primeira vez, "uma base sólida para a parceria entre a União Europeia e a bacia-sul do Mediterrâneo".

Na ocasião, Jaime Gama anunciou uma política estratégica e iniciativas dinamizadoras das relações de Portugal com os países mediterrânicos, lembrou que os empresários portugueses têm novas oportunidades na zona e advertiu que os seus interesses serão salvaguardados através da modernização e da competitividade.

"Portugal tem muito a ganhar com isso, não só em termos de estabilidade, mas também porque vai produzir enormes benefícios para a economia portuguesa, através de um desenvolvimento partilhado", disse Jaime Gama, acrescentando que "ganhámos em termos de segurança e estabilidade na zona, abrimos oportunidades significativas para a cooperação económica, para o comércio, para a participação no desenvolvimento e em empreitadas".

Segundo o ministro, esta oportunidade "também pressupõe a obrigação de responder ao desafio com a intensificação das relações comerciais através do desenvolvimento das relações bilaterais", pelo que os interesses da economia portuguesa ficarão "salvaguardados através

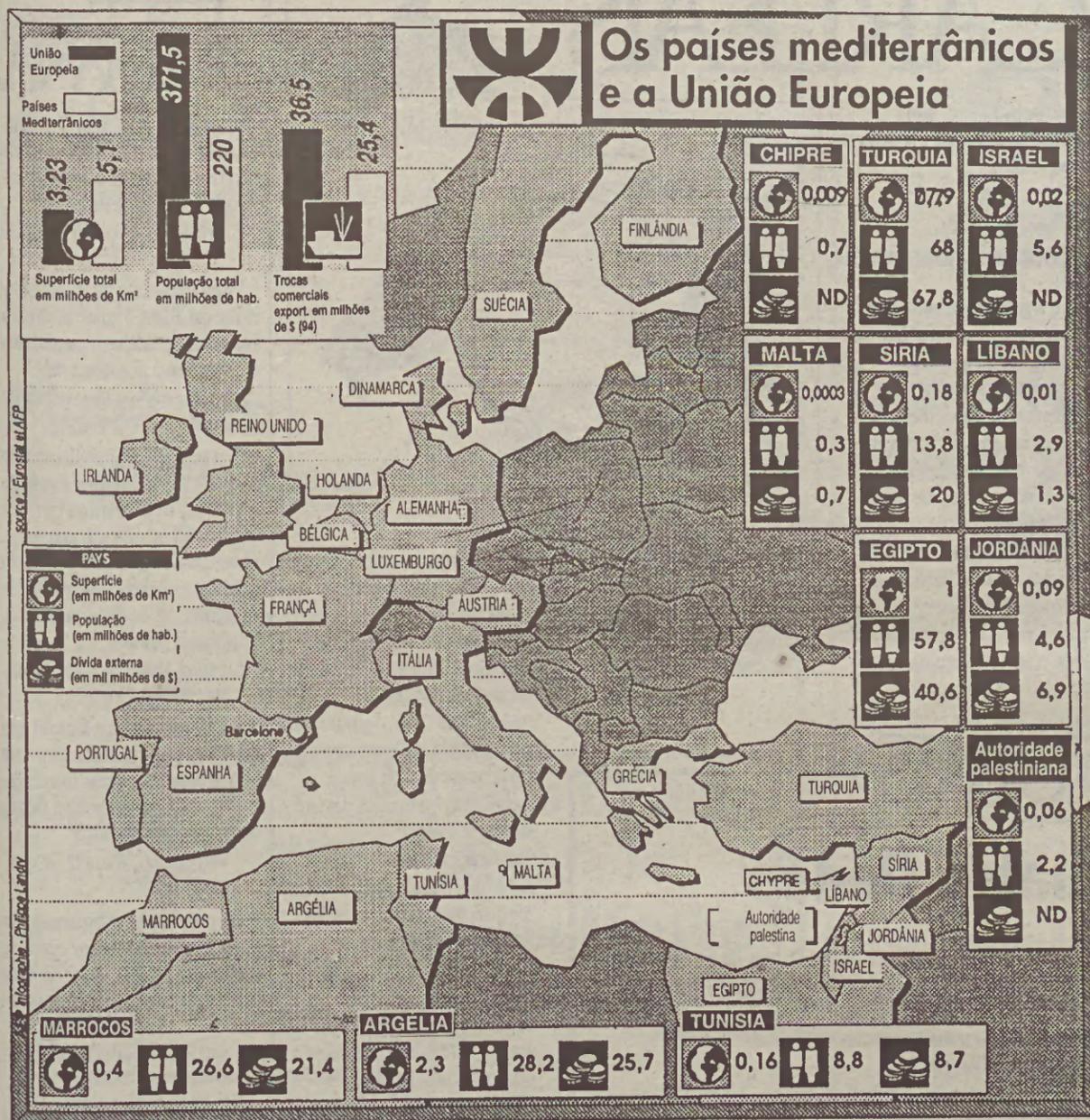
da modernização e da competitividade das empresas nacionais".

Em abono da sua tese, o ministro lembrou que Portugal "tem um PIB *per capita* muito superior à esmagadora maioria dos países da bacia-sul do Mediterrâneo e uma balança comercial favorável com todos, excepto com os que exportam petróleo e algodão".

"Daqui a 20 anos, quando se olhar para o resultado desta parceria, verificar-se-á que o PIB português continua aumentando e Portugal verá ampliadas as suas relações numa área com vantagens para a economia portuguesa", garantiu.

Para Jaime Gama, o "proteccionismo não é o caminho do futuro e a economia portuguesa terá que responder com a competitividade no contexto internacional, pois esta é a resposta mais adequada aos novos desafios".

O Governo, assegurou, vai intensificar o relacionamento comercial, sobretudo com Marrocos, Tunísia e Israel, e informar de forma mais rigorosa os parceiros económicos e os investidores portugueses sobre as oportunidades abertas.



Declaração de Barcelona

A Declaração de Barcelona, propriamente dita, é um documento de treze páginas, que contém um ambicioso capítulo político, um importante capítulo económico prevendo a criação de uma zona de livre mercado entre os países subscritores, e um capítulo dedicado às questões sociais e humanas centrado no desenvolvimento do diálogo entre as sociedades. Este documento é completado por um Programa de Trabalho, de quinze páginas.

Logo na introdução sublinha-se que "este quadro multilateral é complementar dum reforço das relações bilaterais, que é importante salvaguardar acentuando a sua especificidade", e que esta iniciativa "não pretende substituir-se às outras acções e iniciativas desenvolvidas em favor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento da região", mas que "contribuirá para favorecer o seu sucesso".

O primeiro capítulo, dedicado à "parceria política e de segurança", põe a tónica no respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais, no pluralismo, na tolerância e na luta contra o racismo e a xenofobia. Entre outras coisas, os signatários propõem-se estudar medidas de confiança e de segurança que convirá adoptar "com vista a consolidar um espaço de paz e estabilidade", incluindo a possibilidade de um pacto euromediterrânico.

A parte respeitante à "parceria económica e financeira" afirma, designadamente, que "uma zona de livre mercado" será concretizada "através de novos acordos euromediterrânicos e de acordos de livre mercado entre os parceiros da União Europeia" (incluindo os países terceiros mediterrânicos), tendo sido apontado o ano 2010 como meta para "instaurar progressivamente esta zona que abrangerá o essencial das trocas no respeito pelas obrigações decorrentes da Organização Mundial do Comércio".

A Declaração precisa ainda que "partindo dos fluxos tradicionais e na medida permitida pelas diferentes políticas agrícolas e no devido respeito pelos resultados esperados no quadro das negociações do GATT, o comércio dos produtos agrícolas será progressivamente liberalizado pelo acesso preferencial e recíproco entre as partes".

Ainda neste âmbito, a Declaração enumera vários domínios de cooperação e concertação (investimentos; transferências de tecnologia, ambiente, papel das mulheres, energia, abastecimento de água, desenvolvimento rural integrado), e recorda que a Cimeira de Canes previu para esta iniciativa 4.685 mil milhões de Ecus para o período 1995-1999, "na forma de fundos orçamentais comunitários disponíveis", aos quais se juntarão as intervenções do Banco Europeu de Investimento (BEI) e as contribuições bilaterais dos Estados-membros.

O capítulo dedicado à "parceria no domínio social, cultural e humano" sublinha o carácter essencial do desenvolvimento dos recursos humanos, do diálogo e do respeito entre as culturas e as religiões. Os signatários concordaram em reforçar ou implementar as medidas necessárias para desenvolver as trocas entre os "actores do desenvolvimento": sociedade política e civil, mundo cultural e religioso, universidades, *media*, associações, sindicatos, empresas privadas e públicas.

A questão da imigração clandestina, ponto delicado e controverso, acabaria por ser ultrapassada com a seguinte formulação: os participantes, "conscientes da sua responsabilidade na repatriação" (o texto original falava de "obrigação"), "decidem adoptar pela via de acordos ou arranjos bilaterais as disposições e medidas apropriadas à repatriação dos seus elementos em situação ilegal".

A Declaração estipula ainda, no que se refere aos mecanismos de acompanhamento da Conferência, que os ministros dos Negócios Estrangeiros reunirão "periodicamente" (em princípio uma vez por ano), e que haverá reuniões temáticas *ad hoc* de ministros, altos funcionários e peritos, bem como encontros da sociedade civil, e contactos ao nível parlamentar, entre as autoridades regionais, as colectividades locais e os parceiros sociais. Um "Comité euromediterrânico de Barcelona" ao nível dos altos funcionários, composto pela troika da UE e de um representante de cada parceiro mediterrânico, reunirá periodicamente, nomeadamente para actualizar o Programa de Trabalho. O trabalho de preparação e acompanhamento das reuniões será assegurado pelos serviços da Comissão.

CNA contesta acordo de Barcelona

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera que o conteúdo principal do "acordo euromediterrânico" vem na sequência dos acordos do GATT que levaram à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e obedece aos interesses dos países grandes produtores agrícolas, entre os quais os EUA, e das multinacionais da agro-indústria, sendo altamente lesivo para os interesses nacionais.

Segundo a CNA, a criação desta zona de comércio livre coloca "riscos acrescidos" às culturas mediterrânicas portuguesas, nomeadamente as frutas e legumes frescos, "que representam 25 por cento da produção agrícola e 44 por cento da produção vegetal" nacional.

A confederação portuguesa, que participou em Barcelona no seminário "O Futuro da PAC no Mediterrâneo" e na manifestação de protesto organizada pela sua congénere espanhola contra as pro-

postas oficiais da Conferência, considera que "o que está em causa não é a solidariedade e cooperação, no respeito pelos legítimos interesses das partes, ou seja a UE e os países do Norte de África".

"Do que verdadeiramente se trata - afirma - é da subordinação e discriminação, por parte da Comissão Europeia, dos interesses dos agricultores dos países do Sul face aos interesses dos países ricos e das agriculturas mais desenvolvidas do centro e norte da UE".

"O que está em causa - garante a Confederação - não é a defesa dos interesses dos agricultores dos países mediterrânicos", com quem se afirma solidária, mas sim que o Acordo Euromediterrânico não venha a contribuir para "engrossar os lucros das multinacionais da agro-alimentação" à custa dos trabalhadores agrícolas dos países do Sul da Europa e do Norte de África.

Em resposta a estas preocupações, o ministro dos negócios Estrangeiros, Jaime Gama, garantiu que a agricultura nacional não

ficará prejudicada, pois "não haverá liberalização abrupta" das trocas comerciais em nenhum domínio. Quanto à liberalização do sector agrícola, disse que a mesma será articulada ao "abrigo geral do estabelecimento de um prazo gradual num regime de livres trocas".

"Há consciência de que é normal fazer participar a produção agrícola desses países no mercado europeu, mas também que é necessário acautelar os interesses das políticas agrícolas comuns e nacionais", concluiu Jaime Gama.

É de lembrar que até à data - e malgrado os belos discursos sobre a necessidade de acautelar "os interesses nacionais" - os resultados estão longe de ser satisfatórios. O acordo de pescas com Marrocos aí está para o provar, e na calha está já o do tomate, só para citar os casos mais recentes.

PCP presente na Conferência Alternativa

À margem da Conferência euromediterrânica, realizou-se em Barcelona um Encontro Mediterrânico de Forças Progressistas e de Esquerda por um Mediterrâneo de Paz e Cooperação, em que participaram representantes de trinta países. O PCP fez-se representar pelos camaradas Domingos Lopes, membro do CC do PCP, e Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu.

Da intervenção de Domingos Lopes no Encontro reproduzimos de seguida alguns excertos mais significativos.

(...) É assim necessária outra política que assente na democratização da região, no impulso ao desenvolvimento económico, o que só é possível na base de um clima de segurança e de paz estáveis. Para alcançar esses objectivos consideramos necessário serem tomadas algumas medidas:

resolver os mais graves conflitos que opõem Israel aos árabes e a Turquia ao Chipre, fazendo cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a matéria; desmilitarizar o Mediterrâneo, livrando-o de armas nucleares e reduzir substancialmente a presença militar de vasos de guerra; apoiar a luta dos povos da região, pela solução de graves problemas sociais, pela democratização efectiva dos países; cortar com todo e qualquer apoio aos movimentos integristas cujo objectivo é implantar regimes de terror; o respeito pelas opções políticas de cada povo; encontrar novos projectos de cooperação com os países da região.

(...) Cabe às forças de esquerda (comunistas, socialistas, nacionalistas e outras) um papel decisivo para erguer este projecto. (...)

PONTOS

CARTEAIS

O país virou

Recordamo-nos de, há meses, termos aqui referido o optimismo irreduzível que o "Correio da Manhã" arvorava nas suas primeiras páginas durante a governação cavaquista. Acontecessem as maiores desgraças, que aquele diário haveria de titular que o desemprego diminuía, que havia mais habitação, que tudo estava mais barato, mesmo se corresse o risco de se desmentir nas páginas interiores.

Pois agora o país virou. O mais negro pessimismo atingiu o jornal de Vítor Direito, que recentemente chegou ao ponto de parangonar que a "Depressão invadiu Portugal". O país contaria assim com "perto de um milhão de doentes".

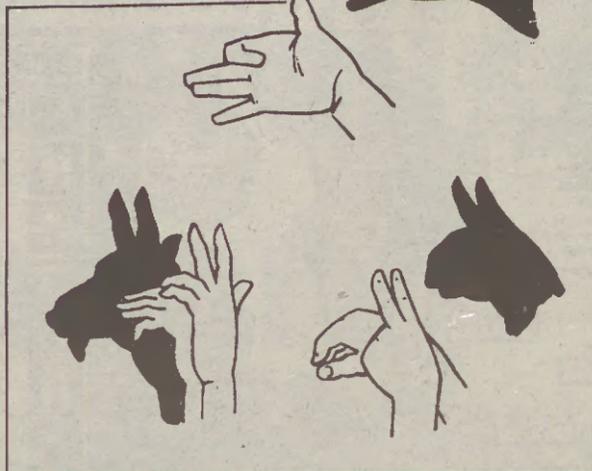
A parangona tem a sua raiz numa curta notícia enfiada na página 9 desse diário, onde se afirma que dez a quinze por cento da população portuguesa "sofre de perturbações depressivas com significado clínico". E estes dados, segundo se depreende do texto, não terão sido apurados propriamente em Portugal, mas sim "extrapolados" de estudos epidemiológicos internacionais... Segundo um professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Filipe Arriaga, "não há razões médicas, culturais ou sociais que nos permitam pensar que a frequência da depressão seja diferente no nosso país, pelo que os dados internacionais podem ser extrapolados com alguma segurança". Esta segurança serviu à maravilha para enegrecer o

retrato do país que o "CM" pretende agora impingir ao leitor desprevenido.

Infelizmente, a Europa...

Mas o argumento de que o pior dos outros deve ser partilhado por nós, está a pegar na argumentação de muitos fazedores de opinião e de políticos que esperam assim fazer com que os portugueses compreendam e aceitem o mal que se lhes faz.

Por exemplo, em recente entrevista dada ao "Público", o governante Ferro Rodrigues, inclinado embora à solidariedade, revela-nos a sua posição quanto



ao chamado IVA social. Diz ele que houve que "substituir uma parcela da contribuição patronal para a Segurança Social" pelo tal IVA social, ou seja, diz

ele, "transformar uma contribuição de uma empresa" - a gente a pensar que era ao bolso dos trabalhadores que se ia buscar o dinheirinho - "numa contribuição por parte da população consumidora". Mas o governante, todo solidário, esclarece que "de um ponto de vista de justiça social", tem "as maiores dúvidas sobre este sistema".

Que fazer, entretanto? A culpa não é dele. É que, afirma ainda, "de qualquer forma, em termos europeus e infelizmente, os sistemas fiscais têm avançado mais na colheita de receitas por via dos impostos indirectos do que por via dos impostos sobre o património ou a propriedade". Queriam uma boa razão? Aí a têm. A culpa não é do Governo. É da Europa, que está feita assim...

A Europa má

Mas há também a Europa que não serve. A Europa má. Aquela que a gente não deve imitar. Do alto da sua coluna editorial, José Manuel Fernandes, no "Público", dá uma lição, a propósito das lutas que varrem a Europa. Não vamos aqui alongar-nos sobre a série de disparates que a má vontade de JMF contra os trabalhadores verte no seu jornal, e a sobrançeria com que dá lições a milhões de trabalhadores em luta pelos seus direitos. Na Alemanha elogia o recuo do sindicato dos metalúrgicos que propôs ao patronato um plano em que aceita ceder nos aumentos em favor do emprego. Na França verbera os milhões de pessoas que integram as lutas pelos seus direitos. Trata-se aqui da Europa má. E JMF explica: "O movimento reivindicativo em França foram desencadeados por vezes ainda antes de serem conhecidas as propostas governamentais ou das administrações das empresas públicas, numa radicalização sem substância que torna difícil qualquer solução negociada". E, mais adiante, dá a lição, tão velha quanto é a exploração capitalista: "O tempo do sindicalismo de classe, trabalhadores contra patrões, explorados contra exploradores, está ultrapassado. O tempo do constante progresso salarial, associado ao crescimento ininterrupto das economias, também passou." Agora, o tempo da boa Europa, é o do crescimento, apenas, do grande capital...

FRASES da SEMANA

"Não faço a mais pequena tenção de ser e não faço a mais pequena tenção de não ser (candidato à liderança do PSD)"

(Ferreira do Amaral, citado em «Expresso», 01.12.95)

"Para alguém que queira ser líder do PSD, é uma maneira estranha de lançar a candidatura, mas isso é problema dele."

(conselheiro de Fernando Nogueira, citado em «Expresso», 01.12.95)

"O tempo do sindicalismo "de classe", trabalhadores contra patrões, explorados contra exploradores, está ultrapassado. O tempo do constante progresso salarial, associado ao crescimento ininterrupto das economias, também já passou."

(José Manuel Fernandes, jornalista - «Público», 04.12.95)

"A CIP não aceita a fixação das 40 horas por via legislativa e se isso acontecer saímos imediatamente da Concertação e ficamos todos a falar sozinhos."

(Nogueira Simões, CIP - «Expresso», 01.12.95)

"Os patrões portugueses são europeus mas pensam como se estivessem no 5º mundo. Só falta quererem o direito à escravatura."

(Manuel Carvalho da Silva, CGTP - «Expresso», 01.12.95)

"Qualquer militar profissional vê a sua participação na guerra como forma de contribuir para a paz."

(Maria José Nogueira Pinto - «O Diabo», 05.12.95)

"A participação de Portugal (na operação da Bósnia) é uma decisão deste Governo, que não tem nenhum compromisso assumido pelo Executivo anterior. Se este Governo quiser, pode dizer não."

(Durão Barroso, citado em «Expresso», 01.12.95)

"Agora, o prof. Cavaco Silva mudou de estilo, vestiu as vestes brancas da puberdade e diz querer uma campanha eleitoral serena, elevada, sem agressividade. Mas foi sol de pouca dura. De novo se socorre da única estratégia que conhece e domina: a arrogância, as falsas informações e as falsas acusações."

(José Manuel Galvão Teles - «Diário de Notícias», 30.11.95)

"Talvez, se o partido a que eu pertencia tivesse tido uma maioria absoluta, eu pudesse ter revelado algumas dúvidas quanto à necessidade da minha candidatura à Presidência da República."

(dos jornais, rádios e televisões - 30.11.95)

"A mais-valia de Cavaco é a sua competência e a experiência adquirida no exercício do Governo. Ora o que valem uma e outra se os portugueses assimilarem a ideia de que os resultados práticos desse Governo foram desastrosos?"

(José António Saraiva, «Política Portuguesa» - «Expresso», 01.12.95)

"Fui apunhalado desde o primeiro dia em que entrei para o Benfica."

(Artur Jorge - «A Bola», 01.12.95)

"Barbúrdia na Ética"

(título - «Público», 01.12.95)

PONTOS NATURAIS

A Ópera dos Quatro Dedos

O caso

Carlos Daniel - O Tribunal do Trabalho de Viseu condenou o proprietário de uma serração por ter dado emprego a uma jovem de treze anos.

A multa foi quase de 300 contos. É um caso típico de trabalho infantil.

A luva prendeu

Júlio Magalhães - Um dos dedos, o polegar, já recuperou. Retalhos da vida ainda de uma jovem, Dorinda, 14 anos, que começou a trabalhar aos treze. A serra implacável não lhe perdoou.

Dorinda - A serra tinha uns discos e puxou-me a mão para a serra. Eu também puxei, mas a máquina tinha mais força.

J. Mag. - Tinhas luvas?

Dorinda - Tinha. A luva prendeu aos discos e depois os discos puxaram a mão para a serra. Passou-me uma coisa pelos olhos, quando dei conta já tinha cortado a mão.

A escola

J. Mag. - Dorinda teve apenas azar, porque na Abrunhosa

a vida parece ser igual para todos. Depois da escolaridade obrigatória, todos querem é o trabalho. Aos treze anos, a escola parece já ter dado tudo.

Começaste a trabalhar com quantos anos?

Dorinda - Com treze.

J. Mag. - E querias ir trabalhar, foi?

Dorinda - Foi.

J. Mag. - Porquê?

Dorinda - Porque já estava farta de estudar e...

O senhor Almeida

J. Mag. - Ganhava 35 contos por mês e trabalhava das oito às seis da tarde. Naquele dia, em Fevereiro, a máquina puxou-lhe os dedos e puxou também o tapete da vida ao senhor Bernardo de Almeida, o dono da serração, ele que atendeu apenas o pedido da mãe da Dorinda.

B. Almeida - A Dorinda veio trabalhar quando a mãe me pediu trabalho.

J. Mag. - Que sentiu quando lhe aconteceu aquilo?

B. Almeida - Não posso dizer nada. Só visto.

Quem?

J. Mag. - Agora foi condenado a 296 contos de multa por ter permitido o trabalho infantil. Ainda não se sabe quem vai assegurar uma pensão para a Dorinda. Se o Seguro não assumir a responsabilidade, lá se vai o rendimento de uma vida difícil que passou pela emigração e chegou à serração. Na serração, todos gostavam da Dorinda, a Dorinda até gostava de trabalhar.

Dorinda - Eu gostava do trabalho. Era trabalho um bocado esforçado, mas eu gostava.

Abrunhosa, a vida

J. Mag. - Em Abrunhosa a vida decorre longe da razão e do coração das grandes cidades. A capela, onde o padre repete a mensagem de que um casal não deve ter menos de quatro filhos, é o orgulho da terra. Abrunhosa, terra de muitos filhos e poucos recursos...

(Jornal da Tarde, Canal 1)

mário castro



Portugal face à União Europeia

Um debate sobre o tema «Portugal face à União Europeia», com a presença de **Octávio Teixeira**, membro da Comissão Política do CC do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do Partido, vai realizar-se na próxima terça-feira às 12 horas no edifício Arrábida (1º andar), em Setúbal. A iniciativa está enquadrada nas das acções promovidas em torno da candidatura às presidenciais do camarada Jerónimo de Sousa.

Plenários de militantes

LISBOA

Plenário de militantes da Zona Norte de Lisboa hoje, às 21 e 30, no CT do Lumiar. Aberto à participação de camaradas e amigos das freguesias do Lumiar, Charneca e Ameixoeira. Discussão sobre as presidenciais com a presença do camarada **Aurélio Santos**, mandatário nacional da candidatura de Jerónimo de Sousa.

Plenário de militantes da Zona Ocidental de Lisboa segunda-feira, às 21 horas, no CT de Alcântara. Aberto à participação de camaradas das freguesias do Alcântara, Belém, Campolide, Prazeres e Stº Condestável.

Sintra

Plenário mensal de militantes das freguesias de Montelavar e Pero Pinheiro. Sábado às 21h 30m no CT Montelavar e com a presença do camarada **António Cordeiro**.

Reunião plenária da Comissão Concelhia de Sintra. Segunda-feira às 21h e 30m no CT de Rio de Mouro.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da organização de Vala Carregado. Sábado pelas 17 horas, no CT local para discussão da situação política actual e das eleições presidenciais.



Novo CT para Algueirão Mem Martins

Integrado numa campanha de fundos para um no CT em Algueirão/Mem Martins realiza-se um almoço-convívio no próximo domingo, às 13 horas, no Restaurante «O Sousa». A ementa inclui sopa, carne de porco à alentejana, sobremesa, bebidas, café e digestivo por mil e 800 escudos. Informações pelos telefones 9214498/6864/3536

Solidariedade com Timor

Os 20 anos da invasão de Timor pela Indonésia são hoje assinalados nos concelhos do Porto, Gaia e Valongo em iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa, que vai distribuir em diversas escolas um postal alusivo. Em Gaia será pintado um mural assinalando a data.

A JCP realiza hoje em Arraiolos uma Festa de Solidariedade com Timor-Leste no Pavilhão da Câmara Municipal.

Em Montemor-o-Novo realiza-se no Sábado um debate sobre Timor nas instalações do GAT, também em iniciativa da JCP.

Juventude Comunista Portuguesa



Azambuja

Um convívio do colectivo da JCP da Azambuja, com música ao vivo, está agendado para Sábado no «Pub Benção» daquela localidade, a partir das 21 horas.

Porto

No CT da Boavista, na sede distrital da JCP, a organização do secundário desta estrutura inaugura amanhã uma exposição-venda de trabalhos de jovens artistas.

No Sábado, uma programação de teatro, música, exposição e poesia será levada a cabo a partir das 22 horas no CT de Matosinhos, iniciativa que é designada por «Noite Livre».

Viana do Alentejo

A JCP realiza no próximo Domingo, a partir das 15h 30m, uma festa-convívio no salão de festas da Junta de Freguesia de Aguiar.

O Plano Estratégico da Cidade de Coimbra

A CDU do Concelho de Coimbra promove um debate aberto sobre o Plano Estratégico da cidade, segunda-feira às 21 horas na Casa Municipal da Cultura. O objectivo é que a discussão sobre temas como a situação e as tendências da evolução da cidade, os novos problemas e as questões-chave do futuro de Coimbra, o centro histórico, a relação cidade-rio, o parque habitacional ou os transportes públicos, não fique apenas pelos órgãos ou gabinetes e passe também pela participação dos cidadãos.

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Iniciativas com a participação do candidato do PCP

Quinta-feira, dia 7

Distrito de Setúbal

Encontro com Reformados em Almada, na URPICA, às 14h 30m

Distrito de Lisboa

Encontro com trabalhadores da Sermague em Carnaxide, junto à sede da empresa ABB, pelas 10h 30m.

Sessão na Casa da Cultura da Azambuja às 21h 30m

Sexta-feira, dia 8

Distrito de Porto

Almoço-convívio no Restaurante «Monumental», às 12 horas em Vila Nova de Gaia.

Sábado, dia 9

Distrito de Viana do Castelo

Almoço-convívio em Viana do Castelo no Restaurante «O Camelo» às 13 horas.

Distrito de Braga

Sessão Pública em Braga no Hotel Canadá às 17 horas.

Jantar-convívio em Guimarães no Restaurante «O Pinguim» às 20 horas

Domingo, dia 10

Distrito de Bragança

Almoço-convívio em Chaves no Restaurante «Chave d'Ouro» às 13 horas

Entrevista na Rádio Terra Quente em Mirandela às 17h 30m

Jantar-convívio em Mirandela no Restaurante «Terra Quente» às 19h 30m

Segunda-feira, dia 11

Distrito de Lisboa

Encontro com trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira às 18h 30m no refeitório da edilidade.

Sessão Pública em Alverca no Salão dos Bombeiros Voluntários às 21h 30m.

Terça-feira, dia 12

Distrito de Lisboa

Participação no programa «Forum» da TSF, para respostas a perguntas dos ouvintes a partir das 10h 30m

Encontro com Sectores Profissionais de Lisboa na Casa do Alentejo às 19 horas.

Sessão pública na Parede, às 21h 30m, na Cooperativa de Consumo «A Linha do Estoril».

Quarta-feira, dia 13

Distrito de Aveiro

Visita à Universidade de Aveiro a convite da Associação de Estudantes, a partir das 14 horas seguido de debate, promovido pela mesma associação, às 15 horas.

Sessão /Debate em Aveiro no Salão Cultural da Câmara Municipal às 21h e 30m.

BANCAS DE NATAL

No CT do PCP de Agualva/Cacém
Todos os dias a partir das 10 h

No CT do PCP de Algueirão
De 2ª a sáb. das 16 às 19 h

No CT do PCP da Amadora
Diariamente das 14 às 20 h

No CT do PCP de Bragança
Artesanato • Livros
Lembranças para todos os gostos - Rum genuíno «Havana Club»
De 2ª a sáb. das 15 às 19 h

No CT do PCP de Odivelas
Artesanato (colab. da Assoc. de Artesãos do Conc. Loures)

Pequenas ofertas
Brinquedos • Livros
Mostra de Poesia organizada pelo colectivo da JCP de Odivelas
Até 31 de Dezembro

No CT do PCP da Av. da Boavista/Porto
Mercearias finas
Artesanato de diferentes regiões do País
de 2ª a 6ª das 15 às 19 h, até fins de Dezembro

No CT Vitória de Lisboa
Dos Sectores Intelectual e de Serviços da ORL
Artesanato Urbano
Artesanato Tradicional
De 2ª a 6ª das 12 às 22 h

No CT do PCP de Queluz
De 2ª a sáb. a partir das 14.30 h

PASSAGEM DE ANO PCP-SETÚBAL

Pavilhão do Comércio e Indústria
com o agrupamento musical «Contágio»
Informações no CT do PCP - Edifício Arrábida - Telef. (065)522273

CUBA

Turismo e Solidariedade

Fim do Ano Tropical
Havana - Cayo Largo - Trinidad - Pilar del Rio
27/12/95 a 5/1/96

Informações e inscrições:
Associação de Amizade Portugal-Cuba
R. Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.
Tel. 385 73 05

TEATRO

A BARRACA

Lisboa, Largo de Santos, Teatro Cinearte, **O FEITICEIRO DE OZ**, pelo Teatro Bába, Sábado, às 16.30, Domingos, às 11 horas. Encenação de Rui Pisco.

AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO

Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **BEIJO NO ASFALTO**, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe

AUDITÓRIO CARLOS PAREDES

Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da JF de Benfca). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O CONCÍLIO DO AMOR**, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45. **VANZETTI**, de Luís Araújo, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos

ESTRELA HALL

Lisboa, R. da Estrela, 10. Tel. 3961946. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **OH WHAT A LOVELY WAR**, de Joan Littlewood, encenação de Keith E. Davis, pelos Lisbon Players

OFICINA DE TEATRO DE ALMADA

Estrada Nacional, 377, Pragal, Almada, (SPRUPragalense).

Estreia hoje a adaptação de Fernando Rebelo um original de Sheer Madness intitulado **GRANDES SUCESSOS DE SHAKESPEARE**.

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ÀS NOVE EM PONTO**, encenação de Norberto Barroca

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Sábados, domingos e feriados, às 16.00. **ALI-BABA E OS QUARENTA LADRÕES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMEDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. **DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES**, texto e encenação de Filipe La Féria

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Homem astuto (pop); brota. 2 - Aqui está; também não; acusado. 3 - Tálho (s.q.); epiderme (pl.); actínio (s.q.). 4 - Aguardente de melação; calmas; anel. 5 - Partia; pedra de moinho; dignidade militar turca; alumínio (s.q.); outra coisa (ant.). 6 - Espécie de recibo; licor de erva-doce. 7 - Parva; gritos tumultuosos. 8 - Rio da França; fúrias. 9 - Termo de Natal; pron. pess.; altar cristão; cont. prep. e art.; decifra. 10 - Antigos governadores de algumas províncias árabes; conhecerás; textualmente. 11 - Dois romanos; banhas; apelido do 3º governador-geral do Brasil. 12 - Bili; lareira; rente. 13 - Prudente; nome de mulher.

VERTICAIS: 1 - Terra da naturalidade; sabedora. 2 - Satélite da terra; preceito escrito. 3 - Conj. condicional; falsas; letra grega. 4 - Afirmação; extinguem; divisão do ano. 5 - Art.; pomposos; acolá. 6 - Borrás; letra grega; começo de Algarve. 7 - Sobrecarrega; tremor. 8 - Escolhe; escuridão. 9 - Aprazível; lavrara. 10 - Saudável; naquele lugar; art. 11 - Brisa; remediadas; nota musical. 12 - Monarca; citrino; doçura. 13 - Pron. pess.; pedido de socorro dos navios e aviões; nota musical. 14 - Iça; lírio. 15 - Colégio; murchava.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

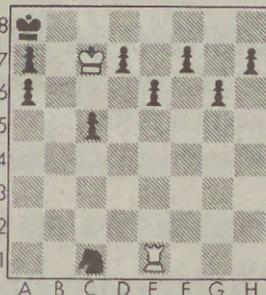
HORIZONTAIS: 1 - Refúgio; amparas. 2 - Évora; com; óbice. 3 - Giga; param; amam. 4 - Ato; pisaras; até. 5 - To; ar; ovo; aa; aa. 6 - Atem; ofir. 7 - Crimes; abanou. 8 - Eles; anel. 9 - Ac; ar; tem; as; gr. 10 - Tom; atacado; Ari. 11 - Iras; abate; amas. 12 - Veros; USA; preta. 13 - América; salinas.

VERTICAIS: 1 - Regato; cativa. 2 - Evito; corem. 3 - Fogo; are; maré. 4 - Ura; Átila; sor. 5 - Ga; premera; si. 6 - Pi; mês; ta. 7 - Ocaso; tábua. 8 - Orava; secas. 9 - Amaro; matas. 10 - Má, oba; de. 11 - Pó; safanão; pl. 12 - Abá; Sines; ari. 13 - Rima; rol; amen. 14 - Acata; grata. 15 - Semeai; brisas.

XADREZ

DXL - 7 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995X093
Por: ADOLF KRAEMER

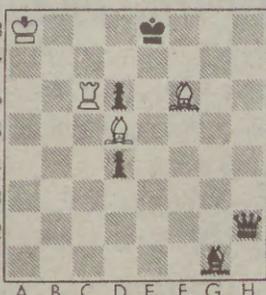
2º Prémio British Chess Federation, 1949
Pr.: [10]: Ps. a6, a7, ç5, d7, e6, f7, g6, h7 - Cçj - Ra8
Br.: [2]: Tèl - Rç7



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X094
Por: AXEL AKERBLOM

Tidskrift för Schack, 1958
Pr.: [5]: Ps. d4, d6 - Bg1 - Dh2 - R8
Br.: [4]: Bs. d5, f6 - Tç6 - Ra8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXL

N.º 1995X093 [A. K.]: 1. Td1!, d5; 2. Tf1!, f5; 3. Tèl, a5; 4. Tè6, a6; 5. Ta6 #
N.º 1995X094 [A. A.]: 1. Tç7!, Dh6; 2. Bç6+, Rf8; 3. Bè7+, Rg8; 4. Bd5+, Rh8; 5. Tç8+, Rh7; 6. Bè4+, Rg7; 7. Bf8+ e.g.
1. Dh5; 2. Bç6+, Rf8; 3. Tç8+, Rf7; 4. Bè8+ e.g.

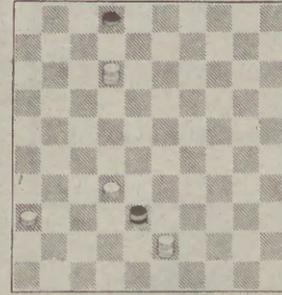
A. de M. M.

DAMAS

DXL - 7 DE DEZEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995D093
Por: HENRI CHILAND

In Secrets et merveilles du Jeu de Dames, Paris, Ed. Stock, 1968

Pr.: [2]: 2-(38)
Br.: [4]: (12)-32-36-(43)



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D094

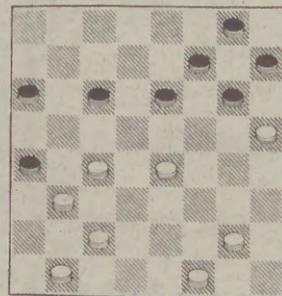
GOLPE N.º 149

Por: Manuel António Velloso

Porto, 14.1.1935

[Contra: Joaquim Pinto Correia]

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 10-13, 26-22; 4. 13-17, 30-26; 5. 12-15, 28-23; 6. 6-10, 18-13; 7. 9-18, 22-6; 8. 3-10, 27-22; 9. 1-5, 32-28; 9. 8-12, 20-16; 10. 14-19, 23-14; 11. 11-27, 31-22; 12. 10-14, 28-23 Diagrama
[Pr. 18]: 16-21-22-23-24-25-26-29;
Br. [8]: 2-4-5-7-12-14-15-17 Br. +)



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXL

N.º 1995D093 [H. Ch.]: 1. 12-7!!; 2. 43-49 (-); 3. 36-31 B+ 1. (38X16*); 2. 43-49 + 1. 38X49; 2. 7-16 B +
N.º 1995D094 [M.A.V.]: 12. 7-11!!; 16; 7; 13. 14-19, 23-14; 14. 11-27, 7-3=D 15. 27-31=D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 7

Massacre em Roma

«Rappresaglia» / «Massacre in Rome» (It./Fr./1973). Real.: George Pan Cosmatos. Int.: Richard Burton, Marcello Mastroianni, Leo McKern, Delia Boccardo. Cor, 94 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Amigos e Vizinhos

«Les Grans Sentiments font les Bons Gueuletons». Real.: Michel Berny. Int.: Michel Bouquet, Jean Carmet, Michel Lonsdale. Cor, 101 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

Justiça a Sangue Frio

«Cold Justice» (EUA/1990). Real.: Terry Green. Int.: Dennis Waterman, Roger Daltrey, Ralph Foody, Robert Carrigan, Bert Rosario. Cor, 105 min. «Thriller». (02.00, Canal 1)

SEXTA, 8

Cristóvão Colombo: A Descoberta

«Christopher Columbus: The Discovery» (EUA/Esp./1992). Real.: John Glen. Int.: Georges Corraface, Tom Selleck, Rachel Ward, Marlon Brando. Cor, 115 min. Histórico / Aventuras. (17.15, TVI)

O Ano de Todos os Perigos

«The Year of Living Dangerously» (EUA/1983). Real.: Peter Weir. Int.: Mel Gibson, Sigourney Weaver, Linda Hunt, Michael Murphy. Cor, 115 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

O Espírito da Colmeia

«El Espíritu de la Colmena» (Esp./1973). Real.: Victor Erice. Int.: Fernando Fernan Gomez, Teresa Gimpera, Ana Torrent, Isabel Telleria. Cor, 95 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

Morte na Esquadra

«Police Story: Cop Killers» (EUA). Real.: Larry Shaw. Int.: Ken Olin, Patricia Wettig, Glynnis O'Connor, Joe Regalbutto, Joseph Bottoms. Cor, 96 min. Drama. (00.50, TVI)

Loucuras de uma Recruta

«Private Benjamin» (EUA/1980). Real.: Howard Zieff. Int.: Goldie Hawn, Eileen Brennan, Armand Assante, Robert Werber, Sam Wanamaker. Cor, 106 min. Ver Destaque. (01.20, Canal 1)

O Cerco dos Heróis

«Toy Soldiers» (EUA/1991). Real.: Daniel Petrie, Jr. Int.: Sean Astin, Will Wheaton, Keith Coogan, Andrew Divoff, R. Lee Ermyer. Cor, 108 min. «Thriller». (03.15, Canal 1)

SÁBADO, 9

Ernesto na Prisão

«Ernest Goes to Jail» (EUA/1990). Real.: John Cherry. Int.: Jim Varney, Gailard Sartain, Bill Byrge, Barbara Bush, Barry Scott. Cor, 78 min. Comédia. (16.15, Canal 1)

O Mais Feliz Milionário

«The Happiest Millionaire» (EUA/1967). Real.: Norman Toker. Int.: Fred MacMurray, Tommy Steele, Greer Garson, John Davidson. Cor, 118 min. Musical. (19.15, TV 2)

O Dentista Apaixonado

«Eversmile, New Jersey» (Arg./Gr.Br./1989). Real.: Carlos Sorin. Int.: Daniel Day-Lewis, Mirjana Jokovic, Gabriela Archer, Julio de Grazia. Cor, 91 min. Comédia Dramática. (00.40, TV 2)

O Bobo da Corte

«The Court Jester» (EUA/1956). Real.: Norman Panama e Melvin Frank. Int.: Danny Kaye, Basil Rathbone, Angela Lansbury, Cecil Parker. Cor, 101 min. Ver Destaque. (01.10, TVI)

Na Lista para Matar

«The Hit List» (EUA/1993). Real.: William Webb. Int.: Jeff Fahey, Yancy Butler, James Coburn, Michael Beach, Jeff Kober. Cor, 100 min. Telefilme / «Thriller». (01.20, Canal 1)

A Morte Chega de Madrugada

«The Evil Dead 2 - Dead By Dawn» (EUA/1987). Real.: Sam Raimi. Int.: Bruce Campbell, Sarah Berry, Dan Hicks, Kassie Wesley. Cor, 85 min. Terror. (01.50, SIC)

A Boneca Diabólica

«Dolly Dearest» (EUA/1990). Real.: Maria Lease. Int.: Denise Crosby, Sam Bottoms, Chris Demetral, Candy Huston, Will Gotay. Cor, 90 min. «Thriller». (03.00, Canal 1)

DOMINGO, 10

Sissi, A Jovem Imperatriz

«Sissi, The Young Emperess» (RFA/1956). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Karlheinz Böhm, Magda Schneider. Cor, 101 min. Romântico. (17.25, TVI)

Perigosamente Juntos

«Legal Eagles» (EUA/1986). Real.: Ivan Reitman. Int.: Robert Redford, Debra Winger, Daryl Hannah, Brian Dennehy, Terence Stamp. Cor, 111 min. Ver Destaque. (18.00, SIC)

Os Leões Brancos

«The White Lions» (EUA/1981). Real.: Mel Stuart. Int.: Michael York, Glynnis O'Connor, Donald Moffat, J. A. Preston, Roger E. Moslev. Cor, 92 min. Drama / Infantil. (19.30, TV 2)

A Caixa

(Port/1994). Real.: Manoel de Oliveira. Int.: Luís Miguel Cintra, Beatriz Batarda, Diogo Dória, Isabel Ruth, Rui de Carvalho, Glicínia Quartim. Cor, 93 min. Ver Destaque. (23.00, SIC)

O Marido, a Mulher e a Amante

«Love Hurts» (EUA/1990). Real.: Bud Yorkin. Int.: Jeff Daniels, Cynthia Sikes, Judith Ivey, John Mahoney, Cloris Leachman, Amy Wright. Cor, 82 min. Comédia Dramática. (00.30, TV 2)

SEGUNDA, 11

Corrida Sangrenta

«Blood Run» (EUA/1994). Real.: Boaz Davidson. Int.: David Bradley, Anna Thompson, Ashley Laurence. Cor, 91 min. (22.50, SIC)

«High Frequency»

(It./1988). Real.: Faliero Rosati. Int.: Vincent Spano, Oliver Benny, Anne Canovas, Isabelle Pasco, David Brandon. Cor, 105 min. «Thriller». (01.10, Canal 1)

TERÇA, 12

«L'Entertainment du Champion avant la Course». Real.: Bernard Favre (nenhuma outra informação acerca deste filme foi tornada pública pela RTP - 02.05, Canal 1)

QUARTA, 13

Destuição Total

(EUA/1990). Real.: Brian Thomas Jones. Int.: Rick Gianasi, John Wittenbaver, Tere Malson. (01.05, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 7

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.50 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.20 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Casados de Fresco
22.40 A Idade da Loba
23.40 Malta Gira
00.45 Murphy Brown
01.10 24 Horas
01.40 Remate
02.00 Justiça a Sangue Frio (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 NBA
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Batman
19.30 Musical (Tina Turner, Rush e Susannah Hoff)
20.20 Uma Vida Perigosa
21.20 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Amigos e Vizinhos

Sexta, 8

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.50 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Isto é o Agildo
21.30 Futebol: «Belenenses / Sporting»
23.30 A Idade da Loba
00.30 24 Horas
01.00 Remate
01.20 Loucuras de uma Recruta (ver «Filmes na TV»)
03.15 O Cerco dos Heróis (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motociclismo
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Hóquei em Patins: «Porto / Barcelos»
20.30 Artes e Letras: «Saramago / Documentos»
21.00 Dia Mundial da Sida (Filme, seguido de debate)
21.30 Máquinas
22.00 TV2 Jornal

Sábado, 9

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Polícias do Futuro
15.20 Uma História Amarga
16.15 Ernesto na Prisão (ver «Filmes na TV»)
17.35 Chefe mas Pouco
18.00 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal



«Murphy Brown» continua a fazer a diferença, no Canal 1

20.45 Futebol: «Benfica / Campomaiorenses»
22.45 Parabéns
00.45 24 Horas
01.20 Na Lista para Matar (ver «Filmes na TV»)
03.00 A Boneca Diabólica (ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.10 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Grande Área
16.00 Basquetebol: «Benfica / F. C. Porto»
18.00 Circo
18.30 Para Além do Ano 2000
19.15 O Mais Feliz Milionário (ver «Filmes na TV»)
22.00 TV2 Jornal
22.35 Cantares de Amigo: «Brigada Vitor Jara», «Quadrilha», Cristina Roque
23.20 Remate
23.35 Jogo Falado
00.05 Tribunal de Polícia
00.40 O Dentista Apaixonado (ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Felicidade
14.00 Top Sic
15.20 Dra. Quinn
16.10 Cosby Show
16.30 Número Um
18.00 Cara e Coroa
18.45 Futebol: Guimarães-Chaves
20.35 Jornal da Noite
21.10 História de Amor
22.10 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.50 A Morte Chega de Madrugada (ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.05 A Hora do Recreio
16.00 Christy
17.10 A Grande Aposta
19.00 Feita à Medida
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.55 Diagnóstico: Crime
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 «O Bobo da Corte» (ver «Filmes na TV»)



«As Grandes Batalhas da II Grande Guerra, às segundas-feiras, na TV2»

Domingo, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
14.00 86-60-86
14.35 Polícias do Futuro
15.30 A Lei de Burke
16.30 Homens do Rio Snowy
17.35 Robocop
18.15 A Festa dos Preços
19.05 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: «Salgueiros/Porto»



«Marco Paulo» continua a fazer a diferença, no Canal 1

22.45 Marco Paulo
24.00 O Renegado
01.00 24 Horas
01.35 Paixões
02.25 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 A Terra e os Homens
12.00 Regiões
13.00 Vida por Vida
13.10 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornadas Desportivas
18.45 Desporto Notícias
19.00 O Homem e a Cidade
19.30 Os Leões Brancos (ver «Filmes na TV»)
21.00 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 O Marido, a Mulher e a Amante (ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Cenas de Um Casamento
15.30 Príncipe de Belair
16.00 Olho de Falcão
17.00 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Perigosamente Juntos (ver «Filmes na TV»)
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.00 A Caixa

(ver «Filmes na TV»)
01.05 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular!
17.30 Sissi, A Jovem Imperatriz (ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodigio
20.45 Jogo do Ganso
23.20 Últimas Notícias
23.35 Irmãos de Sangue

Segunda, 11

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.20 Vizinhos
15.50 Kananga do Japão
17.05 Os Dias Úteis
18.05 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 A Idade da Loba
21.50 Noite de Reis
22.20 Antologia dos Beatles (1ª)
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.10 «High Frequency» (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Uma Família Feliz
17.40 Rua Sésamo
18.15 Um, Dó, Lí, Tá
19.15 Battlefield
20.00 Contos da Cidade
21.00 A Roda do Mundo
21.25 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.30 Segunda Parte
00.05 Musical - «Gabriel, O Pensador»

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal

Terça, 12

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.35 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 A Mulher do Sr. Ministro
21.55 A Idade da Loba
23.25 Antologia dos Beatles (2ª)
01.25 24 Horas
01.55 Remate
02.05 «L'Entertainment du Champion Avant la Course» (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.40 Rua Sésamo
17.10 Um, Dó, Lí, Tá
18.10 Sorteio da Fase Preliminar do Campeonato do Mundo de Futebol
19.50 Rotações
20.20 Programa Discovery
21.30 Lendas e Narrativas
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Hansel und Gretel (Ópera)
00.10 Coleção Platinum

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia

Quarta, 13

CANAL 1

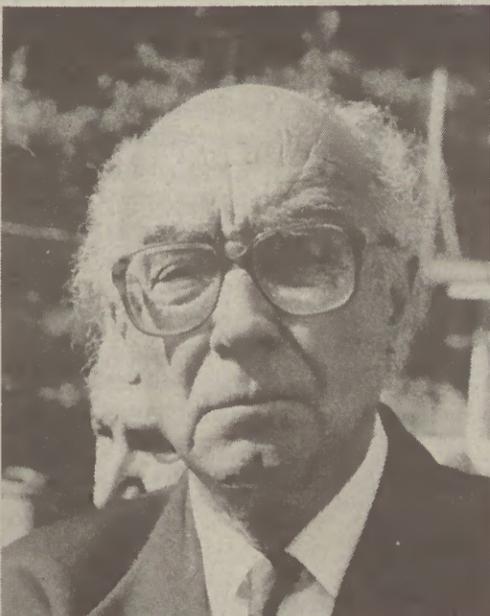
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Táxi
09.30 O Show de John Larroquette
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.40 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Nico D'Obra
21.15 A Idade da Loba
22.15 Antologia dos Beatles (3ª)
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.05 Destruição Total (ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 O Bicho Homem
20.35 Irei para Longe
21.15 Universidade Aberta
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Documentário: «The World of Audubon»
23.45 Marginalidades
00.50 Musical: «New Order»

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal



Na 6ª-feira (TV2), um documentário de João Mário Grilo sobre José Saramago

(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ver Artes
01.00 Musical: Charlie Byrd in N. Orleans

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Surprise
23.20 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Morena Clara
10.50 Telhados de Vidro
12.25 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Massacre em Roma (ver «Filmes na TV»)
00.00 TVI Jornal + Primeira Fila
01.00 Cagney & Lacey

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 Missa
12.30 Caixa de Perguntas
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.35 A Escolha É Sua
16.05 A Hora do Recreio
16.50 Jornal Nacional
17.15 Cristóvão Colombo: A Descoberta (ver «Filmes na TV»)
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Ano de Todos os Perigos (ver «Filmes na TV»)
00.25 TVI Jornal
00.50 Morte na Esquadra (ver «Filmes na TV»)



A partir de segunda-feira (e diariamente), «Antologia dos Beatles», no Canal 1

13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Corrida Sangrenta (ver «Filmes na TV»)
00.50 Último Jornal
01.25 Flash Back

TVI

10.00 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Os Anjos da Morte (1)
23.50 TVI Jornal
00.45 Cagney & Lacey

12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Camilo & Filho, Lda.
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.45 Crossfire
01.00 Último Jornal
01.15 O Cinema Americano

TVI

10.30 Animais em Acção
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.00 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Os Anjos da Morte (2)
23.15 TVI Jornal
23.45 Jornal de Negócios
00.15 Cagney & Lacey

13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Casos de Polícia
23.30 Minas e Armadilhas
00.45 Último Jornal
00.45 Toda a Verdade - Por Amor ao Chefe

TVI

10.30 O 8º Dia
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai Aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.10 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 O Homem Aranha
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Cagney & Lacey

Por isto e por aquilo...

Massacre em Roma (Quinta, 22.00, TVI)

Especialista em filmes de acção, género em que dá largas provas da sua aptidão como director rotineiro, o cineasta **George Pan Cosmatos** nasceu em Itália, estudou em Londres e radicou-se nos EUA onde se tornou, sobretudo, conhecido pela sua participação, como realizador, na série de filmes *Rambo*. Este filme que a TVI hoje transmite apresenta a curiosidade de desvendar o que poderia ter sido este realizador se o cinema comercial não se lhe apresentasse como caminho mais rentável para a sua carreira. A acção decorre em Roma, durante a II Guerra Mundial, e revela-nos os conflitos entre um sacerdote italiano (**Marcello Mastroianni**) e um general alemão (**Richard Burton**) a propósito da execução de três centenas de prisioneiros de guerra italianos, como retaliação face ao assassinato de 33 soldados do exército nazi.

Amigos e Vizinhos (Quinta, 22.50, TV2)

O acaso faz com que duas famílias vizinhas, habitando o mesmo prédio, se cruzem a propósito da celebração de dois actos de cariz bem diverso: um funeral e um casamento. Aproveitando um argumento simples mas cheio de potencialidades dramáticas (e cómicas), o realizador **Michel Berny** acaba por fazer rir o espectador acerca das misérias do quotidiano e da mediocridade da própria vida, apresentando-nos um par de personagens familiares que se cruzam connosco todos os dias.

O Ano de Todos os Perigos

(Sexta, 22.00, TVI)

O realizador australiano **Peter Weir** situa a acção deste seu ambicioso filme na Indonésia, em meados dos anos 60, uma época em que o regime de **Sukarno** estremecia e em que a Guerra do Vietname começava a tornar-se mais trágica e dramática. As personagens centrais da história são correspondentes da comunicação social ocidental que se movimentam no seio da comunidade estrangeira de Jakarta, frequentando bares, hotéis, recepções em embaixadas, como forma de entreter o tempo e descobrir (com a possível clarividência) acerca da situação política envolvente. E, nos papéis principais, é de destacar a presença de **Mel Gibson** e de **Sigourney Weaver**.

O Espírito da Colmeia

(Sexta, 23.55, TV 2)

Primeiro filme de uma das grandes esperanças do cinema espanhol da década de 70 - **Victor Erice** - e premiado no Festival de S. Sebastian de 74, *O Espírito da Colmeia* debruça-se sobre o quotidiano de uma família de Castela nos anos 40 e, em particular, sobre o fascínio que um filme clássico como *Frankenstein* despertava em duas crianças, a ponto de uma delas confundir a personagem de um soldado desertor com a aparição do famoso monstro. Com uma assinalável linguagem poética, e inserindo os elementos fantásticos dentro do real que é a vida, **Victor Erice** acaba por nos dar a ver, sem demasiados sublinhados, uma imagem sufocante da Espanha franquista.



Um fotograma de «O Ano de Todos os Perigos», de Peter Weir



Goldie Hawn e Eileen Brennan, intérpretes principais de «Loucuras de uma Recruta», de Howard Zieff

Loucuras de uma Recruta

(Sexta, 01.20, Canal 1)

Filme de intenções claramente «feministas», *Loucuras de uma Recruta* apresenta-nos a evolução de uma «menina pateta» de Filadélfia para a personagem de uma verdadeira mulher de corpo inteiro - ao servir como recruta no Exército. Embora ins-

célebre e impagável cena das confusões acerca de uma certa mensagem secreta...

Perigosamente Juntos (Domingo, 18.00, SIC)

Trata-se de uma verdadeira batalha judicial em torno do roubo de um quadro de que a filha do seu autor é acusada, naquilo que se

apresentava, à partida, como uma burla à companhia de seguros, acompanhada de vários crimes. Nas mãos de um cineasta com mais «classe» é provável que este filme ultrapassasse a mediania. Mas **Ivan Reitman** hesita frequentemente entre o tom de filme policial e o tom da comédia psicológica e demonstra não ser o realizador com o «génio» necessário para ultrapassar e resolver os verdadeiros «buracos» que o argumento apresentava à partida, coisa que directamente tem implicações no desempenho dos principais intérpretes - nada menos que **Robert Redford**

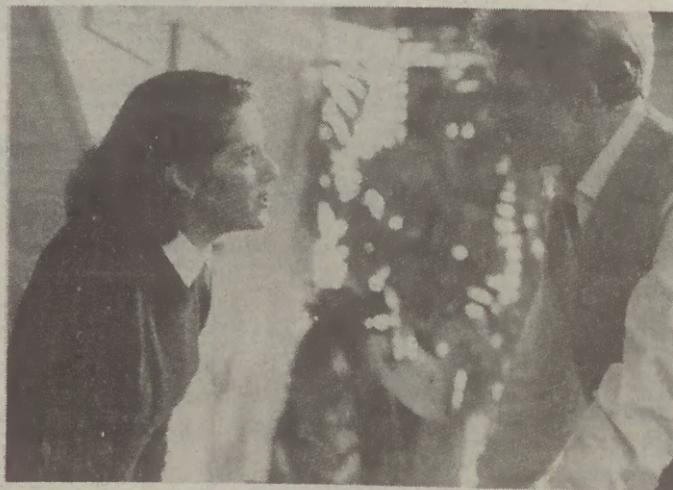
ou **Debra Winger** - incapazes de dar corpo às suas frágeis personagens.

A Caixa (Domingo, 23.00, SIC)

Anunciado para a semana passada (mas, ao que parece, substituído pelo «primeiro episódio» do filme *Ases Pelos Ares*) é provável que seja hoje transmitido este filme de **Manoel de Oliveira**. Debruçando-se sobre o ambiente e as personagens típicas de um velho bairro de Lisboa (a Madragoa), o cineasta adapta neste filme uma peça teatral de **Prista Monteiro** na qual nos é contada a história do itinerário de uma «caixa» pertencente a um cego odiado pela família e que pede à porta de sua casa para poder sobreviver. No papel principal, é de destacar uma grande interpretação de **Luis Miguel Cintra**, tendo a seu lado **Beatriz Batarda**, **Diogo Dória**, **Isabel Ruth**, **Ruy de Carvalho** e **Glicínia Quartim**.



«A Caixa», de Manoel de Oliveira. Será desta?



Debra Winger e Robert Redford, em «Perigosamente Juntos», de Ivan Reitman

pirado em anteriores comédias de tom semelhante em que os protagonistas principais são do sexo masculino, o realizador **Howard Zieff** consegue com pequenos toques reformular os clichés habituais de tais comédias e, apoiando-se no excelente desempenho de **Goldie Hawn**, dar corpo a um filme interessante em que as habituais piadas soam como novas ou diferentes, embora por vezes a imagem do macho surja tão fortemente caricatural que o resultado final faz atenuar, no espectador, a eventual simpatia pelo «feminismo» do tema.

de FOICE

Contas de sumir

A explosão de greves e contestação social que ameaça submergir o governo do senhor Juppé tem, como detonador, a generalizada oposição dos franceses às reformas na Segurança Social pretendidas pela direita no poder. Como pano de fundo, está a crise socioeconómica que vergasta a França com 12% de desempregados entre a população activa.

Há três semanas, quando o movimento de contestação transbordou para as ruas e começou a afectar o quotidiano dos parisienses, o governo francês agiu com a mesma arrogância do presidente Chirac na questão dos ensaios nucleares: olímpicamente e por entre ameaças, recusou o diálogo e qualquer concessão que pusesse em causa os seus objectivos.

O resultado está à vista. Longe de refluir, a contestação ameaça paralisar o país e ganhou uma dimensão que já faz lembrar a crise de Maio de 1968.

Todavia, não são paralelismos entre a actual e anteriores crises francesas, nem presunções sobre o seu desenvolvimento, que caberá averiguar neste breve correr de pena.

Amiudemos apenas um pormenor, que nos aparece como causa-efeito da contestação: as reformas na Segurança Social pretendidas pelo governo do senhor Juppé.

São medidas brutais, como denuncia a central sindical CGT, enquadradas num corte de 11 mil milhões de francos - não é brincadeira... - sobre serviços fulcrais de assistência como a médico-hospitalar, à maternidade, à infância, à habitação ou aos pensionistas. E profundamente injustas, como acusa o PCF, ao sobrecarregarem os orçamentos familiares 11 vezes mais que as empresas. Isto para darmos apenas alguns exemplos da «filosofia» das reformas.

O curioso está na fundamentação expandida pelo governo do senhor Juppé para explicar a necessidade destes «sacrifícios».

Empunhando uma meticulosa bandeira que tem vindo a ser agitada de há uns anos para cá pelo capitalismo em geral e pelos diversos poderes dos países da Comunidade Europeia em particular, o governo do senhor Juppé argumenta, genericamente, que há uma galopante *décalage* (ai, este sabor francês...) entre as receitas e os encargos da Segurança Social, o que desemboca numa conclusão esmagadora: há que cortar nas despesas, sob pena de um dia destes não haver capacidade financeira para dar assistência seja ao que for.

Este raciocínio de assustadora linearidade - que em Portugal surge a convencer muitas cabeças bem pensantes - é, também meticulosamente, vendido a toda a gente com postulações género da que afirma estarem actualmente as reformas a ser «pagas» pelos descontos directos da população activa, cuja está a diminuir enquanto a longevidade aumenta, o que parece querer induzir os filhos a olhar os pais como «parasitas»...

O que estes teóricos do «empenho assistencial» não dizem é que os descontos para a Segurança Social são desde sempre retirados das mais-valias produzidas pelos trabalhadores, arrecadados pelas empresas e não entregues ao Estado por tantas delas, que as dívidas acumuladas ao longo dos anos atingem somas absolutamente astronómicas quando comparadas com os tais défices nos cofres da Segurança Social.

E não o dizem, porque dizê-lo seria admitir duas coisas. Que o patronato, sob a complacência e a protecção governamentais, rouba pura e simplesmente o que os trabalhadores produzem e prescindem para que o Estado aplique na Segurança Social.

Que o argumento de que escasseia o dinheiro para a Segurança Social é, além duma miserável mentira, outro estratagem para deixar impune o patronato neste expediente de se apropriar, agora também, dos descontos que gerações de trabalhadores vêm fazendo em prol da comunidade.

Tretas à parte, tudo afinal se resume às velhas contas de sumir nos bolsos de todos para somar nos bolsos de alguns.

Que, aliás, nem inscritos estão na Segurança Social.

■ HC

Jerónimo de Sousa na Madeira

Defender e valorizar a autonomia

O candidato comunista Jerónimo Sousa deslocou-se na terça-feira à Região Autónoma da Madeira, onde foi recebido em audiência pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional e pela União dos Sindicatos da Madeira. À noite, participou numa sessão pública de apresentação da sua candidatura.

Jerónimo de Sousa aproveitou a oportunidade para referir que a sua candidatura destina-se a promover um «debate de ideias aberto e alargado, que levará a que o voto dos comunistas no próximo dia 14 de Janeiro não seja um voto submisso, mas antes um voto esclarecedor, consciente e sempre um voto para reforçar a democracia no plano das instituições».

Mais adiante, o candidato abordou em pormenor a autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, considerando-a «uma conquista democrática que faz parte do património do 25 de Abril, tendo como objectivo impulsionar o desenvolvimento das Regiões, a sua democratização e uma clara e firme solidariedade nacional».

Contudo, referiu, «a política que tem sido seguida quer pelos governos centrais quer pelos

governos regionais, os conflitos institucionais empolados, a falta de transparência nas relações e as limitações a direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, têm constituído obstáculos reais a uma efectiva concretização daqueles objectivos».

Para o candidato comunista «os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em todo o País, Continente e Regiões Autónomas são um valor inalienável, propugnando por isso o total empenho do Estado na sua protecção e na criação de condições para o seu efectivo exercício». Desenvolvendo este tema, Jerónimo de Sousa afirmou:

«Vinte anos depois da consagração constitucional do sistema autonómico verifica-se que a sua inserção no normal funcionamento do Estado não se processa com a naturalidade que seria desejável.

«As relações entre as Regiões Autónomas e o Estado têm sido marcadas por uma conflitualidade ora aberta ora latente, que muito tem contribuído para o sério agravamento da situação económica e social da Madeira e dos Açores.

«Na origem desta conflitualidade estão comportamentos distorcidos, quer por parte dos governos regionais, que no fundo sempre acalentaram pretensões de diluição da unidade do Estado, quer por parte dos Governos da República, cujas tendências centralistas e não democráticas foram patentes ao longo dos últimos 10 anos.»

As propostas comunistas

Jerónimo de Sousa divulgou de seguida um conjunto de propostas assumidas pela sua candidatura e que visam defender e valorizar a autonomia político-administrativa:

- A clarificação das competências legislativas das Assembleias Legislativas Regionais, contrariando a governamentalização instalada e possibilitando,

Alarmados com aumentos de portagem

Utentes da Ponte 25 de Abril vão à Junta Metropolitana

O presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Daniel Branco, recebe hoje, às 17.30, a Associação dos Utentes da Ponte 25 de Abril, recepção que terá lugar na sede da Junta Metropolitana,

no Palácio da Rosa, em Lisboa.

A audiência foi solicitada por esta associação com «o objectivo de discutir as questões relativas às portagens nas áreas metropolitanas e, na

sequência do anúncio feito pelo Governo sobre a intenção de aumentar as portagens na Ponte 25 de Abril, dar um contributo para prevenir eventuais situações de conflito», afirma-se em nota de Imprensa.

6.º Encontro Nacional da Juventude quer «Participar no Desenvolvimento»

«Participar no Desenvolvimento» é o lema do Manifesto saído do 6º Encontro Nacional da Juventude, realizado em Tróia de 30 de Novembro a 3 de Dezembro passados, contando com 700 participantes vindos de 195 associações e/ou organizações juvenis, tendo o documento - que a seguir resumimos - sido aprovado com apenas uma abstenção.

Este 6º Encontro Nacional da Juventude funcionou em sessões plenárias, painéis de debate e mesas-redondas, abordando questões diversificadas, nomeadamente nas «vertentes educativa, social, política e ambiental», abordando assuntos como a exclusão social, o aprofundamento da democracia, os objectivos da educação, o ambiente e o desenvolvimento, «a paz nos últimos 50 anos», o emprego e a

formação profissional, a globalização versus regionalização, os ensinos básico, secundário e superior, a qualidade de vida, as relações do desenvolvimento com a solidariedade e o associativismo, etc., etc.

«Participar no desenvolvimento é sonhar», começa por afirmar o Manifesto aprovado neste 6º Encontro da Juventude, explicando: «Sonhar o futuro e afirmá-lo no presente. Libertar-nos dos preconceitos e afirmar que o futuro vai ser muito melhor do que o presente. Ousar ir mais longe do que outros já foram, com o desejo de que outros sonhem ainda mais longe do que nós. Afirmar que o desenvolvimento pressupõe melhor educação, emprego mais digno, acesso à fruição da Natureza e da Cultura. Afirmar que o Desenvolvimento signifi-

ca mais qualidade de vida para todos».

Mas participar no desenvolvimento é também «intervir». Nessa intervenção - defende o Manifesto - há que «aprofundar a Democracia com a nossa intervenção diária. Compreender a realidade, ter opiniões e expressá-las. Dialogar com quem nos quer ouvir e impor a nossa voz a quem nos quer calar. Procurar a cooperação para ter mais força. Dar os passos necessários para que os nossos sonhos se concretizem».

E transformar. «Transformar a partir das associações de que fazemos parte, das escolas, dos locais de trabalho, dos locais onde vivemos. Com a riqueza que produzimos com o nosso trabalho, nos caminhos novos que inventamos com a nossa criatividade, nos espaços que abrimos com a nossa vontade».



no respeito pelas leis gerais da República, uma real capacidade de intervenção e decisão daqueles órgãos autonómicos.

- O estabelecimento, por Lei, de um novo quadro regulador do relacionamento financeiro entre as Regiões Autónomas e o Estado, que garanta, ao nível da política de rendimento e preços, na área da produção e na área social, o suporte do Estado e pela União Europeia dos custos das desigualdades derivadas da insularidade.

- O prosseguimento da descentralização, a completa transferência para a dependência dos órgãos das Regiões Autónomas dos serviços da Administração Pública, de diversas áreas, com excepção nomeadamente das que estão ligadas à defesa nacional, à política externa, à justiça, à defesa da ordem pública e ao controlo da legalidade.

- A revisão do regime eleitoral para as Assembleias Legislativas Regionais, de modo a que, através do respeito do regime da proporcionalidade, possa ser obtida uma representação institucional que respeite a verdadeira vontade política dos cidadãos.

- A defesa intransigente da legalidade democrática, o fim das discriminações políticas e ideológicas e das limitações dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

- O combate às chantagens de cariz separatista bem como a erradicação dos comportamentos centralistas por parte de órgãos ou serviços do Estado.

«Participar no Desenvolvimento é viver», resume, finalmente, este Manifesto saído do 6º Encontro Nacional da Juventude realizado no passado fim-de-semana na bela península de Tróia, entre o Estuário do Sado e praias atlânticas, com a participação de mais de 700 jovens vindos de todo o País, mobilizados por 195 associações e organizações juvenis das mais diversas características, fazendo prova de grande democraticidade e abertura de espírito. E sublinha-se: «Porque viver é sonhar, intervir e transformar. Porque somos mulheres e homens deste Portugal presente e queremos usufruir do que somos capazes de construir». Assumindo-se «empenhados, confiantes, activos e solidários», os jovens deste 6º Encontro afirmam-se ainda a «participar no desenvolvimento».